



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**TEMPOS DE ANGÚSTIA: SECA E COTIDIANO NOS SERTÕES DA  
PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE – VILA DO PRÍNCIPE, ZONA DO  
SERIDÓ.**

**JEFERSON CANDIDO ALVES**

**CAMPINA GRANDE - PB  
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, SOCIEDADE E CULTURA  
LINHA DE PESQUISA: CULTURA, PODER E IDENTIDADE**

**TEMPOS DE ANGÚSTIA: SECA E COTIDIANO NOS SERTÕES DA  
PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE – VILA DO PRÍNCIPE, ZONA DO  
SERIDÓ.**

**JEFERSON CANDIDO ALVES**

**Dissertação de mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em História  
da Universidade Federal de Campina  
Grande, sob a orientação da professora  
Dra. Marinalva Vilar.**

**ORIENTADOR  
PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> MARINALVA VILAR DE LIMA**

**CAMPINA GRANDE - PB  
2014  
JEFERSON CANDIDO ALVES**

**TEMPOS DE ANGÚSTIA: SECA E COTIDIANO NOS SERTÕES DA  
PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE – VILA DO PRÍNCIPE, ZONA DO  
SERIDÓ.**

Dissertação Avaliada em \_\_/\_\_/\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Dr<sup>a</sup>. Marinalva Vilar de Lima (PPGH/UFCG)

Orientadora

Dr. José Otávio Aguiar (PPGH/UFCG)

Examinador Interno

Dr. Rogério Umberto Zeferino Nascimento (PPGCS/UFCG)

Examinador externo

**CAMPINA GRANDE - PB  
2014**

## **DEDICATÓRIA**

**Ao meu amigo Hugo Romero, com  
quem morri um pouco.**

**Aos meus amigos Rosenilson, Deyvid,  
João Batista, João Paulo e Ezequiel,  
sem os quais a aspereza da vida não  
seria suportável.**

## AGRADECIMENTOS:

(Ao som de Nara Leão)

Agradecer é a recusa de certo individualismo e um ato de coragem para dizer a insípida Solidão que se instala no nosso coração durante o processo de escrita, que nós não temos medo. A ausência de temor, é, porém, motivada pela confiança que nós temos nas pessoas que perto ou distante, podem contribuir com o processo ou pelo menos atender uma ligação numa terça-feira de madrugada para ouvir as infinitas mil e uma lamúrias “do-eu-não-vou-conseguir”, “minha-vida-está-ao-verso-e-ao-avesso” e, por fim, a citação de Caio Fernando Abreu que se incorporou a meu vocabulário: “eu não tinha essas marcas em volta dos olhos, eu não tinha esses vincos em torno da boca, eu não tinha esse jeito de sapatão cansado”.

Primeiro gostaria de agradecer a minha orientadora, a professora Marinalva Vilar, por ter aceitado essa hercúlea tarefa num momento de descrença geral, obrigado pela confiança e pela sinceridade de sempre. Ao professor Celso Gestemeier do Nascimento, meu pedido de desculpas por não ter correspondido as expectativas. Agradeço também, aos professores José Otávio Aguiar e Rogério Umberto pela participação na banca e as importantes arguições para a construção do texto.

Ao meu orientador dos tempos de graduação em História no CERES/UFRN, o professor Muirakytan Kennedy de Macêdo que me iniciou no mundo da pesquisa e permitiu que junto aos meus colegas de base, conseguisse reunir um *corpus* documental e a solidariedade necessária (e muitas vezes ausente) para sobreviver no mundo acadêmico.

Ao meu amigo-irmão Helder Alexandre Medeiros de Macedo, que além de irmão fraterno é grande conhecedor dos arquivos históricos de todo o Rio Grande do Norte e aos demais colegas que contribuíram com a pesquisa, nomeadamente, Alcineia, Michele e Avohanne.

Aos meus irmãos que conheci na residência universitária, Rosenilson Santos, João Batista, Jeyson Lima, Ezequiel Monteiro, Deyvid Anderson e João Paulo o agradecimento por uma existência menos dolorosa e uma vida sorridente. Com vocês aprendi o sentido da frase Clariciana “amizade é matéria de salvação”. Nesse rol de amizades que salvam, não poderia deixar de mencionar a presença de Jó e Júlio, amigos desde de tempos que minha memória gosta de lembrar.

Das vantagens de ser nômade, uma é o fato de construir laços e apegos por onde a gente passa. Foi num caminho desses que conheci Ana Herculano (@anaherculano do twitter), Juliana Lucena e Gênison. Aos três ourobranquenses, agradeço pela amizade e companheirismo – seja ele na forma de se tocar ou na forma intangível da saudade e do mundo virtual.

Aos amigos Adriano, Fábio, Emanuel, Zezeca, Rocha e Richard, pela amizade e carinho dispensados. Em especial destaque, agradeço a Fábio Macêdo por me ajudar com os gráficos e com o meu analfabetismo digital. Fábio, vez ou outra, também foi luz em breu escuro.

Aos meus colegas do PPGH, especialmente, Laís, Rapha, Thiago, Joabe, Adjefferson, Rose, Débora, Gustavo, Harriet pela amizade e pelas discussões sempre muito proveitosas.

Ao PPGH/UFCG e a CAPES pelo indelével financiamento da pesquisa. Estendo o meu agradecimento aos funcionários do PPGH e aos demais funcionários que compõem a Unidade Acadêmica de História. Destaco as descobertas recentes, de amizade e solidariedade que encontrei em Socorro, Rosa e Geo; Talita e Juliene também se enquadram nessas últimas grandes e doces e necessárias e fraternas descobertas.

Experenciarmos uma nova cidade é dilatar o espaço vital dos sentimentos e das expectativas. Campina Grande do pouco que a vivenciei me proporcionou alguns achados de umidade e amizade, dos quais não posso deixar de fazer referência ao amigo João Paulo Andrade que me recebeu inúmeras vezes em sua casa para passar chuvas ou tempestades inteiras.

Aos alunos, funcionários e colegas da UFRN, especialmente, as professoras Edneide, Mabel e Isabelly com quem eu estreitei laços e me deparei com palavras de apoio e possibilidade.

Por fim, agradeço a minha família pelo amor incondicional. A minha mãe pela vida e a torcida mais devotada; A minha irmã pela paciência e pelo amor de sempre; a Túlio meu irmão “doido”, intenso, intempestivo, mas imensamente carinhoso e compreensivo; A minha Vó Dalvina a minha mais tenra referência do que é afeto. A Bruno devoto um sincero agradecimento pela paciência e um pedido de desculpas pelas muitas ausências, sem você, *preto*, esta jornada teria sido ainda mais árdua.

## RESUMO:

Nossa pesquisa tem por foco a história social da família nos Sertões pecuaristas da Província do Rio Grande do Norte no período de 1870 a 1890, através da relação entre o patrimônio familiar e o fenômeno climático-social das secas, que periodicamente assolavam e assolam estes espaços. Nosso objetivo não reside na ratificação da leitura determinista que estabelece um modelo fixo para seca e pobreza, mas em problematizar a citada relação patrimônio familiar e este fenômeno climático-social. Desse modo, pretendemos investigar como se deu tal relação, que estratégias foram efetivadas para produção e conservação do patrimônio, se elas surtiram ou não efeito, se não, verificar como se deu a dilapidação desse cabedal. Constituem nossas fontes de primeira mão, 177 inventários *post-mortem*, sob a guarda do LABORDOC-UFRN, documentação esta que nos permite refletir sobre o cotidiano dessas famílias, entrever a vida econômica e as relações sociais desenvolvidas por um determinado grupo familiar, trabalhadas através da metodologia de cruzamento das fontes e dados. Por meio de tal estudo, no esteio da relação entre a família sertaneja e a seca, desvelamos, também, o laço umbilical existente entre cultura e natureza.

Palavras-chave: Família – seca – pobreza

## **RÉSUMÉ:**

Notre recherche se concentre sur l'histoire sociale de la famille dans les landes éleveurs dans le Rio Grande do Norte dans la période 1870-1890 , à travers la relation entre la richesse de la famille et le phénomène du climat social de sécheresses qui ont ravagé périodiquement et qui ravagent ces espaces . Notre objectif ne réside pas dans la ratification de la lecture déterministe qui établit un modèle fixe pour la sécheresse et la pauvreté , mais de problématiser le rapport mentionné ce patrimoine familial et le phénomène du climat social. Ainsi , nous examinons comment était cette relation , quelles stratégies ont été appliquées pour la production et la conservation du patrimoine , qu'ils surtiram effet ou pas , sinon , vérifier comment était la dilapidation de ce cuir . Constituent nos sources de première main , 177 inventaires post-mortem , sous la garde de LABORDOC - UFRN , cette documentation qui nous permet de réfléchir sur la vie quotidienne de ces familles , un aperçu de la vie économique et des relations sociales développé par un groupe particulier de la famille , a travaillé à travers Traverser les méthodologies et sources de données . Grâce à cette étude , le pilier de la relation entre la famille de pays et la sécheresse dévoiler également le lien ombilical qui existe entre la culture et la nature .

Mots-clés: famille - sec - pauvreté



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
-----------------	----

<b>CAPÍTULO 01: OS FILHOS DA PALAVRA: A SECA ENTRE PRÁTICA POLÍTICAS E ECONÔMICAS .....</b>	<b>23</b>
---	-----------

1.1.1877: A gramática expositiva da Seca .....	24
1.2.Tempos de Angústia: O Rio Grande do Norte no contexto da crise do Império .....	32
1.3.Sociedade e trabalho nos últimos anos da escravidão no Rio Grande do Norte .....	43

<b>CAPÍTULO 02: OS FILHOS DA FOME: COTIDIANO, PRÁTICAS ALIMENTARES E MODOS DE CONSUMO EM TEMPOS DE SECA .....</b>	<b>54</b>
---	-----------

2.1.Entre a natureza e a cultura: articulações para uma história da alimentação e da fome.....	55
2.2. <i>Modus Vivendi</i> sertanejo: Práticas alimentares e a produção de subsídios à vida ...58	

2.2.1. Dos Subsídios À vida .....	68
2.2.1.1. Farinha.....	

69

2.2.1.2. Milho, Feijão e arroz .....	75
2.2.1.3. Das carnes domésticas e selvagens; do leite e seus derivados .....	78

2.3. Da agonia e da pobreza .....	80
2.4. <i>Requiescat in pace</i> : sobre morrer de fome .....	83

<b>CAPÍTULO 03: OS FILHOS DA RESISTÊNCIA: EXPERIÊNCIA FAMILIAR EM TEMPOS DE CRISE .....</b>	<b>87</b>
---	-----------

3.1. Áridas violências, nem tão silenciosas .....	88
3.2. A arte de resistir: Ritos de violência .....	94
3.2.1. Coronéis e Bandidos .....	96
3.2.2. Roubo do mercado .....	99
3.3. Os socorros públicos e a multidão .....	101

<b>33CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>104</b>
-------------------------------------	------------

## FONTES E REFERÊNCIAS

## **ABREVIATURAS:**

RPPRN – Relatórios dos Presidente da Província do Rio Grande do Norte.

RPPCE - Relatórios dos Presidente da Província do Ceará

RPPPB - Relatórios dos Presidente da Província do Parahyba do Norte

LABORDOC – Laboratório de Documentação Histórica CERES/UFRN

**LISTA DE IMAGENS:**

**IMAGEM 01:** ATRLAS DO IMPÉRIO DO BRASIL - 1862

**IMAGEM 02:** FABRICO DE RARINHA POR PERCY LAU

## **LISTA DE TABELAS:**

**TABELA 01:** DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS DOS SOCORROS PÚBLICOS POR PROVÍNCIA EM 1877

**TABELA 02:** QUANTITATIVO DAS FAZENDAS DE GADO E SUAS PRODUÇÕES NOS ANOS DE 1859 E 1862

**TABELA 03:** GÊNEROS DE EXPORTAÇÃO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE NOS ANOS DE 1870 A 1890

**TABELA 04:** COMPRA E VENDA DE ESCRAVOS NA VILA DO PRÍNCIPE – 1850-1888

**TABELA 05:** POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA DA VILA DO PRÍNCIPE EM 1872

**TABELA 06:** QUADRO FUNDIÁRIO NOS REGISTROS DE TERRA DE 1850 A 1890

**TABELA 07:** COMISSÕES DE SOCORROS PÚBLICOS RADICADAS NA RIBEIRA DO SERIDÓ E DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS POR COMISSÃO

**TABELA 08:** OCORRÊNCIA DE BENS RELACIONADOS A FARINHA NOS INVENTÁRIOS

**TABELA 09:** REFERÊNCIAS AO MILHO DE 1822 A 1889

## **LISTA DE GRÁFICOS:**

**GRÁFICO 01** – DEMONSTRATIVO DOS GADOS VACUM, CAVALAR, CABRUM, MUAR E OUTROS, NO PERÍODO DE 1870 – 1880.

**GRÁFICO 02** – DEMONSTRATIVO DAS EXPORTAÇÕES DA PROVÍNCIA DE RIO GRANDE DO NORTE NO PERÍODO DE 1850 A 1890 (EM ARROBAS).

**GRÁFICO 03** – DEMONSTRATIVO DA QUANTIDADE DE ESCRAVOS NO PERÍODO DE 1870 – 1888.

**GRÁFICO 04** – QUANTITATIVO DE HERDEIROS POR INVENTÁRIOS

**GRÁFICO 05** – REPRESENTATIVO DO NÚMERO DE MORTOS ATÉ 1889

Da narradora no passado, e do presente que me tomava a mão nos trechos conturbados, aqui está, ó futuro, saltei na sela de seu cavalo. Quais estandartes novos você me traz dos mastros das torres de cidades ainda não fundadas? Quais fumaças de destruições dos castelos e jardins que amava? Quais imprevistas idades de ouro prepara, você, malgovernado, você, precursor de tesouros que custam muito caro, você, meu reino a ser conquistado, futuro... *(Italo Calvino, O cavaleiro Inexistente)*

## TEMPO, ESPAÇO, MOVIMENTO.

“Seria penível recordar-vos que sertões, outr’ora verdejantes e ricos (...) estão reduzidos à desertos, despovoados pela torrente da emigração que se tem estabelecido para a capital e o littoral da província.”

“Prolongando-se a secca, e aggravando-se, por conseguinte, a afflictiva situação dos desvalidos (...) determinou a emigração de grande parte d’elles para os brejos e outros logares em demanda de socorros.”

”Mossoró que desde 1877 foi o receptaculo da população dos sertões desta província e da província da Parahyba (...) ainda hoje conta para mais de 45 mil pessoas, sendo cerca de desoito mil procedentes da ultima província”

Essas três citações, sem apresentação prévia, poderiam ser lidas como provenientes da mesma fonte: a constância do tema, o tom carregado impresso, a insistente referência ao movimento, a necessidade do deslocamento como requisito a sobrevivência, enfim, uma regularidade que comunica certa unidade. Apesar da fonte parecer a mesma, essas palavras pertencem a três relatórios de Presidente de Província distintos, respectivamente, da província do Ceará<sup>1</sup>, da Parahyba<sup>2</sup> do Norte e do Rio Grande do Norte<sup>3</sup>. Dessa forma, indica-se o preambulo de um estudo que carrega no movimento, no deslocamento, no sofrimento andrajoso um de seus temas centrais.

Tal motilidade é inerente ao nosso tema, cuja proposta é estudar o fenômeno climático e social das secas e o cotidiano das populações submetidas ao regime de inópia instaurado a partir da falta de chuva e excesso de relações sociais desiguais. A seca aqui não é concebida como determinante natural do quadro de pobreza ou miséria no qual estão inseridos a maioria dos personagens componentes desta narrativa, mas como um fator inexpugnável para se pensar a sociedade plasmada nos sertões dos

---

<sup>1</sup> RPPCE Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, 2 de julho de 1877, p. 39.

<sup>2</sup> RPPPB Esmerino Gomes Parente, 12 de agosto de 1877, p. 30.

<sup>3</sup> RPPRN Rodrigo Lobato Marcondes Machado, 27 de outubro de 1879, p. 8.

espaços do Antigo Norte (hoje Nordeste<sup>4</sup>), especificamente, os que deram contorno ao que hoje concebemos como Região do Seridó – um espaço diferenciado, no qual a historiografia regional identificou como sendo de conspícua resistência (MORAIS, 2005, p. 48, 49, 50).

A experiência familiar e o cotidiano de convivência com as vicissitudes climáticas é o foco deste trabalho. A família é a unidade básica de análise, sugerida tanto pelas fontes que fazem remissão direta a família (inventários e registro vitais), quanto pelas alusões feitas na literatura que quando falam da epopeia sertaneja em busca da sobrevivência, o fazem, quase sempre, a partir de histórias familiares. A família aqui não é concebida como um dado natural, dada a diversidade das suas formas de organização social baseada em distintas relações de parentesco (LEVI-STRAUSS, 1989, p. 75-79).

As famílias presentes nesta investigação, nem de longe lembram a família patriarcal posta como modelo por certo ramo da sociologia brasileira inspirada na obra máxima de Gilberto Freyre, que se alicerçava na tríade Escravidão, latifúndio e patriarcado rural. Essas famílias não possuíam um grande número de escravos, nem tão pouco tinham agregados de várias gerações sob o mesmo teto. O que possuíam de terra muitas vezes não passava de um pequeno sítio do qual retiravam sua subsistência frequentemente abalada pelos períodos de estiagem.

Bastava o prolongamento de uma estiagem para começar o deslinde de seus modos de vida em agonia. Sem ter de onde tirar o sustento da sua prole, se remediavam com os poucos bens que possuíam ou tutelavam de algum órfão. Em último caso, se colocavam nas estradas, era o começo da retirada – cuja imagem fora detalhadamente incutida nas nossas mentes por obras como as de José de Alencar, José Américo de Almeida, Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos. Andava-se a procura da sobrevivência, buscando-se, principalmente, o litoral e os centros administrativos das província com o fim de sensibilizar os governantes.

Com a consciência dessa mobilidade, percebe-se a dificuldade de estabelecer recortes quando os próprios sujeitos históricos não se limitavam a tal ou tal espaço. Partindo desse pressuposto, instituiu-se como critério o “lugar de produção”<sup>5</sup> das fontes

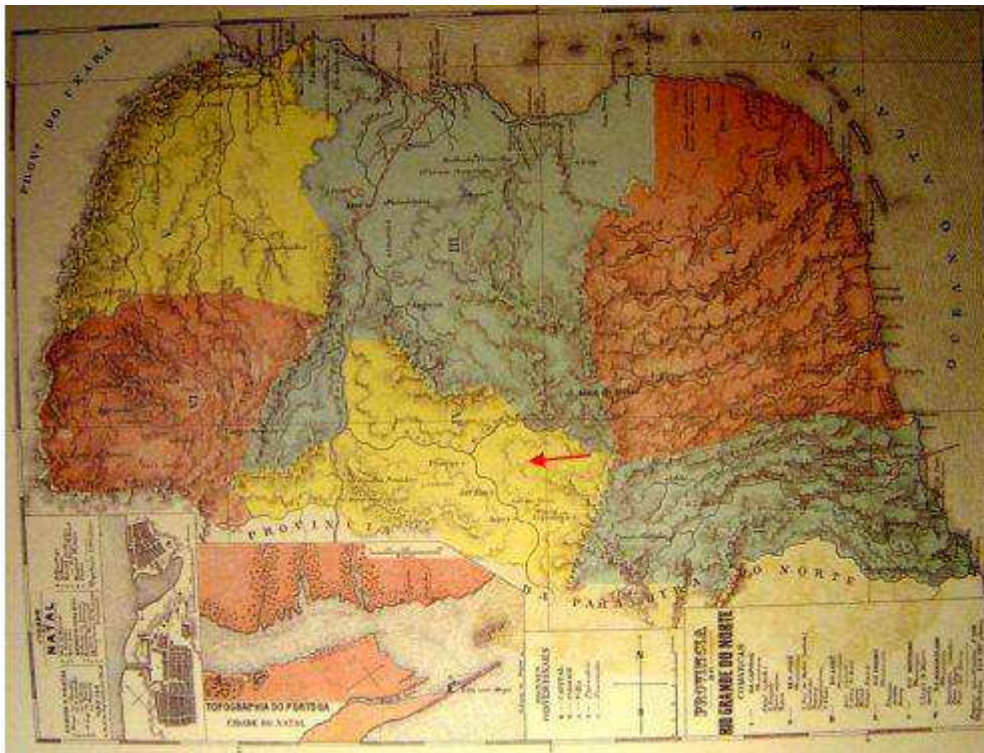
---

<sup>4</sup> Sobre a subjetivação e o processo de separação culminante na emergência da Região Nordeste ver Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1999)

<sup>5</sup> Michel de Certeau identifica como uma das três fazes da operação historiográfica a identificação do lugar da onde se fala.



utilizadas, elegendo-se assim a Cidade do Príncipe<sup>6</sup> como campo de análise, posto que a maior parte da documentação está ligada a tal circuito, cuja produção estava sob a responsabilidade da comarca da citada cidade que correspondia, por sua vez, a um espaço maior que o próprio território da vila – conforme pode-se vislumbrar no mapa da época do império disposto abaixo:



Fonte: Cândido Mendes Almeida, **Atlas do Império do Brasil**, prancha 11.

A região da Ribeira do Seridó norte-rio-grandense encontra-se no semiárido<sup>7</sup> brasileiro, região de médias fluviométricas baixas, de poucas precipitações anuais, dotada de uma geografia física e humana crispada pelo sofrimento. Esse espaço não é compreendido como um dado natural e óbvio aos olhos de qualquer observador. Entende-se que ele fora desenhado e recortado por relações de força e interesses que lhe inferiram um sentido de diferença, fazendo do espaço um campo de forças que se

<sup>6</sup> Antes Vila Nova do Príncipe criada por decreto real em 1788, somente elevada à condição de cidade com o nome de Cidade do Príncipe em 1868. E assim ficou designada até o ano de 1890 (limite do nosso recorte temporal), quando passou a chamar-se Cidade do Seridó, e no mesmo ano, teve sua toponímia alterada para Caicó.

<sup>7</sup> Conforme o geógrafo Aziz Ab'Saber (1999, p. 07) Os atributos que dão similitude às regiões semiáridas são sempre de origem climática, hídrica e fitogeográfica: baixos níveis de umidade, escassez de chuvas anuais, irregularidade no ritmo das precipitações ao longo dos anos, prolongados períodos de carência hídrica; solos problemáticos (...) e ausência de rios perenes, sobretudo no que se refere a drenagens autóctones.

embatem no afã de instituir a sua própria economia de manipulação subjetiva dos símbolos que identificam o espaço (BOURDIEU, 1990) e o instituem o *corpus* imaginários que tem aspiram a realidade (CASTORIADIS, 2007, p. 95)

A ocupação por parte do homem europeu do entorno das margens da Ribeira do Seridó se intensifica a partir do século XVIII, após o arrefecimento da Guerra dos Bárbaros<sup>8</sup>, quando as primeiras famílias se assentaram com os seus gados e ali levaram uma vida de simplicidade rústica<sup>9</sup>. A vida desses primeiros colonizadores e suas famílias se confunde com a história do Seridó, o que pode ser constatado pelo forte apelo genealógico presente nas obras da historiografia regional.<sup>10</sup>

Quando se diz “Seridó”, arremete-se diretamente a um feixe de imagens que foram cunhadas com mais perenidade a partir do último quartel do século XIX, que colmataram um forte sentido histórico-cultural sobre uma identidade do espaço e dos homens que o habitam (MORAIS, 2005, MACÊDO, 2012; MEDEROS NETA, 2010). Mas, de onde se fala quando se diz “Seridó”? Em termos de localização, o Seridó se encontra na porção centro-meridional do estado do Rio Grande do Norte, seus limites se dão e se confundem com o estado da Paraíba – que inclusive o reivindicou como porção de seu território, reclamação essa que não surtiu efeitos graças a atuação do Padre Brito Guerra<sup>11</sup>.

A relação entre os homens e a natureza é insistentemente evidenciada no processo de elaboração regional. Da relação entre o homem e rispidez que lhe é oferecida pelos sertões<sup>12</sup> do Rio Grande do Norte, o Seridó se faz tangível: “Parte do Seridó é ‘ficção’, parte existe de se tocar. Sua história será sempre, como a história de outras paisagens, a tarefa de traduzirmos uma parte na outra parte. Espaço, tempo e, no meio do redemoinho, o homem a criar sinais.” (MACÊDO, 2012, p. 219).

---

<sup>8</sup> Sobre a guerra dos bárbaros ver Pedro Puntoni (2002), especificamente sobre o Seridó consultar Helder Alexandre Medeiros de Macedo (2011; 2013)

<sup>9</sup> A vida e o cotidiano dessas populações que se assentaram nos sertões do Seridó durante o século XVIII foram objeto da tese de doutorado do professor Muirakytan Kennedy de Macêdo (2007) – ver especialmente o capítulo cada palmo deste chão.

<sup>10</sup> As obras de história produzidas por intelectuais como Manoel Dantas (1940), José Augusto Bezerra de Medeiros (1980 e 2002), Olavo de Medeiros Filho (1981, 1983, 2002), Manoel Rodrigues de Melo (1985), Adauto Guerra Filha (2001), Celestino Alves (1985) têm como plinto a história e a genealogia das famílias brancas que compõem as estirpes das quais descendem as elites que participaram do processo de regionalização do Seridó. I

<sup>11</sup> Sobre o Padre Brito Guerra ver José Melquíades (1987) Fundação José Augusto Padre Francisco de Brito Guerra, um senador do Império.

<sup>12</sup> A exploração dessa relação se encontra com mais profundidade no primeiro capítulo deste trabalho.

Do que se disse sobre a dificuldade de estabelecer limites geográficos, pode se aplicar a tentativa de selecionar marcos temporais, mais uma vez recorreremos a confortável, mas não totalmente convincente, das datações oferecidas pelas fontes – que ora são extrapoladas para mais, quando a um inventário foi justaposto uma colação, ora para menos, quando, por exemplo, um relatório de presidente de província se remete a fatos passados para elucidar questões que lhes eram no momento do discurso pertinentes.

Desse modo, através do recorte subsidiado pelas fontes que aportam esta dissertação, o período compreendido entre 1870 a 1890 conforma o marco temporal da análise aqui desenvolvida. Tal escolha se justifica pelo fato de se tratar de uma época de grandes transformações na história do Brasil, marcada pelos últimos anos do regime escravista, cujo fim fora anunciado desde a promulgação da lei do Ventre Livre (1871), e efetuada de fato em 1888, questões estas que incidem diretamente sobre o patrimônio familiar, quando lhes suprimem seu bem de maior valor (o escravo) – bem este, que vinha sendo inflacionado desde pelo menos a suspensão do tráfico internacional (1850) (FLORENTINO e GOÉS, 1996) . Além disso, tratamos do período procedente a lei de terras de 1850, que alterou profundamente o quadro fundiário do Brasil, tornando a terra uma mercadoria que só podia ser adquirida por compra, dificultando o acesso à terra àqueles que não dispusessem de recursos para adquiri-la (MATTOS, 1985, p. 87) prejudicando mormente os pequenos e médios proprietários<sup>13</sup>.

De maneira mais específica o norte do império estava passando por uma profunda crise social e econômica, ligada a transferência e a concentração do poder nas mãos das elites cafeicultoras. Não obstante o fato de que nesse período ocorreram grandes secas nos anos 1870, 1877, 1878, 1879, 1885, 1889, 1890, além de duas enchentes igualmente devastadoras nos anos 1875 e 1881.

## **A PESQUISA: MÉTODOS E FONTES**

Metodologicamente procedemos lidando com as variadas escalas de observação que responderemos nossa problemática (REVEL, 1998, LEVI, 1992, p. 136, 2009, p. 14): Reduzindo a escala ao micro, enxergamos as relações de um determinado indivíduo ou grupo familiar com a sociedade que o rodeia, acompanhando suas trajetórias, suas práticas e seus comportamentos cotidianos. Por seu turno, por termos consciência que

---

<sup>13</sup> Ver Miriam Dorkinikoff

estes personagens são peças indispensáveis a um contexto histórico e social específico, ampliamos o nosso olhar para a sociedade na qual eles estão inseridos, na sociedade que eles estão em constante movimento (LEVI, 2009, p. 14).

Para tal intuito, figura como nossa fonte de primeira mão, os 177 Inventários<sup>14</sup> *post mortem* compreendidos no período de 1870 a 1890, pertencentes ao fundo do 1º Cartório de Caicó que estão sob a guarda do Laboratório de Documentação Histórica do CERES/UFRN. Através dos dados qualitativos destes documentos, podemos entrever aspectos importantes da vida dos inventariados<sup>15</sup>. Estes documentos revelam-se como fontes formidáveis para a temática da história da família (FURTADO, 2009, p. 112), pois além de dar conta dos bens possuídos pelo grupo familiar, dispõem de vitais informações sobre a parentela. Nas zonas agropastoris<sup>16</sup> eles fornecem subsídios para pensar à estrutura agrária de determinado espaço, dando conta das propriedades e das benfeitorias nelas implantadas, bem como a produção desempenhada pelas fazendas que podem ser classificadas como de criar ou de plantar. Além disso, é possível recolher ricas descrições da cultura material dos domicílios e das unidades de produção que são expostas nos Bens, assim como relações comerciais e investimentos que podem ser catalogados nas Dívidas. As Prestações de Conta sobre os bens administrados de órfãos, que geralmente vão sendo anexadas ao inventário mesmo depois da Partilha, são outra particularidade interessante desses documentos, elas podem dar conta da situação do cabedal herdado mesmo depois que foi dividido entre os herdeiros, principalmente, quando estes por algum motivo ou necessidade são perdidos ou vendidos.

Necessidade essa onde a seca por vezes pode ser identificada como a gênese, como é possível ilustrar através dos dados catalogados no inventário Jerônimo Emiliano de Jesus aberto em 1870. Em 1878 é anexado ao inventário o requerimento de Maria Madalena de Jesus, viúva e tutora dos órfãos Francisco, Maria, José, Manoel e Isabel, ao curador geral de órfãos da cidade do Príncipe, pedindo a liberação da quantia de 230\$000 mil réis concernentes a um pequeno sítio de terras, pois ela não pode mais prover os sustento dos ditos órfãos “por terem sido cosummidos pela sêca todos os seus

---

<sup>14</sup> Distribuídos nas seguintes caixas na organização do Labordoc: 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30.

<sup>15</sup> Segundo Júnia Ferreira Furtado, estes documentos são “produzidos no contexto da morte de um indivíduo, ajudam a formar um retrato bastante revelador da vida do falecido e da sociedade que o cercava” (2009, p. 115).

<sup>16</sup> Podemos destacar três trabalhos que se valeram dessa fonte para elaborar uma história da família nestas zonas de produção, particularmente naqueles lugares onde a pecuária era predominante, e que atentaram para estas questões.

bens” chegando a faltar “recursos para suas subsistencias, em vista do quadro afflictivo que por todos vai passando” .

Para proceder com a análise em termos demográficos, a partir do método da Reconstituição de paróquia desenvolvido na Universidade do Minho por Maria Noberta Amorim, nos debruçamos sobre as fontes de cunho eclesiástico, produzidas pela Igreja Católica, circunscritos no território da Freguesia da Gloriosa Santana do Seridó, com intuito de observar a realidade populacional da Vila do Príncipe, este método como bem observou Maria Silvia Bassanezi (2009, p. 163), permite reunir as informações variadas dos registros nascimento, casamento e óbito sendo possível observar se um determinado sujeito “migrou, com quem estabeleceu relações sociais através do compadrio e do casamento, que atividade ocupacional exerceu; a que grupo social pertencia (...) se teve filhos”, de modo que é viável acompanhar parte da vida desses indivíduos – ou pelo menos aqueles trechos em que elas foram tocadas e escritas, mesmo que de forma fragmentária e lacunar, com as tintas férreas dos poderes constituídos. As fontes que possibilitam tal empreitada são: os assentos de Batismo compreendidos do período de 1870 a 1890, o livro de casamento correspondente ao período 1870 a 1890, e registro de óbito por ocasião do enterramento no período de 1870 a 1890.

Os dados dos inventários e desses registros vitais (óbito), serão indexados em formulários do programa de computador “Microsoft Access”, para facilitar a criação de gráficos e tabelas e também para promover a pesquisa de alguma informação em particular.

Poderíamos ainda, citar a existência de outras três fontes que nos são igualmente relevantes para entender os contextos específicos dos tempos de seca: 1) Os relatos dos argutos observadores do cotidiano dos sertões do Seridó, os cronistas Manoel Antônio Dantas Corrêa, Manoel Dantas (1867-1924) e Laurentino Bezerra de Medeiros Galvão (1833-1898), estes homens dedicaram muitas páginas de seus escritos e de suas vidas para descrever os anos de seca, esses relatos de vida são de extrema utilidade para o historiador que se interessa pela vida cotidiana dos sertões; 2) Os Relatórios dos presidentes da Província do Rio Grande do Norte, no período compreendido entre 1870 a 1890, que nos permitem observar as atitudes e reações dos administradores do império em relação à seca; 3) O jornal o Povo (1889 a 1890), semanário produzido em parte pelas elites intelectuais da Cidade do Príncipe; Outro jornal utilizado, foi *O Brado*

*Conservador* que circulou entre os anos de 1876 e 1889 na cidade de Assú; Essas fontes nos credenciam como as elites intelectuais do lugar percebiam os períodos de estiagem;

\*\*\*

## **UMA HISTÓRIA SOCIAL DA SECA:**

A busca de uma conceituação segura do que viria a ser a história social é demasiadamente ampla, já que o seu objeto de estudo não pode ser isolado “como a história econômica ou outras histórias hifenizadas” (HOBSBAWM, 1998, p. 87). Numa definição muito preliminar e genérica de história social, podemos aferir que o consenso entre as mais variadas correntes históricas, é que ela pode ser definida como a história dos grupos sociais e suas relações<sup>17</sup>.

Das vertentes mais proeminentes dessa concepção de história se destacam uma de procedência francesa<sup>18</sup> e outra de ascendência inglesa – que foi por muitas vezes vilipendiada pela primeira, que ignorou os métodos exemplares e a “grande inventividade” dessa historiografia (BURGUIÉRE, 1993, p.119) – a qual esta análise deverá se debruçar.

A recuperação da dimensão da capacidade de agência e autonomia do homem e, em especial, da classe trabalhadora foi, na falta de uma conceituação melhor, o principal projeto político da obra de Thompson, que esteve sempre atento à forma como os homens inseriram suas vontades em contextos reais que davam em contrário com seus anseios. Assim, a história em Thompson é a história do movimento, da luta, do agir, os homens podem até, para citar Marx (1997, p. 21), estar sob o julgo das conjunturas “que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”, mas não são meros fantoches, eles atuam ativamente no mundo em que vivem com base em um repertório de experiências respaldadas na tradição, nos costumes, nos seus sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 1987, p. 10). Desse modo,

---

<sup>17</sup>Para comprovar este consenso, consulte-se, por exemplo, o historiador francês Michel Certeau (2008, p. 79), o inglês Edward Thompson (2001) e o italiano Edoardo Grendi (2009, p.36).

<sup>18</sup> Decorrente da Escola dos Annales que pode ser observada desde as intenções dos fundadores da revista – como sugere o seu nome - Annales D’histoire Sociale e que foram abraçadas, guardadas as devidas proporções, pelos membros das gerações seguintes (BURGUIÉRE, 1993, p.717-718; BARROS, 2004, p.110), mesmo quando o projeto globalizante das primeiras gerações virou migalhas (DOSSE, 1994)

homem, notadamente, o pobre que era tido como coisa inane, torna-se capaz de inserir sua ação – mesmo que de forma restrita (THOMPSON, 2001, p. 140; 1998, p.22).

Dos modos de agir dos pobres, um ganhará especial relevo no pensamento de Thompson: O motim<sup>19</sup>. O motim é o poder da multidão, que usa do seu “número ilimitado” para pressionar as autoridades ou negociar direitos. O motim tinha como plinto as tradições populares e era legitimado pelos sentidos de uma “economia moral” mais antiga “que ensinava ser imoral qualquer método desonesto de aumentar o preço dos alimentos, para se aproveitar das necessidades do povo” (THOMPSON, 1987, p. 66). Desse modo, o preço do pão, não o salário, seria o principal indicador do descontentamento popular. “As ‘leis’ divinas da oferta e da procura”, ironiza Thompson, não conseguiam romper os ideais de preço justo, ratificados pelo costume, e as “noções mais antigas de barganha direta”, vemos aí um conflito entre a economia moral das massas e a economia de livre mercado que lutava para se estabelecer. Porém, é necessário salientar que o que revoltava os amotinados não tinha como gênese a fome pura e simplesmente – ou seja, uma motivação biológica –, se tratava de algo mais complexo: uma forma de julgamento e punição popular contra os preços e a má qualidade dos alimentos, que estavam sob o julgo dos varejistas “imorais” (Idem, p. 67. 68).

Para o nosso estudo não encontramos um motim de fato relacionado com a questão da fome e da pobreza, o que não significa, definitivamente, que os pobres estivessem satisfeitos com a sua aviltante situação ou não desenvolvessem práticas que visassem a sua inserção ativa na construção dos seus destinos individuais. Além disso, mesmo não havendo o motim de fato, a pressão e o clima de tensão que se instaurava já era o suficiente para atemorizar as elites dirigentes – fato que o próprio Thompson era bem consciente.

De toda forma, existe uma grande gradação de formas de resistir que não são necessariamente expostas e explicitas, que podem se acinzentar disfarçando na aparente banalidade dos atos cotidianos com os quais se habitua os olhos. A historiografia marxista, enquanto sonhadora de grandes revoluções que mudariam o *telos* da história,

---

<sup>19</sup> O termo e suas imbricações estarão presentes desde a “Formação da Classe Operária”, e ganhará especial tratamento em dois artigos publicados na coletânea “Costumes em comum”, intitulados: “A economia moral da multidão inglesa no Século XVIII” e a “Economia moral revisitada”. Ver Thompson (1987, 1998).

muitas vezes ignorou essas formas de resistir, todavia, será através da sua renovação, ocorrida notadamente a partir da década de 1970, que essas formas de agir mais enviesadas no cotidiano serão mais claramente elucubradas<sup>20</sup>.

Dessa forma será com o plinto nos preceitos lançados por uma historiografia de inspiração marxista de análise social, que nos debruçamos para dar conta desta investigação fortemente enviesada pela história social. Cada capítulo tem suas discursão e uma bibliografia própria para o tratamento das fontes e dos temas abordados, mas sem deixar de ter um elemento coesivo entre si: a história social das pessoas que habitavam os sertões do Seridó.

\*\*\*

Sendo assim, os capítulos estão estruturados da seguinte maneira:

No capítulo primeiro fazemos uma análise da sociedade sertaneja do Seridó norte-rio-grandense levando em consideração o tripé política, economia e sociedade, com o fito de deslindar o campo social no qual os sujeitos viviam e agiam para consorciar melhores condições de vida.

No segundo capítulo nos debruçamos sobre as formas cotidianas de existência, suas feições e modos de vida e de consumo. Como se alimentavam ou produziam víveres? E quando a seca chegava, quais alterações ocorriam? Assim, dedicamos essa parte da análise a produção agrária de subsistência e aos sistemas de alimentação praticados nas espacialidades em análise, indo da fartura dos “tempos normais” a morte pela inanição nos “tempos difíceis”.

Por fim, no terceiro capítulo, analisamos as “formas cotidianas de resistência” (segundo o conceito de James Scott (2002, 2011)), com o azo de entender as ações veladas dos homens que tiveram suas trajetórias encobertas pelo alarido das grandes elites e sua agência política. Essas ações não primam pela clareza característica dos atritos intensos, muitas vezes essa resistência acortinada se encontra numa pequena

---

<sup>20</sup> Analisamos essa questão e elaboramos uma discussão mais aprofundada com a bibliografia específica no capítulo três deste trabalho.



frase, num trecho impressado no meio da linguagem morosa de um processo crime, ou na leitura à “contrapelo”<sup>21</sup> de um jornal ou fonte oficial da época.

Através dessas análises descortina-se a vida e as ações dos homens e mulheres que praticaram os espaços que ora estudamos. Foi sobre o regime da inófia e da incerteza que se fundaram os *rústicos* (MACÊDO, 2007) e nem tão afortunados cabedais das famílias da zona agrária dos sertões da ribeira do Seridó, radicadas na Cidade do Príncipe. Contudo, esta regência não esterilizou o campo das estratégias e ações sociais que estas famílias poderiam promover para sua salvaguarda. Assim, leiam esta história escrita com base nos *indícios, sinais e sintomas* (LEVI, 1992, p. 154) apontados pelas fontes e, como se estivessem numa janela, deslindem um fragmento do cotidiano das populações investigadas.

---

<sup>21</sup> Marc Bloch (2001) defende uma leitura das fontes históricas a contrapelo, buscando as arestas, o que não foi dito e o que se esconde por entre o que foi dito, enfim, o que a de revelador nos lapsos que fogem a vontade do produtor da fonte.

## **CAPÍTULO I:**

### **OS FILHOS DA PALAVRA: A SECA ENTRE PRÁTICA POLÍTICAS E ECONÔMICAS.**

- A história é a escola dos povos e dos reis.
- Ella é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória e mestra da vida.
- A história das desgraças dos povos não é senão a dos erros e da incuria (sic) de seus chefes.
- A história é ordinariamente a oração fúnebre dos povos mortos, e a satyra ou panogyrico dos povos vivos. (“Moral - Conselheiro Bastos”, **O Brado Consenservador**, 01 de janeiro de 1878)

## 1.1 1877: A Gramática expositiva da seca

As experiências das pedrinhas de sal expostas ao sereno na noite do dia de Santa Luzia (GUERRA e GUERRA, 1980) não eram auspiciosas naqueles fins do ano de 1876. Em janeiro, os céus do novo ano eram de um azul desanimador para o sertanejo que o observava límpido, sem as alvissareiras “torres” enfeitando o nascente. Os meses que se seguiram não foram mais animadores. As águas de março não vieram, nem mesmo no dia consagrado a São José que, sem sinal algum de chuva, fazia definhir a esperança fervorosa. Mesmo com todos os indícios que aqueles tempos seriam difíceis, por improvidência ou fé desmedida, “ninguém acreditava na seca” (DANTAS, 1941, p. 119).

Um jornalista na cidade de Assú escreveu<sup>22</sup>:

O anno de 1877, que com toda razão pode se classificar como climactorico sobre tudo (sic) para esta e para as provincias limitrophes da Parahyba e do Ceará, onde tornou-se um conjuncto de aflicções e de ruinas, acaba de sumir-se nos inextricaveis abysmo da eternidade dos tempos: já pertence ao domínio da história.

A perspicácia da afirmação categórica do articulista nos parece, ainda hoje, muito apropriada. A seca de 1877 e o seu prolongamento durante os dois anos que se seguiram, ocupou longas e lacrimosas páginas dos cronistas e observadores que a vivenciaram, memória que ainda desperta interesse na historiografia recente – que a viu de perspectivas teóricas opostas, mas não que concordaram que, a partir daquele ano, algo de diferente, de inaugurador tinha acontecido. (NEVES, 2000, ALBUQUERQUE JR, 2001 e 1988).

Esse ano “que jamais apagar-se-á da memória dos sertanejos” (GUERRA e GUERRA, 1980, 57), foi eternizado mais pelos discursos e palavras ditas sobre a seca nele ocorrida, do que a própria duração, extensão e destruição causada pelos efeitos da seca. Palavras essas que calcinaram e descreveram com minúcia o “quadro de horrores”

---

<sup>22</sup> Um olhar introspectivo, **O Brado conservador**, 01/01/1878.

e as “scenas de dôr”<sup>23</sup> e que parecem servir de modelo para o discursos proferidos até hoje.

A emergência dessa seca como cerne dos discursos das elites nortistas se dá no contexto geral de crise dos meios de produção<sup>24</sup> que colocaram a economia do norte<sup>25</sup> em estado de debilidade e acanhamento frente ao desenvolvimento econômico vivenciado pelo sul – o que porá fim a aparente homogeneidade política e econômica das províncias (MELLO, 1999, p 16-17). A seca agravava o quadro de empobrecimento, mas serviu para que as elites dirigentes angariassem fundos para combatê-la, e dessem a visibilidade que almejavam num contexto de derrocada do seu poder político, social e econômico:

Enquanto a seca foi problema para o mundo dos despossuídos, ela era uma senhora desconhecida, não merecia mais que breves notas em pé de páginas de jornais, mas, quando chega ao mundo dos proprietários, ela não só é percebida, como é transformada no *cavalo de batalha* de uma elite necessitada de argumentos fortes, para continuar exigindo seu quinhão na partilha dos benefícios econômicos e dos postos políticos em âmbito nacional (ALBUQUERQUE JR., 1995, p.120).

Será essa estiagem utilizada como “carro-chefe” para que os representantes políticos do antigo norte, lancem as bases da diferenciação regional que culminará na “Invenção do Nordeste” (ALBUQUERQUE JR. 1999). Não cabe aqui julgar de forma polarizada se tais estratégias deram certo ou errado, basta-se auferir que os dividendos advindos do governo imperial para combater a seca de 1877 nas províncias do Ceará e do Rio Grande do Norte conformam uma renda maior que a arrecadação das duas províncias juntas pelos dez anos vindouros (!) (FROTA, 1975, p. 114).

---

<sup>23</sup>Falla com que o exm. sr.doutor José Nicoláo Tolentino de Carvalho abriu a 2.a sessão da 21.a legislatura da Assembléa Provincial do Rio Grande do Norte em 18 de outubro de 1877. Pernambuco, Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1877, p. 35)

<sup>24</sup> A açúcar e o algodão , principais produtos de exportação nortista, entraram em profunda crise na segunda metade do século XIX em decorrência da conjuntura internacional desfavorável, abalados que foram pela produção do açúcar de beterraba aliado ao rudimentar tratamento técnico que o açúcar da cana recebia no Brasil e a competição da produção algodoeira dos Estados Unidos e oriental, respectivamente (PRADO JR., 2004b p. 158)

<sup>25</sup> Para evitar o risco de anacronismos, utilizamos a antiga divisão do Brasil que, no período em exame, se limitava em Norte e Sul. Sobre isto, ver Manoel Correa de Andrade (1980) e Evaldo Cabral de Mello (1999), para a análise dos discursos que se subjetivaram, desmembraram e inventaram o Nordeste consultar Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1999).

Nos discursos e discussões ocorridos na corte sobre a seca, a presença da província do Ceará é proeminente, ofuscando a participação das outras províncias. Basta-nos pensar que dos 2.000.000\$000 contos de réis destinados aos socorros, 400.000\$000 contos ficaram com aquela província<sup>26</sup>. Tal evidência foi proporcionada, sem dúvida e em parte, pela atuação do senador Pompeu, performance esta anterior a própria seca de 1877 – o senador morreria nesse mesmo ano de início das intempéries<sup>27</sup>. O “Jornal do Commercio” fornece dado distinto do colhido nos anais do Senado, segundo o jornal da Corte (Rio de Janeiro), a província do Ceará ficou com 561.797\$040, continuando na ponta dos destinatários dos socorros, a província do Rio Grande do Norte ficou com 80.000\$000, ocupando o terceiro lugar como destino das verbas. (Ver tabela 01)

**TABELA 01: DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS DOS SOCORROS PÚBLICOS POR PROVÍNCIA EM 1877.**

Província	Crédito concedido
Parahyba	51:000\$000
Pernambuco	457:000\$000
Ceará	561:797\$040
Piauí	50:000\$000
Rio Grande do Norte	80:000\$000
Alagoas	18:500\$000
Rio Grande do Sul	21:328\$370
Pará	6:000\$000
Maranhão	405\$00
Total	1,246:030\$410

Fonte: Jornal do Commercio, Corte (Rio de Janeiro), citado por: O Brado Conservador, 01/01/1878.

O que a maioria da bibliografia olvida, ao falar da proficuidade da seca como forma de captação de recursos através dos créditos para os socorros públicos, é que os

<sup>26</sup>Anaes do Senado do Império do Brazil. Atas, Junho de 1877, p. 151, 160 e 179

<sup>27</sup> José Weyne de Freitas Sousa (2009) analisou detalhadamente a atuação do Senador Pompeu, se debruçando, inclusive, sobre a corografia escrita por Pompeu sobre as Secas.

referidos não vinham desacompanhados de longas e melindrosas discussões que não colocavam em evidência, em hipótese alguma, a seca ou a fome das populações flageladas. Tais discussões discorriam, fria e principalmente, sobre a aplicabilidade da lei de 9 de setembro de 1850, que colocava os socorros públicos e os gastos com melhorias das condições sanitárias sob a rubrica dos créditos suplementares<sup>28</sup>.

Em junho de 1877, começava uma acirrada discussão entre o Barão de Cotegipe, então ministro da fazenda, amigo pessoal do imperador e adepto fiel do partido conservador, e o senador pela província do Paraná, Silveira Motta, filiado ao partido liberal. Na ocasião, Cotegipe pleiteava justificar a liberação da vultosa quantia de 2.000,000\$000 contos de réis sob a rubrica dos chamados créditos extraordinários. A linguagem nem de longe congrega o tom de pesar que os relatórios de província expõem como carne em pele aberta.

Na laudatória discussão, estendida por dias e dias de debate, ficando a discussão centrada em Cotegipe, Corrêa e Silveira Motta, e do Norte apenas Zacarias de Góis e Vasconcelos se pronunciavam com pequenas frases de apoio a defesa do ministro. Mais que descortinar as misérias das populações pobres do norte, tais discussões revelavam as rugas políticas entre o partido conservador e o partido liberal – que já era o seio desbragado que abrigara os republicanos históricos das revoluções de 1817 e que, na época em exame, albergava a maioria dos políticos que participaram da formação do partido republicano (CARVALHO, 1990 e 2003).

No período da “Grande Seca”, precisamente no segundo ano, em 1878, chegara ao fim um período de dez anos nos quais o partido liberal amargara o dissabor do ostracismo, fruto do ressentimento do imperador, resultante do desentendimento entre ele e o mesmo Senador Baiano Zacarias de Góis e Vasconcelos<sup>29</sup>, que culminara na exoneração de Zacarias do cargo de Ministro do Império, pondo fim ao período conhecido como conciliação – fato esse que a historiografia política sobre o império

---

<sup>28</sup> Aqui iniciamos uma discussão com base nos “Anaes do Senado do Império do Brazil. 1870 a 1890, edições disponíveis na página eletrônica do Senado Federal ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)), as citações das páginas específicas se farão presentes também em notas.

<sup>29</sup> As relações entre Zacarias e o Imperador foram estremecidas graças a relação atritosa entre o primeiro e o futuro Duque de Caxias. O imperador fora pressionado pela imprensa da corte a tomar partido, pois a situação entre Caxias e Zacarias se tornara insustentável, a opção imperial tencionara para o lado de Caxias que já era considerado herói nacional graças as notícias que vinham da guerra do Paraguai. Sobre a queda do Gabinete de Zacarias e volta dos conservadores em 1869 Francisco Iglésias. Vida política, 1848/1868. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). História Geral da Civilização Brasileira. 2ª edição. São Paulo, Difel, 1969 e Capistrano de Abreu, Fases do segundo Império

acusa ser o início da derrocada da monarquia no Brasil (VIANNA, 1959, p. 13-16; MELLO, 1999, p. 16).

Os liberais voltariam a cena política com a chegada do gabinete de Cansação de Sinimbu à pasta do império e ele, ao colocar um antigo projeto do amigo pessoal, senador pela província do Ceará, Tomás Pompeu (ou “Pompeo” como apresentado nos documentos), colocou a seca no centro das discussões. O projeto de Pompeu ora revigorado por Sinimbu fora criado em 1869, tinha por objetivo aproveitar a mão de obra abundante nos tempos de seca nas obras públicas. Aprovava-se então a lei dos socorros públicos indiretos, nos quais os pobres recebiam os socorros mediante o trabalho nas obras imperiais.

José Weyne de Freitas Souza (2009, p. 153) analisou detalhadamente a relação entre a política e a seca no período compreendido entre o final do império e o início da república. Ao analisar o projeto que ele chamou de “Pompeu Sinimbu” inferiu que esse plano: “tinha como alvo, não o socorro aos desvalidos das secas, mas a utilização da mão de obra disponível. Essa mão-de-obra não era nem escrava nem de meação: era assalariada, como fora prevista no projeto original”. O labor dos desvalidos era pago com a ração que iria servir para a subsistência dos trabalhadores e suas famílias.

Foi nas disputas entre liberais e conservadores, ou mesmo entre liberais e liberais, já que seus ideais políticos não primavam pela unidade (CARVALHO, 2003), que apareciam as primeiras linhas da diferenciação regional entre o norte e o sul, linhas oriundas muito mais do tempestuoso contexto político do que da crise econômica vivenciada pelo norte, no período coetâneo. O visconde de Jaguaribe, por exemplo, partidário da frente conservadora, numa alocução transcorrida em vários dias, demonstrou maior interesse em demonstrar a ineficácia do presidente da província do Ceará, do que a própria questão da seca. A seca é, nesse relevo, apenas o cenário para demonstrar a improbidade do presidente. Insinuando fatores como o desvio do dinheiro da seca para “aformosear” a cidade de Sobral, da qual o presidente era natalício, ou dos lugares onde as construções dos açudes eram feitas de forma equivocada, pois privilegiavam a zona litorânea ao invés do alto sertão, Jaguaribe era taxativo: “desde o começo, digo que no Ceará falta administração, os serviços da secca não foram organizados”<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup>Anaes do Senado do Império do Brasil. Apêndice, 1979, p. 8, 9, 10 e 11.

Com base no que foi exposto, pode-se aferir que antes da crise econômica na qual os meios de produção do antigo norte foram atirados a partir do último quartel do século XIX, fora deflagrada uma profunda crise política que nem república que viria (e que não veio<sup>31</sup>) anos mais tarde conseguiria debelar. Com a incorporação, através dos socorros públicos indiretos, da mão-de-obra dos desencarnados braços açoitados pela fome e pela seca, foi possível a consecução de melhorias materiais e técnicas para província, traduzidas, mormente, em linhas férreas (verdadeira obsessão dos administradores províncias e objeto principal de acirradas alterações no legislativo Imperial (ARANHA, 2001, p. 75) para escoar a produção, e em açudes para melhor atravessar as estiagens.

O surgimento do algodão como possibilidade econômica de exportação, e com isso sua inevitável relação de concorrência no mercado internacional, era um indicativo de duas questões que teriam que ser levadas em conta pelas elites do norte: 1ª) a necessidade de modernizar-se, pôr-se a par dos progressos técnicos vivenciados pelo século XIX e; 2ª) que “a seca era decorrente do atraso econômico e não o atraso econômico decorrente da seca” (SAUSA, 2009, p. 163).

\*\*\*

Na província do Rio Grande do Norte a crescente crise política era visível através da alternância frequente dos presidentes da província. No decurso cronológico correspondente aos sessenta e dois anos do Império do Brasil, foram nomeados 45 presidentes de província, cuja perenidade no cargo estava sujeita as forças partidárias, que, como já afirmado, não primavam pela coerência e pela fidelidade.

As rinhadas entre liberais e conservadores se estendiam do centro do império até as mais longínquas localidades. Os Jornais criados na época ao sabor dessas arengas e disputas pelo poder são a materialidade textual que comprovam sua existência – Tavares de Lira (1982, p. 232) chega a estabelecer uma relação causal entre partidos e imprensa. Essas gazetas, em sua maioria, já anunciavam no nome a que agremiações pertenciam: “O brado conservador”, “O Liberal do Norte” “O conservador”. As contendas políticas tomavam muitas de suas páginas que causam verdadeiro enfado ao leitor de hoje, por vezes anuviando outros temas em suas edições.

---

<sup>31</sup> A discussão sobre a república que não veio, ela está presente principalmente em dois textos do historiador José Murilo de Carvalho, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi* (1987) e *a Formação das almas – O imaginário da república no Brasil* (1990).



O acirramento dessas forças políticas se dariam no contexto de efervescência política dos últimos anos da monarquia no Brasil. Os partidos imperiais estavam fracionados no ano de 1889 no Rio Grande do Norte, o rompimento entre os chefes conservadores João Manuel Carvalho (1841-1899) e Tarquínio Bráulio de Souza Amaranto (1929-1894), no partido Liberal a cisão se deu entre Amaro Bezerra (1825-1890) e José Moreira Brandão Castelo Branco (1828-1895), cada um desses homens eram líderes dos seus grupos políticos e portadores de jornais que expressavam suas ideias e, sobretudo, combatiam seus inimigos. (BUENO, 1999, p. 50-51).

Amaro Bezerra ainda envolveu-se em um conflito com o chefe político do 2º distrito<sup>32</sup> radicado no Seridó, José Bernardo de Medeiros<sup>33</sup>. O bispo do Seridó, como era conhecido José Bernardo na ironia dos seus adversários, rompeu com Amaro após esse não o indicar para vice-presidente:

As divergências irreconciliáveis obrigaram os dois chefes políticos a terçarem armas. Certamente reconhecendo a estatura política do Bispo do Seridó, Amaro Bezerra [...] Candidatou-se ele mesmo ao 1º e ao 2º distritos e foi a campo cabalar votos com farinha e demissões (MACÊDO, 2012, p. 136).

A farinha que Amaro Cavalcanti tinha de posse era oriunda dos socorros públicos que deveriam ser utilizados para aliviar os sofrimentos da população açoitada pela seca. A prática, porém, era comum. A corrupção dos socorros existia, embora a repartição dos gêneros, conforme os anseios dos presidentes de província, aspirassem à equidade e eles acreditassem que as comissões por eles nomeadas tivessem correspondendo “as vistas do governo” problemas e denúncias de abusos não faltaram. O cronista Manuel Maria do Nascimento Silva (1909) delatou em sua crônica a “má administração na distribuição dos socorros” diante da insidiosa ação dos comissários que se utilizavam dos socorros para “fazer fortuna própria” e se aproveitar das moças donzelas, deflorando-as<sup>34</sup>.

---

<sup>32</sup> Por ocasião da reforma eleitoral de 1881 conhecida como lei Saraiva que dividia as províncias em distritos eleitorais, existiam no Rio Grande do Norte dois distritos, o 1º albergava a capital, as cidades litorâneas e a zona da mata e o 2º abarcava todo interior da província, sobretudo a área sertaneja.

<sup>33</sup> Sobre José Bernardo de Medeiros consultar interessante perfil produzido por José Augusto (1980, p. 117-134).

<sup>34</sup>LABORDOC. Fundo José Augusto Bezerra de Medeiros. SILVA, Manuel Maria do Nascimento. Genealogia dos nossos antepassados referentes aos diferentes ramos de nossa ascendência..e são =

Aqui a seca em foco não é mais a grande seca de 1877-79 e sim a de 1889-90, que no Rio Grande do Norte coincide com as eleições provinciais. Na eleição de 1889 o uso da máquina pública para a angariação de votos foi flagrante, fazendo com que a relação seca e política extrapolasse para o campo das disputas eleitorais.

O jornal “O Povo” da Vila do Príncipe capitaneado pelos simpatizantes de José Bernardo de Medeiros, não cessou de denunciar as acórdias praticadas por seus adversários políticos, as (obs)cenas políticas desveladas pelo jornal, correspondem ao embate político resultante do rompimento entre José Bernardo de Medeiros e Amaro Cavalcanti. Manoel Dantas, um dos principais articulistas do Jornal, em 24 de agosto de 1889, denunciava aos seus leitores, os “arranjos eleitorais” que Amaro C. preteava em campanha pelo Seridó.

O primeiro ato do jornalista foi desclassificar as pessoas que cercavam o seu opositor colega de partido e desafeto dos liberais do Príncipe:

De um lado os liberais traidores do seu partido, corrompidos ou comprados pela farinha do governo; do outro lado conservadores sem prestígio e sem dignidade que se entregaram a um adversário a troco de uma promessa irrealizável de um poder hypothetico.<sup>35</sup>

O jornalista intentava delatar a “campanha da prepotencia (sic) e da corrupção” que o “Sr. Dr. Amaro” empreendia. A edição daquele dia tinha sido toda dedicada a crítica da campanha do adversário que era a personificação do “capricho” e do “despotismo desfarçado (sic) em poderes fficiaes”. Junto a comitiva de Amaro vinha as demissões de promotores, autoridades policiais, delegados escolares que cediam lugar para a contratação de aliados, num ato de “pressão officialimmoral”, “um escandalo sem nome”<sup>36</sup>

---

Medeiros, Araújo, Dantas e Silvas [e] Historia das Seccas e suas consequencias desde o começo do ceculo de 1700 athe a presente daeta. Fazenda do Navio, 16 jul 1909.

<sup>35</sup> “Manejos eleitorais”, **O Povo**, 24 de agosto de 1889, p. 01

<sup>36</sup> Idem.

Um anônimo sob a alcunha de “O piano Rodó”<sup>37</sup>, denunciava com afiada ironia a passagem de Amaro pela Vila de Acari cabalando simpatias com o peso da farinha dos socorros públicos:

Creio no Dr. Amaro, todo poderoso, creador das commissões de socorros que tudo podem em epochaseleitoraes. Creio na força e efficácia da farinha do governo que já me deu a vida em 1879 quando descí ao limbo e de lá sahi [...] Creio tudo isso que ensina a crer o meu interesse e proponho firmemente entrar na nova seita dos farinheiros por todos os tempos em que ella der alguma cousa.

“O Povo” conclamava a todos os leitores do 2º Distrito a resistirem contra as investidas do inimigos detentores de farinha, pois confiavam “nos brios do eleitorado” que se mantinham incólumes aos acenos de Amaro e também atacavam quem se rendesse aos seus encantos<sup>38</sup>. O que estava em jogo nessa disputa pelo território, era, sobretudo, a hegemonia dos grupos políticos do Seridó. Passado o pleito, cuja tensão era que tudo descambasse para o ferro e o fogo<sup>39</sup>, a vitória de Miguel Joaquim de Almeida Castro (1834-1901), candidato bafejado pelo chefe político José Bernardo, ratificava o poder do Bispo do Seridó em seus domínios.

A história política da seca, como outras e tantas histórias políticas do Brasil, é também uma história política da corrupção. Nas altercações eleitorais entre os partidos rivais, ou mesmo nas disputas intrapartidárias, é que as fraturas morais dos administradores da nação vinham à tona do sangue derramado por quem realmente sofria com a seca. Desse modo, a seca não é conveniente apenas para os urubus que abundam em torno das carcaças que coalham nos monturos, ela é a base de muitas fortunas e o cabedal político de homens que a confiscam como ente de poder.

## **2.2 Tempos de Angústia: O Rio Grande do Norte no contexto da crise do império**

---

<sup>37</sup> “Solicitadas”, **O povo**, 4 de agosto de 1889, p. 02.

<sup>38</sup> “Entregaram-se – os chefes conservadores do Acary Antonio Pires e Manoel Bezerra (o tal que propalou ter regeitado (sic) 12:000\$000, 1000 sacas de farinha, etc.) entregaram-se de corpo e alma ao Dr. Amaro, já se vê a troca das commissões, posições officiaes, e arranjos altos e pequenos.” Noticiava “O povo” e exclamava “Essa farinha do governo tem uma força!!.

<sup>39</sup> Pleito Eleitoral. **O povo**, 07/09/1889, p. 01.

Colocar a seca no centro das deficiências econômicas da província do Rio Grande do Norte foi, por vezes, uma explicação bem aprazível e simples para a situação de pobreza por ela vivenciada, mesmo historiadores econômicos sagazes como István A'rbóicz (1986, 24) em seus *Ensaio sobre história econômica do Rio Grande do Norte*. Embora não se possa negar os funestos efeitos da seca sobre a produção econômica das províncias do norte, para se comprovar essa assertiva é necessário, apenas, verificar a relação despesa/arrecadação no biênio 1879/1880 onde se recolheu 328.491\$381 réis em impostos e foram gastos em socorros a soma de 6.217.264\$227 réis<sup>40</sup>.

A questão é que esse déficit é anterior ao período de seca e acontecia também em anos regulares e distantes temporalmente pelo menos 26 anos da última seca – que nesse caso tinha ocorrido de 1845. Seis anos antes da grande seca de 1877, no biênio de 1870/1871 as rendas provinciais também estavam em desencontro, a receita arrecadada calculou-se em 132.054\$823 réis e a despesa alcançou a cifra de 274.694\$984 réis gerando um desequilíbrio de 142.640\$161 réis<sup>41</sup>. O motivo do déficit foi a crise da economia algodoeira no início da década de 1870 (CASCUDO, 1984, p. 381).

Contudo, junto as secas que solapavam a pecuária, até então, principal economia do Rio Grande do Norte, as condições econômicas da província eram bastante vulneráveis, graças aos pesados fiscos e os modos precários dos transportes terrestres e marítimos. Os últimos constituíam um verdadeiro problema em detrimento do monopólio, detido por Pernambuco, dos portos do norte, que deixava as mercadorias importadas muito caras. Some-se a isso a falta de capital e a de estruturas pertinentes, como armazéns para guardar a produção. (MONTEIRO, 2002). Em janeiro de 1878 lamentava a predita falta de estradas, a colocando a despeito da seca:

Se tivéssemos estradas e outros elementos de transporte, não se teriam visto, a despeito da secca, tantos infelizes obrigados a abandonar seu torrão natal para se remontarem a paizes estranhos, tendo de fazer falta á lavoura que, entregue a homens livres, como hoje quasi se vê, vae necessariamente a definhar a

---

<sup>40</sup>Falla com que o exm. sr. doutor Rodrigo Lobato Marcondes Machado abriu a 2.a sessão da 21.a legislatura da Assembléa Provincial do Rio Grande do Norte em 1 de maio de 1877. Pernambuco, Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1880 p. 16, 17, 18, 19.

<sup>41</sup>Relatorio com que abriu a 1a sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte, o exm. sr. commendador dr. Henrique Pereira de Lucena, no dia 5 de outubro de 1872. Rio de Janeiro, Typ. Americana, 1873, p. 22,23,24,25.

mingoa de braços, que desaparecem de um modo espantoso; sendo que além disto muitos fazendeiros se tem visto dura emergência de vender o restante de seus escravos, como meio de escaparem a fome.

Nosrelatórios pronunciados à assembleia provincial, em 18 de abril e outubro de 1877, percebe-se que a seca ainda não virara o grande centro das atenções, tampouco a destinatária das acoimas que deixam as finanças provinciais em estado de aguda definhes. Nos trinta e dois anos que precederam a seca de 1877, não se registrou um único caso de moléstia igual, sequer parecida. A última, “diz a história”, tinha incidido em 1845, mesmo assim, o estado das rendas provinciais era deplorável. A causa, segundo o relatório o presidente José Nicoláo Tolentino de Carvalho:

Não obstante ressentir-se ella da falta de muitos melhoramento materiaes, especialmente de estradas, que facilitem a agricultura e commercio os meios de seu desenvolvimento, todavia é forçoso ver adiar-se mais uma vez a sua realização, attenta a deficiencia das rendas provinciaes<sup>42</sup>

Evidenciar referidos problemas estruturais que atrofiavam a economia do Rio Grande do Norte fornece uma alternativa interpretativa para descentralizar a seca como mote das condições de precariedade vivenciadas pela província – fonte de reclamação dos políticos, de ontem e de hoje, quase como um *continuum* inquebrável de palavras. Contudo, a importância da seca e do clima na vida econômica dos homens não pode ser totalmente negada. Mesmo Gilberto Freyre, famoso por combater os determinismos climáticos e raciais do século XIX, reconheceu a importância do clima nas formações societárias:

embora o clima já ninguém o considere o senhor-deus-todo-poderoso de antigamente, é impossível negar-se a influência que exerce na formação e no desenvolvimento das sociedades, senão direta, pelos efeitos imediatos sobre o homem, indireta pela sua relação com a produtividade da terra, com as fontes de nutrição, e com os recursos de exploração econômica acessíveis ao povoador(FREYRE, 2006, p. 75)

---

<sup>42</sup>Falla com que o exm. sr.doutor José Nicoláo Tolentino de Carvalho abriu a 2.a sessão da 21.a legislatura da Assembléa Provincial do Rio Grande do Norte em 18 de outubro de 1877. Pernambuco, Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1877, p. 35)

A historiografia francesa dos annales era sensivelmente atenta às questões climáticas que envolviam a vida em sociedade, principalmente, as considerações propostas por Fernand Braudel (1995a; 2009; 1995b) e Emmanuel Ladvocat (1980), aqui limita-se a discussão ao primeiro, com quem o diálogo será direta ou por inspiração mais frequente em muitas destas páginas. Fernand Braudel (1995) para além das ilustradas descrições sobre o Mediterrâneo<sup>43</sup> da primeira parte do livro (ela contém 395 páginas!) *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II* dedicada a uma história que ele chama de quase imóvel, delineada pela relação da história do homem com a história lenta dos climas e das formações geológicas, onde em todo mediterrâneo, com o homem e sua história em meio ao redemoinho de ventos milenares, quase que como filhos, brotam vinhas, oliveiras e trigo.

Para entender a complexidade da relação entre economia, fatores extrínsecos e intrínsecos, Braudel não centraliza as demandas apenas no clima e no meio, mas no que age no campo da surpresa, do inesperado, o que está “fora da vontade dos homens e das autoridades que os dirigem”. Ele se refere “as abundâncias e as penúrias, as oscilações do mercado capazes de se prolongar, as flutuações de comércio longínquo e as consequências que ele acarreta para os preços ‘internos’: todo encontro do exterior com o interior é uma brecha ou um ferimento” (BRAUDEL, 2009, p. 70)

Ora, a partir do momento que a diminuta província do Rio Grande do Norte dispõe seus gêneros de exportação ao mercado externo, nomeadamente, o algodão e o açúcar, ela se insere, mesmo que timidamente, no circuito das “economias mundo” (expressão de Braudel), e passa a ser sujeita a esses movimentos externos dos mercados que, vez ou outra, afetavam profundamente seus rendimentos – foi o que aconteceu em 1871, como já foi demonstrado, ano que o mercado já previa uma profunda recessão que se instauraria no panorama internacional até o ano de 1896.

No segundo reinado a relação entre terra e comércio se tornou ainda mais intrínseca. “A situação do agricultor” informa Raymundo Faoro (2004, p.411),

---

<sup>43</sup> Fernand Braudel conhece e descreve tudo em detalhes, escreve como se fosse um grande impressionista do final do século XIX, o conhecimento palmilhado do mediterrâneo ele explica a fonte no texto *Minha formação de historiador* : “Conheço por nome as plantas, as árvores dessa aldeia do Leste; conheci cada um de seus habitantes, ainda vi trabalhando o ferreiro, o segeiro da aldeia, os lenhadores ocasionais, os ‘bouquillons’; vi todos os anos alternarem-se as terras de cultivo da aldeia” BRAUDEL, Fernand. “Minha formação de historiador”.(2003, p.4)

nomeadamente os grandes produtores, “revelava-se nas suas relações comerciais”, o mote era produzir para exportar: “o axioma gera todos seus frutos, com o moto do país essencialmente agrícola, na realidade e cada vez mais, o país essencialmente exportador.” (FAORO, 2004, 414)

Acontece que a economia norte-rio-grandense até pouco antes do início da década de 1870 ainda estava pautada no duo que vinha desde o período colonial, responsável por fixar a economia açucareira no litoral e a pecuária no interior; a primeira intimamente ligada aos mercados internacionais, e a segunda fundamental para o deficiente setor de subsistência (PRADO JR, 2004a e 2004b; FURTADO, 1980).

Com base nos relatórios dos presidentes de província pode-se entrever a superioridade e a importância da economia pecuarista para as rendas provinciais através do recolhimento do dízimo antes da década de 1870. Ao depreender os dados da Tabela 02, entre os anos de 1859 e 1861 é possível constatar que a empresa pecuarista cresceu em 47,84% levando em consideração todas as comarcas da província do Rio Grande do Norte passando do número de 40.333 para a quantidade de 59.630, e o número de fazendas quase duplicou, passando de 1.194 fazendas de criação para 2.013, um acréscimo 68,59%.

**TABELA 02: QUANTITATIVO DAS FAZENDAS DE GADO E SUAS  
PRODUÇÕES NOS ANOS DE 1859 E 1862**

COMARCA	1859		1861	
	Nº de Fazendas	Produção Anual	Nº de Fazendas	Produção Anual
Natal	167	2.219	172	2.350
São José	255	8.461	263	8.720
Assu	61	1.974	408	9.940
Mossoró	-	-	305	11.800
Seridó	328	13.072	622	16.500
Maioridade	383	14.607	243	10.320
Total	1.194	40.333	2.013	59.630

Fonte: Relatórios presidentes da província do Rio Grande do Norte João José de Oliveira Junqueira preferido em 1860, p. 32 e Pedro Leão Veloso 1861<sup>44</sup>.

Através da mesma Tabela 02, verifica-se que no ano de 1859 só na zona do Seridó existiam 328 fazendas que juntas geraram uma produção anual 13.072 cabeças de gado. Dois anos depois a quantidade de fazendas quase duplicara chegando a um *quantum*622, movimento que não foi acompanhado pela produção anual que só cresceu 26,22% alcançando o total de 16.500 cabeças de gado.

Podemos perceber uma grande inclinação das zonas sertanejas ao criatório, principalmente a Zona do Seridó – espacialidade a qual se dedica esse estudo. É passível de se observar isso, malgrado a presumível depreciação dos números, pois as coletorias de impostos estavam sujeitas a toda sorte de fraudes, tanto por conta dos coletores, que alteravam para menos o valor arrecadado no afã de subtrair o excedente, quanto por parte dos particulares, que escondiam o gado nos ermos ariscos das suas

---

<sup>44</sup> O modelo do quadro ora utilizado, foi fornecido por Maria Regina Mendonça Furtado Mattos (1985) em sua dissertação defendida na década de 1980 na Universidade Federal Fluminense, sob a orientação da professora Maria Yedda Leite Linhares – grande estudiosa da história a agrária do Brasil. Foi elaborada uma revisão acurada dos dados fornecidos por Mattos (1985, p. 186) com base nos relatórios que aqui também são utilizados para a produção da tabela apresentada.



vastas fazendas para pagar uma parcela menor em impostos – o item impostos provinciais era constantemente debatido nas apresentações dos relatórios de província<sup>45</sup>.

A importância do criatório para uma província com poucos engenhos de açúcar, e onde o algodão ainda não se apresentava como uma melhor alternativa, era fulcral. O problema é que o gado é extremamente suscetível às inconstâncias climáticas, um verão mais prolongado pode ser o suficiente para a frágil robustez dos animais definhar e, com ela, se emagreça as rendas provinciais advinda das arrecadações, como relatava o presidente Marcondes Machado em 1880 “Esse imposto que é um dos mais productivos da província, quasi se extinguiu-se por effeito da sêcca”<sup>46</sup>

O problema, porém, é mais anterior que a grande seca de 1877. Muirakytan Kennedy de Macêdo (2007, p. 137-144) ao investigar as grandes secas do final do período colonial também, como a seca afetava visceralmente a vida dos primeiros colonos da ribeira do Seridó, que por vezes perdiam todo o seu gado e o trabalho de anos na empresa criatória: “Aqui percebemos os limites a que poderiam chegar a pecuária, pois se em anos mais auspiciosos o gado multiplicava e dava sustância econômica ao Seridó , um ano de seca poderia transubstanciar plantéis inteiros em poucas dezenas de sobreviventes” (id. Op.cit, p. 141). A situação era de tamanha constrição que Manoel Antônio Dantas Corrêa (1981), cronista da Ribeira do Seridó do período colonial e da primeira metade do século XIX, anotou que fazendeiros que nos anos de bom inverno chegavam a recolher de quinhentos a seiscentos bezerros, em um ano de seca chegaram a recolher apenas 04.

Declarada a seca, principiava-se a epopeia do gado e dos seus donos em busca da sobrevivência: para os criadores que dispunham de terras sobressalentes, enquanto restava algum vigor, por vezes olvidando que o gado “não transpõe impunemente a sua zona geográfica” (DANTAS, 1941, p. 119), deslocavam suas reses para onde restassem pastos e água que lhe servissem de sustento à vida; aos que não tinham para onde

---

<sup>45</sup> O presidente Rodrigo Lobato Marcondes Machado em 1880 reclamava a aprovação da lei provincial nº 829 de fevereiro de 1879 que previa que o imposto devia ser pago com dinheiro (\$500 réis por bezerro, 1\$000 réis por poltrinho e 2\$000 por muar), pois alegava que essa forma de arrecadação era “funesto ao thesouro, trazendo como consequencia ficar a província prejudicada nas rendas de que tem suprema necessidade”, esse sistema depende dos coletores que em via de regra não tinham “regra, capacidade intellectual e zelo”. Fonte: Falla com que o exm.sr.doutor Rodrigo Lobato Marcondes Machado, id, op.cit p. 6.

<sup>46</sup>Op.cit, p. 6.

esquivar-se, restava a diuturna tarefa de (tentar) salvar o seu gado. “O criador do Seridó” nos descreve Phelipe e Theóphilo Guerra:

Não abandona o gado nas crises. Emprega todo esforço para salvá-lo: busca algumas vezes caroço de algodão com cem ou mais léguas de viagem redonda; retira; planta capim, corta-o, seca-o; vela pelo gado como quem vela por enfermo humano, levanta-se muitas vezes durante a noite para erguer rezes que já não podem ter em pé. (1980, p. 152)

A fragilidade da economia pecuarista é uma extensão da fragilidade do gado ao fenômeno da estiagem. A grande seca 1877 extinguiu totalmente os dízimos de gado. Para o exercício de 1877/1879, o imposto do gado não gerou renda alguma para província. A mortalidade do gado no interior foi imensa. Na pesquisa realizada nos 177 inventários da mesma Zona do Seridó que na década de 1860 avolumava a quantidade de gado *vacum*, constatou-se uma sensível queda nos anos de 1870 (ver gráfico 01), provavelmente devido a seca. Claro que a afirmação é feita com base num indicativo municiado pelos inventários, que só fornecem os dados dos fazendeiros que por desventura faleceram ou que tiveram seus inventários abertos na época que ora se investiga, mas esse fator, de maneira alguma, anula a proficuidade da fonte .

Para amostragem da pesquisa os inventários foram ajuntados em grupos de cinco em cinco respeitando a data que eles foram produzidos. Acompanhar a linha azul do gráfico 01, percebemos que do quinquênio de 1870-1874 para o de 1875-1879, o rebanho contido nos inventários sofre um grande abatimento, ornado com uma queda de 544% passando do número 1315 para 204 reses nos referidos quinquênios. Em contrapartida, o gado cabrum, mais resistente a seca, pois, segundo averba o cronista “andava montando nos mattos por instinto natural lhe deriça com os chiffres o espinho, e nelle mitiga a sede e a fome” (CORRÊA, 1980, p. 25), tem um ligeiro aumento, chegando a superar o gado *vacum* no período durante e pouco posterior a grande estiagem – dado contrastante a pesquisas anteriores debruçadas sobre recortes cronológicos limitados ao período colonial<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup>Murakytan Kennedy de Macêdo (2007, p. 128) ao analisar o período colonial inferiu: “o redil correspondia a 35,5% do rebanho de gado *vacum*”, de modo que o rebanho cabrum não ultrapassava o

Macêdo (2007, p.137), dedicou uma parte de sua tese de doutorado sobre as secas e a relação com o cabedal dos pecuaristas do Seridó colonial. O autor advoga que “o regente principal do volume de gados nos sertões foi o humor climático. A *grande seca* e a conseqüente desarticulação do mercado fornecedor de carnes dos sertões fizeram a pecuária sofrer irreversível golpe.”(MACÊDO, 2007, p. 144). Esses elementos vêm a corroborar com a hipótese do quão mortífera é a economia pecuarística aos desígnios da natureza.

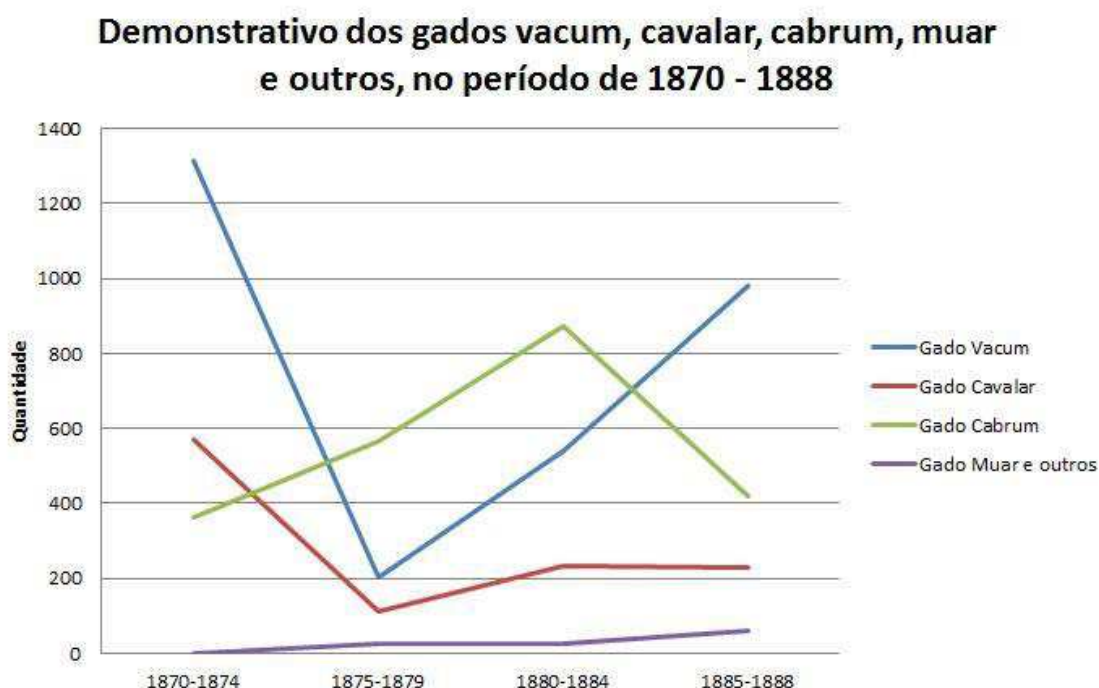


GRÁFICO 01: Fonte – Inventários post-mortem

Assim sendo, estava decretado o fim da pecuária como principal produção econômica nos sertões do Rio Grande do Norte – que foi abrindo espaço para o algodão. Das lições extraídas da seca de 1877, desponta-se a necessidade de diversificar a produção e investir noutros meios de produção, dos quais o algodão se apresenta como a alternativa mais viável. Antes de 1877 o algodão era cultivado em pequena escala e em duas variedades pouco resistentes, o herbáceo e o quadrado (DANTAS, 1841, p.123). Depois da seca, foi introduzida uma variedade algodão arbóreo conhecida como

---

número de bovinos nem em algumas fazendas analisadas isoladamente que dispunham de um rebanho redil de 50%.

algodão mocó, ou Seridó, muito resistente ao clima do semiárido e com a qualidade da fibra que concorre com as melhores do mundo, inclusive o egípcio (AUGUSTO, 1980, p. 27-28).

A pecuária que tinha sido decisiva para o povoamento e para a manutenção da vida nos sertões do Rio Grande do Norte até o último quartel do século XIX fora relegada ao segundo plano, todavia, não deixou de conviver com a cotonicultura, ora também se beneficiando desta, pois na escassez de alimentos para os bovinos, a torta do caroço do algodão poderia servir de alimento. Ainda assim, José Augusto (1980, p. 28) é taxativo: “o gado levou o homem civilizado para o Seridó e o algodão expulsou o gado, e fixou o homem a região. Esse é todo o drama econômico do Seridó”

Entretanto, é válido lembrar que o algodão, dependente dos mercados externos, ainda estava em crise pós 1877. Sua rentabilidade cresceria vertiginosamente apenas a partir dos últimos anos do final do século XIX e as duas primeiras décadas do século por vir (TAKEYA, 1985, 32-49), fomentando inclusive a ascensão das elites polícias do Seridó (BUENO, 1999, p. 29; MACÊDO, 2012, p. 219).

Nos 177 inventários pesquisados, no que compreendem período de 1870 a 1890, apenas um faz referência a bens relacionados à cultura algodoeira. Em 1889 o inventário de Manoel Vieira da Cunha<sup>48</sup> continha duas máquinas velhas de descaroçar algodão. Michele Soares Lopes (2011, p. 55), ao pesquisar 354 inventários da mesma comarca entre o período de 1850 a 1888, encontrou 6 utensílios anteriores ao período de estudo deste trabalho, distribuídos entre os anos de 1856 a 1866.

Essa ausência referente ao recorte cronológico desta pesquisa, porém, pode se justificar por dois motivos: primeiro, que as fontes que foram utilizadas são inventários *post-mortem* do século XIX e, ao que se sabe, diferentemente dos inventários produzidos um século antes que levavam em consideração toda sorte de coisas e bens, de talheres a escravos, os inventários do século XIX eram menos suscetíveis a inclusão bens menos valiosos ou de uso mais cotidiano – o que serve de lamento para os historiadores da cultura material do Século XIX (FURTADO, 2009. p. 93-118) – nesse caso, o fato da não presença virtual de bens relacionados ao algodão não significa dizer que esses não existiam; segundo, embora seja necessária a descoberta de fontes mais seguras, para afirmar com maior propriedade, a produção de algodão poderia estar

---

<sup>48</sup> Inventário de Manoel Vieira da Cunha (1889)

restrita meramente a produção agrícola que era escoada para outras praças (Campina Grande, Mossoró e a capital da província) onde era beneficiada e comercializada<sup>49</sup>.

Ao analisar o volume de exportações na década de 1870 e 1880 através dos dados fornecidos pelo relatório do presidente da província do Rio Grande do Norte, Antônio Basílio Ribeiro Dantas (1889), é possível observar o crescimento das exportações de algodão em relação a outros gêneros, principalmente em comparação ao açúcar, que foi superado em 131,01% (Ver tabela 03), movimento esse ligado a queda livre que o açúcar vai sofrer até o início do século XX, devido à baixa dos preços no mercado internacional e o pouco desenvolvimento das técnicas agrícolas no Brasil (PRADO JR., 2004b, p. 244).

**TABELA 03: GÊNEROS DE EXPORTAÇÃO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE NOS ANOS DE 1870 A 1890**

Produtos	1870 a 1880	1880 a 1890	Total por gênero
Algodão	224	449	663
Couros/solas	177	197	374
Açúcar	158	129	287
Total	559	775	1274

Fonte: Relatório do presidente da província do Rio Grande do Norte Antônio Basílio Ribeiro Dantas, 1889, p. 21.

Ao mesclar os dados desta pesquisa com os da pesquisa de Maria Regina Furtado Mattos (1985, p. 204), que dão conta de um período mais abrangente que o desta investigação, podemos ter uma visão mais geral do quadro da ascensão da economia algodoeira e sua elevação constante a partir da década de 50 (Ver Gráfico 02). Ao acompanharmos a linha azul do gráfico, visualiza-se o já anunciado despontamento da exportações cotonicultoras, principalmente a partir da década da grande seca – começava o percurso do algodão a principal economia norte-rio-grandense no início do século XX (A’RBOCZ, 1986, 25-49; TAKEYA, 1985, 50-87; MORAIS, 2005, p. 127-130)

---

<sup>49</sup> Todas as usinas do Seridó de beneficiamento das plumas do algodão datam do século XX, suas ruínas ainda subsistem como fantasmas de outro tempo na paisagem urbana de cidades seridoenses como Currais Novos, Caicó, Parelhas e Acari.

## Demonstrativo das Exportações da Província do Rio Grande do Norte no período de 1850 a 1890 (em arrobas)

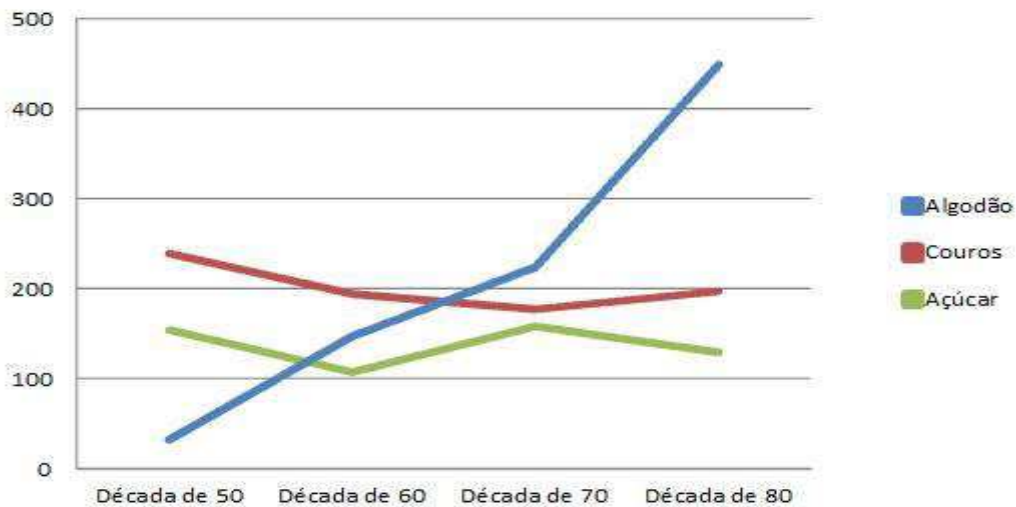


GRÁFICO 02: Fonte -Relatório do presidente da província do Rio Grande do Norte Antônio Basílio Ribeiro Dantas, 1989, p. 21 e Maria Regina Mendonça Furtado Mattos, 1985 p. 204.

Nota: Mattos na sua pesquisa também se apossou dos relatórios dos presidentes de província que esta pesquisa também teve acesso, são eles Bernardo Passos (1854, p. 32) e Manuel José Marinho da Cunha (1869, p. 12). A posse desses documentos permitiu uma pequena revisão nos dados fornecidos por Mattos.

No período da passagem da pecuária para a cotonicultura, como modo de produção para a manutenção econômica da vida nos sertões, também se transmutariam algumas feições sociais a que este trabalho se dedica a seguir, tais como o esvaziamento da mão-de-obra servil e por conseguinte o emprego cada vez mais generalizado de pessoas livres. Resta dizer que a inserção do algodão no quadro de exportações e na sua esteira a inclusão de mais um produto da província no mercado internacional, não foi suficiente para retirar a província do quadro de pobreza em que ela estava imersa.

### 2.3. Sociedade e trabalho nos últimos anos da escravidão no Rio Grande do Norte.

O sertão é o espaço do fazer-se e do refazer-se. Sua demografia esteve submetida a essa ordem e aos humores, inconstantes, do ambiente climático. Se durante a seca a população, de modo geral, diminuía; nas épocas de abundância, ocorria um movimento inverso. Com a chegada da chuva, é igualmente chegada a hora de voltar ao saudoso sertão, agora vivaz, recuperado da agonia da seca.

Ao comparar os dados dos dois recenseamentos gerais que ocorreram em 1872 e 1890<sup>50</sup>, é possível perceberem o quão lentamente marchava os indicadores demográficos da Província do Rio Grande do Norte. No primeiro recenseamento, ainda sob o consócio da coroa imperial, a província tinha uma população de 233.979 habitantes, por seu turno, no segundo a população contava 268.273, gerando um crescimento de 14,7% em dezoito anos. Esse baixo índice de desenvolvimento populacional pode ser explicado devido ao fato de que no ano de elaboração do censo de 1890, a província ainda estava sofrendo os rigores da seca que se iniciara um ano antes, pondo assim, a dificuldade (que já não era pequena) de recensear a população que possivelmente teve seu número afetado. Além, é claro, das epidemias *Cholera morbus*<sup>51</sup> que grassaram no interstício entre os dois censos.

Numa província pauperizada e acanhada economicamente por falta de infraestrutura que promovesse o seu melhoramento material, a mão-de-obra utilizada, a grosso modo, era a do pobre livre sob o regime de meação ou parceria, sem o benefício do salário. Nesses lugares, sobretudo no sertão, a população escrava, se compararmos com o número de cativos de uma zona de produção para exportação é menos expressivo. Essa menor quantidade de escravos pode se explicar pelo fato que a pecuária não demanda de uma escravaria extensa para labutar como a cana-de-açúcar, pois um vaqueiro pode dar conta de 250 reses, ainda podemos apontar que a exangue empresa pastoril não poderia arcar com os altos preços de um número extenso de cativos. “A mão-de-obra” afirma Mattos (1985, p. 28) ao referir-se aos sertões do Seridó: “foi a escrava, na pessoa dos negros, e, principalmente, do homem livre pobre, representados, pelos vaqueiros, pelos pequenos criadores, pelos feitores e pelos próprios posseiros de pequenas glebas de terras disponíveis.”

Depois da seca, para quem ainda se dedicava a pecuária, restava a difícil tarefa de recomeçar os esforços e o criatório, principalmente, quando não sobrava quase nada: “o produto do trabalho de anos poderia, nos sertões das caatingas, desaparecer no curso de meses” (MACÊDO. 2007, p. 143). O trabalho e as formas de mourejar nos sertões

---

<sup>50</sup> Fontes, respectivamente: IBGE – Recenseamento Geral do Império do Brasil, 1872; IBGE - Censo demográfico do Brasil 1890.

<sup>51</sup> Muito se produziu sobre o vibrião do *Cholera Morbus*, para uma apreensão mais genérica ver Sidney Chalhoub (1996) e sobre o Cólera no Seridó do Rio Grande do Norte ver a monografia em história de Rosinéia Silva (2003) e a dissertação de metrado em Ciências Sociais de Maria da Conceição Guilherme Coêlho (2000).

também eram muito influenciadas pelos modos de vida amoldados pelo criatório que as conferia feição própria.

Câmara Cascudo em seu livro *Tradições populares da pecuária nordestina*, atribui certa “liberdade” as relações laborais que seria típica é típica dos adustos rincões sertanejos, para ele o “ciclo do gado determina um individualismo do seu participante” (1956, p.27) e ao mesmo tempo uma proximidade entre amo e subordinado, patrão e empregado, ambos “correndo os mesmos perigos, afrontando as mesmas condições” (1956, p.28). Nesse sentido, Muirakytan Kennedy de Macêdo, enfatiza que essa proximidade das relações laborais não se deve “a uma tolerância racial que as atividades pastoris permitiriam, mais porque muitos dos proprietários de terras eram ou tornaram-se vaqueiros e possuíam poucos escravos e muito trabalho a realizar em suas terras”.(2007, p.83).

O algodão, por mais que, como foi visto, estivesse se estabelecendo como o maior produto na pauta de exportações norte-rio-grandenses, não foi capaz de estruturar uma expressiva mão-de-obra cativa. As seca do triênio de 1877-1879 uma das responsáveis pela maior adoção do algodão como produção econômica, também fora responsável pela intensificação do tráfico interprovincial - favorecido desde a proibição de fato do tráfico internacional em 1850.

Referente ao Seridó, para confirmar essa afirmação, podemos observar conforme a tabela 03, com os dados fornecidos por Mattos (1985, p.134), baseados nas escrituras de compra e venda de escravos contidas nos livros de notas do 1º cartório de Caicó<sup>52</sup> alusivas a segunda metade do século XIX, é notável que um maior número de vendas é efetuado a partir do período de 1866-1870, quadro esse que se mantém nos anos seguintes, até o limiar da última década da escravidão.

---

<sup>52</sup> A pesquisa tentou encontrar esses documentos para obter as mesmas informações, porém, as tão valiosas fontes não foram encontradas.



**TABELA 03: COMPRA E VENDA DE ESCRAVOS NA VILA DO PRÍNCIPE –  
1850-1888.**

Período da venda	Escravos negociados dentro da província	Escravos negociados fora da província	Total
1850 a 1855	24	05	29
1856 a 1860	10	01	11
1861 a 1865	24	07	31
1866 a 1870	47	12	59
1871 a 1875	75	19	94
1876 a 1880	43	06	49
1881 a 1888	03	01	04
Total	226	51	277

Fonte: Maria Regina Mendonça Furtado Mattos, Vila do Príncipe – 1850/1890 Sertão do Seridó – um estudo de caso de pobreza.

Ao analisar as vendas na década de 1870, levando em consideração o recenseamento geral do império de 1872 (ver tabela 04), percebemos que dos 1182 escravos matriculados que habitavam no Príncipe na época do senso, 143 (12,06%) foram vendidos no decorrer de tal década. Leve-se em consideração que este é um período procedente a suspensão do tráfico atlântico, que intensificou os caminhos do tráfico interprovincial<sup>53</sup>, além das leis abolicionistas, como a lei do ventre livre (1871) e a lei dos sexagenários (1885), sem esquecer dos pesados impostos que encareciam as transações<sup>54</sup>.

Outro dado a se considerar, é que 118 desses escravos foram vendidos para dentro da província, sendo que 66 destes foram transacionados de sítio para sítio (MATTOS, 1985, p. 134), o que revela uma forte tendência ao tráfico intraprovincial.

<sup>53</sup> José Flávio Motta (2006) e Eivaldo Fagundes Neves (2000) demonstram que, mesmo declarado o fim do tráfico atlântico, o tráfico interprovincial só iria aumentar a partir da década de 1860, graças a crise econômica que o norte vinha passando e ao próprio fator climático que aqui analisa-se. Contudo, esses pesquisadores apontam uma diminuição do tráfico interno, quando o algodão começa a ter importância na balança comercial brasileira, graças a guerra de secessão americana, que faz com que a Inglaterra, principal importadora do algodão americano, volte seus olhos para o Brasil, o que acaba por aquecer a economia nortista sertaneja – Sobre a questão algodoeira, em específico no Rio Grande do Norte, ver Denise Monteiro Takeya (1985).

<sup>54</sup> Com a chegada da família real portuguesa no Brasil (1808), se instala todo um aparato administrativo que visava a sustentação do governo português nos trópicos (NOVAIS, 1997). Com isso, foram criados uma série de novos impostos, dentre os quais, o que regulamentava a comercialização de escravos ladinos, incidindo em 5% sobre o valor total das transações de venda (FERNANDES, 2005, p. 106).

Tal disposição pode-se explicar pelos pesados fiscos que as províncias impunham para a entrada de escravos advindos de fora de suas fronteiras, principalmente, nas províncias do sul, por São Paulo cujo interesse pela emigração de mão-de-obra livre se demonstrava com clareza, como bem demonstrou Emília Viotti da Costa (1998, p. 250-260).

**TABELA 04: POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA DA VILA DO PRÍNCIPE EM  
1872**

<b>Sexo</b>	<b>Livres</b>	<b>Escravos</b>
<b>Homens</b>	<b>5.317</b>	<b>559</b>
<b>Mulheres</b>	<b>4.781</b>	<b>626</b>
<b>Total</b>	<b>10.098</b>	<b>1.185</b>

Fonte: IBGE – Recenseamento geral do Império do Brasil

No inventários a queda no percentual da mão-de-obra escrava se manifesta de forma muito visível numa linha bruscamente decrescente até o último ano da escravidão (Ver Gráfico 03). O movimento inercial do nosso gráfico inicia-se com o quinquênio selecionado de 1870-1874, onde o número de escravos quantifica um total de 60 cativos que relacionado ao período seguinte tem apenas uma pequena baixa de apenas 17,64%, chegando ao computo de 51 peças entre os anos de 1875 e 1879. O decréscimo significativo ocorre do período de 1875-1879 para o período de 1880-1884, quando incide uma queda de pouco mais da metade na quantidade de cativos nos inventários, conformando a percentagem de 104%. A linha se manterá em declínio até o fim da escravidão.

Os fatores que acercam tão perceptível queda é a venda dos cativos pelos senhores que buscavam se remediar com o que tinham de mais valioso e fácil liquidez, principalmente gado, joias<sup>55</sup> e escravos. Manoel Dantas (1941, p. 120) que viu a seca dos dois sete lembra que “Levas e levadas de escravos desceram para a praça do recife,

---

<sup>55</sup>Na seca de 1877-79 o cronista lembra que viu “cargas de jóias buscaram também os mercados exportadores. É conhecida a vaidade ingênua das populações simples. Nos tempos de fartura, que foram muitos e sucessivos, avaliava-se a importância e a riqueza de uma família pelo número e tamanho das jóias que exibia” (DANTAS, 1941, p. 120).

onde eram vendidos para os cafesaes (sic) do sul, sendo com seu produto compradas as mercadorias que iriam matar a fome dos seus antigos possuidores”.

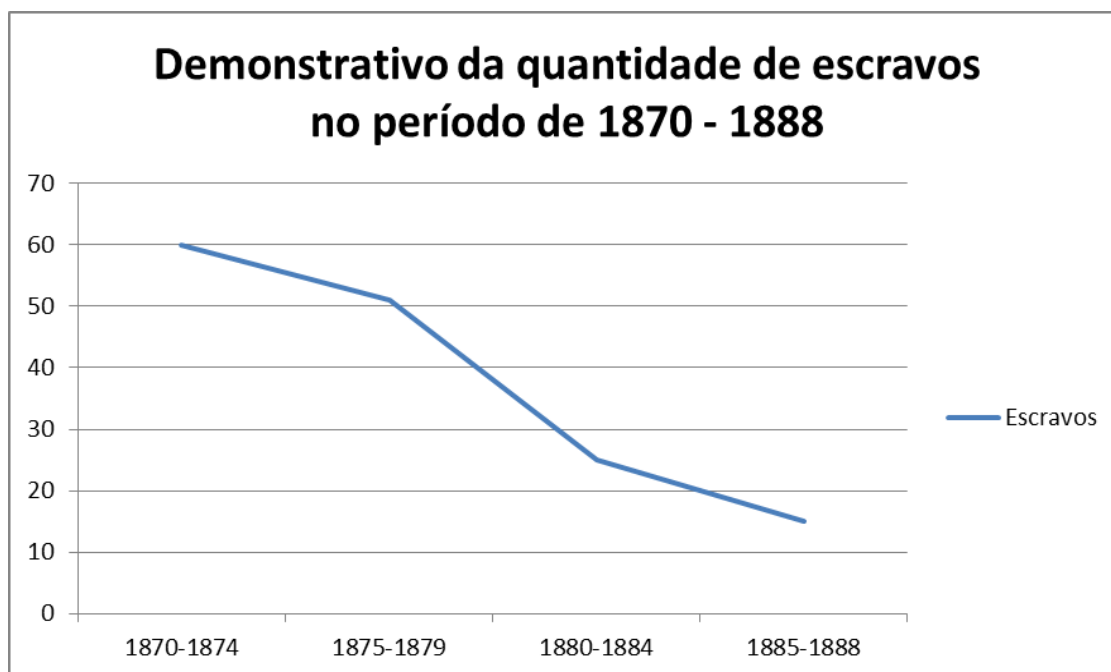


Gráfico 03: Fonte – 177 inventários post-mortem (1870-1888)

Com o trabalho servil caminhando para o seu fenecimento a abundante mão-de-obra livre, que já era largamente utilizada, passou a ser cada vez mais incorporada aos serviços que a frugalidade de suas habilidades lhes permitissem. Embora o trabalho assalariado fosse aos poucos se solidificando no sul, malgrado a mesquinhos dos salários (COSTA, 1998), no Norte o regime de meação e locação continuavam sendo as formas principais de contrato – e permaneceram, no mundo rural, quase que de forma inalterada até a década de 1970 (ARAÚJO, 2009). Via de regra, quando empregados em alguma fazenda, esses trabalhadores livres constituíam a figura do “morador” que residia na própria fazenda do proprietário, com quem, às vezes, principalmente nas pequenas propriedades, detinha alguma relação de parentesco encenando o trágico papel do familiar arruinado pelo infortúnio (ARAÚJO, 2009 p. 311)

Com o ritmo próprio das relações pré-capitalistas, o ritmo de trabalho era ditado pela quantidade de tarefas a se fazer e o seu rateio entre os membros da família – como acercam as observações Thompson (1998, p. 272) para o caso inglês, no seu inspirador artigo Tempo, disciplina e capitalismo industrial. Para os pequenos e empobrecidos

proprietários ou rendeiros que tinham na dificuldade financeira o entrave para cooptar braços outros para labutar, a família, por vezes numerosa, constituía a base da produção agrária (FARIA, 1998, p. 153-158).

Contudo, a seca e as crises econômicas desobrigavam e desestruturavam a acanhada economia familiar dos trabalhadores pobres e dos pequenos proprietários. Destruídas suas formas de subsistência, imigrar e fazer volume nas cidades era a forma de desviar a crua mirada das elites para a sua miséria. Ocupar tantos braços ociosos foi um objetivo arduamente perseguido por essas mesmas elites, que construíram uma visão totalmente detratadora do trabalhador rural e pobre que:

era visto por boa parte da elite da potiguar como “indolente” “preguiçoso”, “vagabundo”, e propostas para remediar esse “mal”, como “trabalho obrigatório”, passaram a ocupar um espaço cada vez maior nos programas partidários de monarquistas e republicanos, principalmente depois da abolição. (BUENO, 1999, p. 33).

A forma encontrada seria empregar essa mão-de-obra nas obras do governo, forma essa que foi facilitada com a aprovação do projeto do já referido senador Pompeu (Ver início deste capítulo). O presidente Rodrigo Lobato Marcondes Machado<sup>56</sup> demonstrou uma preocupação explícita com os cinco mil flagelados que afeivavam as ruas da capital e abalavam a tranquilidade pública. Com o intuito principal (foi o que transpareceu a leitura do seu relatório) de deslocar os indigentes que agrediam a formosura da urbe e secundariamente empregar a mão-de-obra copiosa. “Para remediar esse mal” o presidente criou duas colônias de trabalho às margens do Rio Pitimbú e Cajupiranga, distantes dez quilômetros da capital. O presidente explica como procedeu em relação aos trabalhos<sup>57</sup>:

A´ bem da obra e efficacia do trabalho, a dividi em tresnucleos, dirigido cada um dellespor um administrador;e a colonia; assim coustituida, tem vivido pacificamente e com grande vantagem para os cofres a para a capital, que desde então voltou ao seu estado normal e perdeu o aspecto sombrio e triste que causara a presença de tantos indigentes maltrapilhos e enchurem as calçadas e a percorrerem as ruas em caravanas. Posteriormente vieram as obras da Estrada de Ferro, que reclamavam grande

---

<sup>56</sup> Relatório do Presidente Rodrigo Lobato Marcondes Machado, op.Cit. p. 06, 07, 08, 09

<sup>57</sup>Op.Cit. p. 06, 07, 08, 09

numero de trabalhadores, e eu tratei de aproveitar-me d'estacircumstancia, para liberar o thesouro de alimentar os que podessem ser empregados n'ella, e hoje tem a colonia 710 pessoas.

Na Cidade do Príncipe, anos mais tarde, na seca de 1889-1890, o jornal “O povo”<sup>58</sup> compadecia da situação dos retirantes e continuava sua árdua campanha de denúncia dos desmandos feitos com os socorros públicos. Nessa época a população flagelada também foi empregada nas obras públicas a troco de farinha e da aviltante quantia de 400 réis por dia. Eram empregados preferencialmente homens, mas mulheres e crianças agregados às frentes de trabalho se dessem conta do ardo labor.

Os pobres, independente de sua condição social, eram os que mais padeciam quando a seca era uma certeza: para os escravos, a possível troca de senhor, que representava a desestabilização das antigas relações sociais e o início de um novo processo de adaptação, de negociação por melhores condições para vida no cativeiro; para o pobre, a certeza de uma esperança finita – porém, muito resistente a falta de inverno – e a destruição dos seus modos de vida preditos, cuja fome, a miséria e a nudez iriam corroer até o último fio de dignidade.

Agora, premeditadamente traçada a base da pirâmide social, dedica-se algumas poucas laudas àqueles que na historiografia regional do Seridó ocuparam algumas dezenas de opúsculos e obras: Os coronéis que comandavam a política entre o fim do império e o início da primeira república.

A Primeira questão a ser levantada, é a dificuldade de analisar esses que compunham a elite social do Seridó na época em estudo, não pela ausência de fontes, mas pelo excesso de trabalhos e obras que foram produzidas sobre as suas vidas, as quais, em sua maioria, foram escritas por descendentes de suas longas parentelas ou filhos preclaros de seus correligionários. As obras de Manuel Dantas (1841), José Augusto (1980 e 2002) Manuel Rodrigues de Melo (1985), Adauto Guerra Filho (2001), Juvenal Lamartine (1965), Oswaldo Lamartine de Faria (1980 e 2002) e Olavo de Medeiros Filho (1985) anuviam os olhos do leitor interessado na crítica as práticas políticas mais obscenas efetivadas por alguns de nossos coronéis e políticos. A linguagem dessas obras, pela maciez das palavras, pelo apego as formas regionais de

---

<sup>58</sup> Esse parágrafo foi construído com as edições de: 28/07/1889 e as de 05, 19 e 26/10/1889.

expressão, parecem querer estabelecer um elo entre os seridoenses de hoje e esses homens que, para elas, eram exemplos irretocáveis de honradez e lisura.

O segundo quesito é: que tipo de homens eram esses que estavam à frente da política dos sertões do Seridó? (Limita-se aqui o espaço, para evitar elucidações em demasia abrangentes) Em geral, os que tinham nascido mais para o início do século como José Bernardo, Silvino Bezerra, Janúncio Salustiano da Nóbrega entre tantos outros, tinham alguma instrução adquirida na escola primária e em aulas de francês e/ou latim, mas compreendiam bem o valor da educação, não medindo esforços para mandar seus filhos para estudar direito em Recife<sup>59</sup> – talvez com a consciência de que viviam numa época favorável aos que detinham o título de bacharel<sup>60</sup>. A condição básica para a manutenção do poder desses coronéis não era apenas o capital monetário, mas também suas relações de parentesco e compadrio, além do domínio sobre uma larga faixa de terra. (BUENO, 1999, 39; LEAL, 2012, p. 42-51).

O título de coronel que ostentavam vinha da guarda nacional, uma espécie de milícia civil a qual, em tese, pertenciam todos os cidadãos votantes do Império (DOLHNIKOFF, 2005, p. 91). A patente lhes era concedida por políticos, muitas vezes, por eles financiados. A posse do título, que no Brasil ganhou caráter nobiliárquico, lhes permitia organizar tropas para debelar conflitos e o controle da polícia local – muitas vezes utilizada como forma de intimidação. Proclamada a república e extinta a guarda nacional, a patente de coronel, em termos práticos, deixaria de existir, mas as práticas delas decorrentes e o *ethos* de seus antigos portadores permaneciam quase que inalteradas.

Os coronéis dos sertões do Rio Grande do Norte, a partir das palavras de Câmara Cascudo, nem de longe pareciam os sobejamente pintados com as tintas da brutalidade que tingem o imaginário sobre essa figura política, ao contrário, constroem uma

---

<sup>59</sup> Os redatores de **O povo** Manoel Dantas, Olegário Valle e Janúncio da Nóbrega eram filhos das estirpes da Região do Seridó e ao voltarem de seus estudos, criaram o Jornal que era subsidiado pelo poder econômico dos coronéis.

<sup>60</sup> Gilberto Freyre (2004, p. 713) em Sobrados & Mocambos advoga que “a ascensão dos bacharéis brancos se fez rapidamente no meio político, em particular, como no social em geral. O começo do reinado de Pedro II é o que marca, entre outras alterações na fisionomia brasileira: o começo do romantismo jurídico no Brasil”. Victor Leal Nunes (2012, p. 44) afirma que existia uma relação muito íntima entre os coronéis e o ensino superior (no caso específico, o das faculdades de direito): “A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida a qualidades de comando e dedicação, os habilita à chefia. Mas esses mesmos doutores, ou são parentes, ou afins, ou aliados políticos dos “coronéis”.153-160). Sobre o bacharelismo no Brasil também ver Sérgio Buarque de Holanda em Raízes do Brasil (1995, p. 153-160).

imagem positiva. Ao referir-se ao coronel Silvino Bezerra, Cascudo (apud BUENO, 1999, p. 39) diz “grande homem, sertanejo, leal , trabalhador, enérgico... hospitaleiro, mesa farta e regional”.

José Augusto (1980, p. 117) vai além ao considerar que “Há, na história política do Nordeste uma página de justiça a traçar”. Para o autor, os coronéis do Seridó não correspondem a imagem cruel e pejorativa que os críticos dos costumes partidários faziam. Ele defende:

Na generalidade o chefe político local era uma individualidade que se destacava por qualidades superiores, dedicando-se de corpo e alma ao interesse público, defendendo-o, por todos os modos e meios, surgindo nas horas difíceis e arriscadas para conciliar elementos desavindos, resolver situações complicadas, arcar com o ônus e despesas das eleições em uma palavra, força indispensável de equilíbrio da sociedade, carecida de direção e orientação (AUGUSTO, 1980, p. 117).

É assim que José Augusto inicia a escrita do perfil de José Bernardo de Medeiros (o propalado chefe político do Seridó).

De certo José Augusto parece não ter conhecido “os potentados locais” no sertão e no litoral que acobertavam criminosos que perturbavam a tranquilidade pública<sup>61</sup>, criminosos esses que eram capangas ou jagunços dos chefes políticos: o que determinava quem ficava preso ou em liberdade segundo seu sistema de simpatias. Construíam o seu mundo rodeados de uma população pobre e analfabeta que lhe devia obediência cega através de relações permeadas pelo clientelismo<sup>62</sup>. Ademais, esses homens de “qualidades superiores” era responsável por fraudar escrutínios eleitorais, intimidar adversários com práticas violentas e brilho das armas que visam a garantia de suas vontades.

\*\*\*

Da seca como campo do político, econômico e social (O tripé da história social, segundo Hobsbawm (2012)), parte-se para compreender, sem se desvencilhar dessas três esferas, ela se interpenetra nas estruturas do cotidiano da população residente nos

---

<sup>61</sup> Relatório do presidente do 1º vice-presidente da Província do Rio Grande do Norte, Antônio da Costa, 1885, p. 6.

<sup>62</sup> Sobre o Clientelismo no Brasil do século XIX consultar Richard Graham (1997)

sertões da Zona do Seridó norte-rio-grandense. No próximo capítulo, adentra-se no cotidiano alimentar e nas formas de produzir e viver da população tanto nas épocas normais, quanto nas épocas de estiagem. Fazemos, enfim, uma história das coisas e dos gestos miúdos e cotidianos, seguindo a proposta de Marc Bloch quando defendeu a necessidade de uma “História dos Botões” – o que em épocas de conciliação, encheu os olhos até de críticos ácidos da história, como Lévi-Strauss (1999).



## **CAPÍTULO II:**

### **CAPÍTULO II:**

#### **Os filhos da fome: cotidiano, práticas alimentares e modos de consumo em tempos de seca.**

Deu-se o caso numa família pobre, tão pobre que nem tinha doenças. Dessas em que se morre mesmo saudável. Não sendo pois espantável que esta narração acabe em luto. Em todo o mundo, os pobres têm essa estranha mania de morrerem muito. Um dos mistérios dos lares famintos é falecerem tantos parentes e a família aumentar cada vez mais (Mia Couto, Contos do nascer da terra).

## **2.1. Entre a natureza e a cultura: articulações para uma história da alimentação e da fome.**

A vida são todas as funções que resistem a morte, logo poderíamos dizer que a morte são todas as funções que lutam contra a vida (CASTORIADIS, 2007, p. 25) que a põem em perigo, na relação entre limites biológicos e invenções culturais. A fome não é um fator simplesmente biológico ou ligado aos ambientes naturais com que os homens lidam, ela é, sobretudo, resultado da apropriação desigual dos recursos naturais por uma pequena parte da população, principalmente, no que concerne as formas de apropriação da terra e dos meios de produção.

Renega-se assim o determinismo rijo que estabelecia a causalidade entre meio ambiente e fome. Entretanto negar que a produtividade dos solos e as condições climáticas influenciam nessas formas de apropriação e nos rendimentos que dela provirão, outrossim, na diferenciação e na pluralidade das técnicas utilizadas seria um tanto obtuso. A cabo, os historiadores do clima (segundo a vertente francesa) ou historiadores ambientais (na vertente americana) entendem o homem como um produto do meio, nem super determinado nem totalmente dominador, mas em numa relação, nem sempre simbiótica e pacífica, de convivência. Segundo o americano Donald Worster ao falar do métier do historiador dedicado as questões ambientais a, “história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e ‘super-natural’”(1991, p.199).

A instituição do domínio do homem sobre a natureza, no pensamento marxista, não é inerente apenas a produção e a reprodução da vida material e das melhorias que visam a sua transformação, tal domínio é estabelecido por meio da técnica: “não se trata de produzir e reproduzir cada vez melhor a vida material, mas de estabelecer uma dominação ilimitada da natureza” (CASTORIADIS, 2007, p. 26). Tal pensamento de domínio ilimitado pode ser, inclusive, encontrado e ratificado no pensamento de origem judaico-cristã<sup>63</sup> e no pensamento humanista de ordem antropocêntrica que percebe o

---

<sup>63</sup>Segundo Keith Thomas (1988), ao analisar, com base no livro do Gênesis, os fundamentos teológicos da dominação humana sobre o mundo natural, demonstra como este foi compreendido como um presente de Deus a sua cria idêntica. O homem seria o eleito para desfrutar desse mundo sem restrições, mas o pecado original o corrompeu. A criatura voltou-se contra o criador, e onde havia flores nasceriam espinhos, e o homem perderia seus privilégios de dominação fácil e incontestado em relação às outras espécies. Depois do dilúvio, “deus renovou a autoridade do homem sobre a criação

homem como um ente em separado da natureza (SOFFIAT, 2008, p. 13-14, THOMAS, p. 21-30, 1988).

Como já foi preposto, esse domínio se estabelece através da técnica que se põe no entremeio entre o homem e a natureza. A posse de uma quantidade maior de técnicas e instrumentos significa uma maior dominação da natureza e por conseguinte um maior aproveitamento dos recursos dela provenientes. O problema é que o acesso a essas técnicas é desigual assim como as formas de apropriação da terra, o que promove as experiências distintas entre pessoas da mesma sociedade.

Essa apropriação diferenciada dos sistemas ambientais, na história social inglesa<sup>64</sup>, se encontra na forma basilar exposta na obra de Edward Palmer Thompson, quando em *Senhores e Caçadores*(1987), por ocasião da “Lei negra”<sup>65</sup>, demonstrou as formas de apropriação da floresta por diferentes grupos sociais, sem criar um componente genérico ou um “bando de delinquentes” de face indefinida. Com um senso agudo - e comum desde suas primeiras obras<sup>66</sup> - para as variações dos sujeitos e grupo viventes da/na floresta, é notória as gradações sobre a concepção do direito sobre os usos dos recursos naturais, das árvores aos veados, coelhos e gamões (1987, p. 22). O exemplo de Thompson nos é modelar, porque, ao escrever a história social das relações de resistência concernentes ao direito de uso da floresta, escreveu a história da floresta e suas atribuições no mundo dos seus habitantes.

Da longa e contrastante viagem da Floresta de Windsor aos sertões secos do Seridó, as formas de apropriação e convivência com a o bioma da Caatinga são fulcrais para o entendimento do nosso objeto de estudo. A preponderância do clima semiárido

---

animal”(p.22). Para o historiador inglês, foi “nesta lei do Antigo Testamento o domínio do homem sobre a natureza se fundou”(p.22).

<sup>64</sup> Marcos Lobato Martins (2007) ao demonstrar as lições da história social possíveis de apreensão pelos praticantes de história Ambiental, faz referência de destaque as obras *Senhores e Caçadores* (THOMPSON, 1987) e *Costumes em Comum* (THOMPSON, 1998): “Em todos estes trabalhos de Thompson, e muitos outros da História Social, o praticante de História Ambiental encontra reflexões instigantes sobre a vontade/liberdade dos atores sociais *versus* condicionamentos/limites estruturais que pesam sobre a ação coletiva” (MARTINS 2007, p. 80). Desse modo, uso dos conceitos da primeira pela segunda e ao contrário, parece não só possível, mas interessante para o entendimento das “representações coletivas” encenadas pelas experiências históricas dos sujeitos. (MARTINS, 2007, p. 79).

<sup>65</sup> Lei criada por decreto Real em 1723 na Inglaterra, auferia a penalidade máxima (a morte) perante a prática de 50 novos delitos cujo cenário da floresta de Windsor é o palco e o mote para os jogos de interesses oponentes entre as normas jurídicas e os direitos costumeiros dos usuários da floresta (THOMPSON, 1987).

<sup>66</sup> Em “A formação da Classe operária” (nos volumes 1 e 2 sobretudo) a opção por não criar um operário genérico e descaracterizado se apresenta de forma muito clara.

na totalidade do espaço estudado, com seus aspectos geológicos, hidrológicos e climáticos caracterizados pela rasura e incidência pétreo dos solos, baixo regime de chuvas e o relevo sisudo componente visual e sofregamente praticado da paisagem.

Este adusto espaço, é elemento do “outro nordeste” descrito por Gilberto Freyre em oposição de um Nordeste “mais antigo”, de “terras doces e oleosas”. O sol causticante e a terra tórrida “de areia seca rangendo debaixo dos pés” conformam os “sertões depaisagens duras doendo nos olhos” (FREYRE, 2005, p. 54). Imagem de rorejar o rosto do leitor em lágrimas e suor, adstringente de possibilidades de existir e conviver com tamanha aspereza. Entretanto, limitar a criação cultural a esse quadro seria de um determinismo anacrônico ao nosso tempo. Nesse sentido, concorda-se em eco as proposições de José Otávio Aguiar e Catarina Buriti (2009, p. 176) quando averbam: “interagindo com esse ambiente natural sob uma relação de autonomia e criação cultural, os sertanejos desenvolveram um conjunto de experiências e práticas socioculturais que lhes propiciavam conviver com essas condições naturais”

Ora, essas predições parecem muito acertadas quando se estuda o Seridó do século XIX: uma sociedade eminentemente rural, onde a produtividade da terra é baixa, a concentração fundiária alta e poucos sujeitos dispõem de meios para usufruí-la com melhor aproveitamento. Nos períodos de carência hídrica, tal situação se extremava a verdadeiros “Holocaustos coloniais”<sup>67</sup>, com a morte de milhares de pessoas e a desagregação familiar e social de outras tantas que se atiravam ao caminho incerto da retirância.

No tocante a produção de gêneros alimentícios necessários a manutenção da vida, a relação técnica (culturalmente disposta) e natureza se coloca como mote, já que tal produção, nas sociedades sedentarizadas, depende de tal relação, ou seja: a transformação do elemento natural noutra coisa, numa articulação (não determinação ou dominação total de um sobre outrem) entre natureza e cultura – como um cozinheiro ou um artesão.

Partindo dessas considerações, se analisará as formas cotidianas de produção e consumo de gêneros alimentícios no Seridó do último quartel do século XIX, levando

---

<sup>67</sup> A expressão pertence a Mike Davis (2002) que põe em evidência a questão que as milhões de vidas que padeciam durante as estiagens na China, na Índia e na América Latina não era decorrente apenas dos fenômenos meteorológicos, mas sim com a consonância desses com as políticas imperialistas. A lição maior que se pode deslindar do livro de Davis é que a estiagem e as mortes que ocorrem nelas, é um fator de preponderância política.

em consideração os períodos de estiagem, quando a escassez se impunha sobre as populações praticantes de tais espaços.

Através de “resíduos e papéis” e também de “legumes”, sopesando não as “neves eternas” por aqui inexistentes, mas o vento seco e a terra áspera onde o sol incide detidamente e a chuva é ansiosamente esperada, descortinamos as formas de produzir e consumir alimentos nos sertões do Seridó. Enfim, parte-se dessas *coisas*(documentos, folhas e raízes) antes naturais ou em processo de naturalização e se faz delas *outra coisa: história*. CERTEAU, 2008, p. 79-80)

## **2.2 *Modus Vivendi* sertanejo: Práticas alimentares e a produção de subsídios a vida.**

Tudo lá é bom e fácil  
Não precisa se comprar  
Não há fome nem doença  
O povo vive a gozar  
Tem tudo e não falta nada  
Sem precisar trabalhar

Lá eu vi rios de leite  
Barreiras de carne assada  
Lagoa de mel de abelha  
Atoleiro de qualhada  
Açude de vinho quinado  
Monte de carne guisada

Numa terra engastada num solo pobre, de clima candente e relações sociais desiguais, São Saruê se apresenta como uma terra da abundância, onde a comida é farta a brotar do chão, a constituir-se em montanhas e descer em corredeiras de leite e sonhos. Como numa referência imemorial ao mito da Cocanha<sup>68</sup> que remonta a Idade Média (época também de grandes penúrias), São Saruê era, na realidade, o portento de uma vida sem agravos, cuja possibilidade imaginada amenizava as agruras de uma vida difícil.

---

<sup>68</sup> O mito de Cocanha foi analisado por Hilário Franco Júnior no seu livro *Cocanha: várias faces de uma utopia*. O autor no final do livro, ao buscar outros mitos equivalentes ao conto de Cocanha, faz referência ao cordel

Alimentar-se com abundância ou com minguadas porções poderia ser um signo de distinção em sociedades em que o acesso a alimentação não é igualitário, não tornando beócio o surgimento de mitos como os de Cocanha e São Saruê em seu seio. Mitos como estes são, sobretudo, a deliciosa imaginação de uma sociedade perfeita, onde todos tem acesso indiscriminado as fontes de alimentação, não existindo ali nem ricos, nem pobres.

A sociedade do Brasil colonial dos primeiros tempos produziu imagens parecidas com essas narrativas construídas em torno desses “mitos de abundância”. Para atrair colonos, a ideia de paraíso e aventura foram amplamente difundidos em solos portugueses. Para Pero Magalhães Gandavo (Apud SOUZA, 1986, p. 40), um dos primeiros cronistas, a natureza do Brasil “sob providência divina é perfeita”. Perpassava-se um “modelo edênico” de terra generosa presente na literatura do velho mundo desde os poetas gregos e romanos, cuja exaltação da “idade feliz, posta no começo dos tempos, quando um solo generoso, sob constante primavera, dava de si espontaneamente os mais saborosos frutos” (HOLANDA, 2010, p. 274) agenciava a ideia de uma vida de farturas no novo mundo.

Nem tudo, porém, era a “Visão do paraíso”. Os primeiros cronistas não cessavam de reclamar dos animais detentores de uma peçonha mais poderosa devido ao acento do clima tropical e dos insetos em quantidade e variedade assustadora, causadores de verdadeira ojeriza dos habitantes da colônia (SOUZA, 1986, p. 45-46)

A abundância alimentícia na qual hipoteticamente vivia a população nos tempos da colônia, concorre com o signo da necessidade no qual viviam as populações da empresa europeia no Brasil. Das dificuldades encontradas pelo colonizador, a alimentação ou, pelo menos, não padecer de inanição era a mais urgente e cotidiana. “É ilusão”, conforme Gilberto Freyre (2006, p 98), “supor-se a sociedade colonial, na sua maioria, uma sociedade de gente bem-alimentada”. O imperativo econômico da cana-de-açúcar destinou grande parte das terras agricultáveis ao cultivo da mesma, limitando assim a produção de outros gêneros alimentícios. Para atender ao exclusivo colonial, a produção de alimentos foi posta em segundo plano pelas autoridades reinóis, quadro este exposto durante boa parte da história da agrária brasileira, graças ao grande interesse nos gêneros agrícolas de exportação e o pouco o zelo pelas produções de subsistência consideradas a “criança problema, o enjeitado da agricultura brasileira” (WEIBEL, apud, LINHARES, 1995)

Sobre essa rivalidade, a historiografia dedicada as questões agrárias não cessou em demonstrar que a visão plantacionista que centrou a explicação da vida econômica da colônia nos gêneros de exportação não se sustenta. Dentre os vários motivos, Maria Yedda Linhares (1995) destaca dois: “o de ocupar a terra, desbravando-a e povoando-a e, ainda, o de organizar-se sob formas de trabalho familiar para produzir excedentes e atender, progressivamente, às necessidades dos núcleos urbanos em expansão”.

Crises de abastecimento, porém, foram comuns. De forma mais diletta e minuciosa, a alimentação foi por vezes motivo de reclamação entre os primeiros viajantes cronistas<sup>69</sup>. A ausência de cereais consumidos em larga escala na Europa e sua progressiva substituição por produtos da terra, causava verdadeiro desgosto nos colonos de origem europeia submetidos a mudança de regime alimentar e proteico.

Ao seu passo e primordialmente ligada ao setor de subsistência, a extensa zona sertaneja do antigo Norte não estava numa situação mais confortável em relação ao abastecimento. A grande concentração de terras nas mãos de poucos possuidores que, não obstante, ocupavam cargos públicos numa relação de posse privada do poder estatal, contribuía diametralmente para o profundo declive entre os grupos sociais, que, no entanto, mantinham relações ora marcadas pela exploração, ora marcadas pela dependência, mas sempre abalizadas na negociação. Tais atividades podem ser percebidas nos modos de vida instituídos das formas de convivência dessa população.

Na temporalidade própria das sociedades agrárias, na qual a Zona do Seridó no período em estudo estava inserida, as horas do dia eram ditadas e ritmadas não pelo relógio, mas pelo sol e suas résteas nas frestas do telhado, pelo cantar do galo e, principalmente, pelas tarefas laborais e domésticas<sup>70</sup>. O sertanejo do Seridó tinha o seu ritmo próprio, o que poderia ser observado na forma de dispor do seu tempo na hora de suas refeições – descrita minuciosamente por Juvenal Lamartine (1965, p. 33-34) e Manoel Rodrigues de Melo (1985, p. 127-128): Acordava antes do sol nascer, tomava

---

<sup>69</sup> Capistrano de Abreu (1982) coligiu várias cartas nas quais os cronistas relatavam a insipidez da alimentação colonial.

<sup>70</sup> Edward Palmer Thompson, no artigo *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*, advoga que a notação do tempo é cultural, variável entre as sociedades. Nas sociedades agrárias “parece haver pouca separação entre ‘o trabalho’ e ‘a vida’”. As relações sociais e o trabalho são misturados – o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa – e não há grande senso de conflito entre o trabalho e ‘passar do dia’ [...] Toda economia familiar do pequeno agricultor pode ser orientada pelas tarefas (THOMPSON, 1998, p. 271-271). Emmanuel Le Roy Ladurie (1997, p. 347) também constata que a notação do tempo em Montaillou era notada conforme as horas de alimentar-se: “os cortes do tempo são indicados por referências alimentares (almoço ou jantar, *prandium* ou *cena*)”.

café puro ou com leite, acompanhado de queijo, tapioca, batata-doce ou cuscuz; o almoço era servido entre às 8 e 9 horas da manhã, quando se servia a afamada carne-de-sol ou carnes de “miunça” acompanhadas de mugunzá, pirão de corredor de boi gordo, cuscuz e farinha; entre duas e três horas da tarde saía o jantar, a carne-de-sol ara mais uma vez servida, junto com arroz, rapadura, farinha e ovos fritos; A ceia era disposta às sete da noite, com coalhada adoçada com rapadura, cuscuz, batata-doce.

Vista assim, a alimentação sertaneja transparece uma robusta abundância, que pouco condiz com a imagem esfarrapada que se pintou tão sisudamente sobre o sertão e o sertanejo<sup>71</sup>. Mas essa fartura descrita pelos autores estava restrita as elites pastoris, os “Patriarcas e Carreiros” - fato esse que foi olvidado por Manoel Rodrigues de Melo, interessado na vida e nos atos dos patriarcas sertanejos. Os pobres e os escravos alimentavam-se mormente de feijão, farinha de mandioca e de milho, com refeições salpicadas de pouca carne bovina (uma ou duas vezes por semana) e frequentemente a “carne de caça”<sup>72</sup> que dependia menos do bolso e mais da astúcia do pobre (LAMARTINE, 1965, p. 34).

Nos “tempos normais”<sup>73</sup>, essa alimentação do pobre pode até não primar por essa regularidade descrita anteriormente, mas, é suficiente para manter suas reservas energéticas. O alto consumo de proteínas advindas principalmente da carne, do leite e dos seus derivados, aliado aos hábitos de aliá-los com outras comensais gerando combinações um tanto esdruxulas<sup>74</sup>, fornecem a base proteica necessária para as duras lides sob o sol escaldante. A alimentação do sertanejo é, pois, nem copiosa, nem demasiadamente carente, mas sóbria e equilibrada: “A frugalidade se ajusta sabiamente dentro do equilíbrio alimentar, sendo que os excessos são muitas vezes mais prejudiciais do que as próprias deficiências” (CASTRO, 2011, p. 189).

---

<sup>71</sup> Imagem essa que foi construída principalmente no século XX atrelada a ideia de Nordeste, é necessário se colocar que essa imagem já circulava, dispersa ou não, desde o final do século XIX. Ver Aranha e Durval.

<sup>72</sup> Sobre a caça nos Sertões do Seridó consultar Oswaldo Lamartine de Faria, “A Caça nos sertões do Seridó” (1961) e Sertões do Seridó (1980).

<sup>73</sup> É comum na literatura sobre a alimentação nos sertões do Seridó diferenciar o período da seca dos períodos normais. Nesses tempos normais

<sup>74</sup> Como Queijo com rapadura, abóbora ou batata-doce com leite e etc. A simplicidade dessas combinações, comuns aos povos nômades, fica restrita apenas ao número de ingredientes, pois suas capacidades proteicas fornecem indelével energia para as duras lides do sertanejo sob o sol escaldante. Sobre isso ver o interessante estudo do médico afinado com a geografia Josué de Castro, A geografia da Fome: pão ou aço? O dilema brasileiro (2011, p. 184,185,186). O mesmo autor afirma que: “fora das quadras dolorosas da seca, viva esta gente (o sertanejo nordestino) em perfeito equilíbrio alimentar, num estado de nutrição bastante satisfatório” (idem, p. 158).



Esse equilíbrio é bem tênue, basta que a estiagem se prolongue e os preços subam, para que se instale a fome no estômago e no cotidiano<sup>75</sup> das populações sertanejas – dos pobres com maior e insidiosa intensidade<sup>76</sup>. Abalada a frugalidade, os que não emigram ou vão engrossar as fileiras dos esfarrapados aglomerados nos centros urbanos para sensibilizar e atemorizar as elites dirigentes, permanecem e vão sobrevivendo fazendo uso de plantas silvestres, as chamadas “comidas brabas” (LAMARTINE, 1969, p. 34, CASTRO, p. 102 a 109), muitas vezes nocivas a vida. Em 1846 Manoel Antônio Dantas Correias:

Fallar deste seu sertão: os que ficaram e não se retiraram, entraram a descobrir raízes e fructas de plantas agrestes para seu sustento (...) outros uzavam (sic) de couros crús, torrados ao fogo, para sustento. Chegou a fome a tanto extremo que foi visto viandante cosinhando os nervos duros do gado que havia morrido para comer.

Desestruturadas suas formas de produção e os meios de onde tirar a subsistência, começava a as rotas das migrações: primeiro os pobres sem renda alguma ou vínculo carismático com algum homem mais abastardo; depois os escravos, que pela alta rentabilidade eram vendidos para salvaguardar os seus antigos senhores ou, passado os “tempos difíceis”, para que esses refizessem suas fortunas; por fim, os próprios “donos do poder” se retiravam para alguma fazenda que melhor lhe provesse a sobrevivência.

O jornal “O Povo”, temendo o prolongamento da seca, deixava clara essas formas desiguais com que a estiagem atinge as pessoas:

Assim, no caso de continuar a secca, seremos victimas de um flagello medonho, em que o probrereduzir-se-ha depressa a cadaver, e o rico que não emigrar em tempo reduzir-se-ha ao mesmo estado, correndo além d’isso o perigo de ser atacado pelos faccinoras que n’estas crises pullulam de todos os lados ... Si até o fim d’este mez não formos favorecidos pelas chuvas,

---

<sup>75</sup> Pela insistência que a fome ronda a história do mundo, por sua “incorporação ao regime biológico do homem” ela se torna uma “estrutura do cotidiano”. Ver Fernand Braudel, *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII: as estruturas do cotidiano – o possível e o impossível* (1995, p. 61).

<sup>76</sup> Alargamos aqui a proposta de Jaques Revel e Jean-Pierre Peter quando falavam da possibilidade do corpo e do homem doente como objeto da história, averbam que: “O menor acontecimento dizima uma população frágil... Porque a doença atinge inicialmente os pobres. Mesmo quando as condições de sua difusão são em teoria iguais, como é o caso da peste (ou das epidemias), ela permanece seletiva, aliás as instituições sanitárias acentuam esses caracteres: o isolamento e a segregação dos pobres, a fuga dos poderosos e dos ricos. (1988, p. 143).

o terror e o pânico serão desastrosos, e o governos não pode cerrar os ouvidos ao gemidos d'este município.

Dos tempos bons aos tempos onde sobreviver se tornava uma árdua tarefa, a alimentação se impunha num lugar de centralidade, algures, o lastro para decalcar a ação dos populares como se estes fossem guiados pelos ruídos dos seus estômagos. Era quase uma lei geral a inerência entre a turbulência dos pobres e a fome ou as altas dos preços dos mantimentos<sup>77</sup>. Um bom inverno de chuvas regulares, além de prover a alimentação e a produção de alimentos, acalmava, por assim dizer, as tensões insurgentes no campo social – ou instaurava outras tensões menos barulhentas nos termos produzidos pelas fontes.

O provimentos básico da gastronomia rústica dos sertões: a farinha, as carnes de várias origens, o milho, o feijão e o arroz, compunham o alicerce da produção de gêneros necessários a vida, tanto nas épocas normais quanto em épocas de falta de chuvas, quando o governo provincial remetia esses mesmos gêneros para a população flagelada – sempre muito morredoura, mas também, em número aparentemente ilimitado. Numa sociedade dedicada em grande medida a pecuária (pelo menos até o final da década de 1870<sup>78</sup>), as terras disponíveis concorriam entre a produção desses alimentos básicos e a atividade econômica imperativa, obstante o fato de nem todas as terras nos sertões serem propícias à agricultura.

Em geral, essas terras eram atribuídas como de criar ou de plantar. Desde o período colonial existia a proeminência de terras de criar e a timidez na quantidade de terras de plantar roças de subsistência (MACÊDO, 2007, p. 87), rechaçadas às brenhas das serras, nas vazantes dos açudes e nos arredores dos rios. As terras de criar eram mais extensas graças a necessidade de grandes pastos para satisfazer as reses num solo improdutivo.

O sortimento das terras disponíveis nos sertões recortados pelo Rio Seridó, enquanto os seus aspectos físicos influentes em sua produtividade (águas disponíveis, qualidade dos solos, localização em relação a rios e reservatórios e etc.), fazem-na um cabedal de preço bastante variável, principalmente, quando a elas eram acrescidas

---

<sup>77</sup> Essa questão será analisada com maior profundidade no terceiro capítulo.

<sup>78</sup> Ver capítulo I.

benfeitorias<sup>79</sup> indicadoras materiais da posse da terra. Muirakytan Kennedy de Macêdo (2007, p. 89-90) já constatou ao estudar o Seridó colonial a variabilidade dos preços e a dificuldade de estabelecer parâmetros entre estes e o tamanho das glebas terra, pois as definições, principalmente no século XVIII eram muito vagas, tais como como: parte de terra, sítio de terras, pedaço, data, sorte.

Já no século XIX a definição braças é constantemente encontrada. Um cronista nos ajuda a entender esse intrincado sistema métrico:

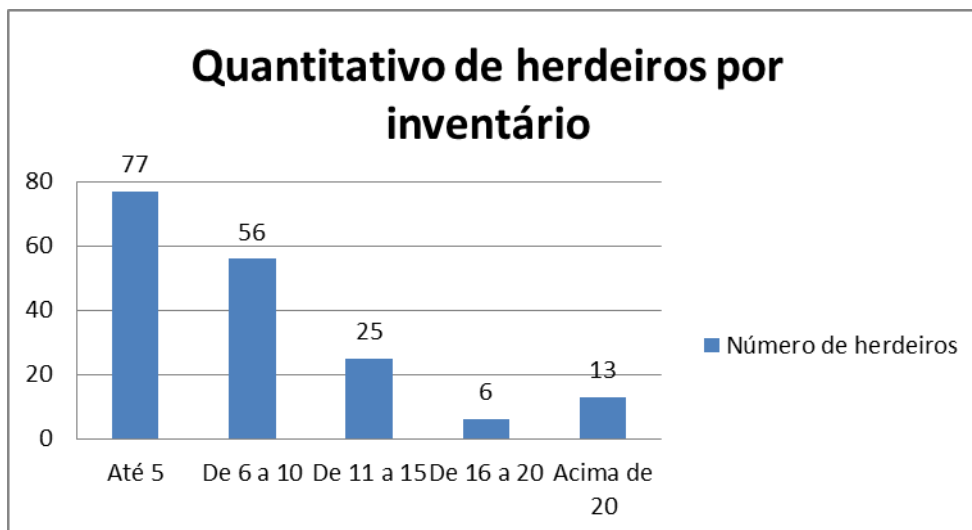
Quase todas as terras possuídas compradas e vendidas no sertão, são determinadas por um número qualquer de braças lineares de frente, com o fundo correspondente a 1 légua de 2.400 braças. Assim quando são compradas 600 braças entende-se um extensão linear de 600 braças de frente, sobre 2.400 braças de fundo, o que dá uma área de 1.400.00 braças quadradas. (GUERRA e GUERRA, 1980, p. 276).

Segundo Iraci Del Nero da Costa (1994, p. 05) uma braça quadrada equivale a 4,84m<sup>2</sup> no nosso sistema métrico atual. Então, mesmo conscientes dos perigos da tentativa de transubstanciar esses valores, pode-se fazer uma conversão aproximativa: basta-nos saber a quantidade de braças lineares, elevar ao quadrado, equacionar em m<sup>2</sup> e dividir por 10.000m<sup>2</sup>.

No Seridó do Segundo Império, nós temos um grande número de pequenas propriedades divididas em um número igualmente amplo de proprietários. As heranças e as partilhas iriam incidir ainda mais nessa subdivisão das propriedades. Dos 177 inventários por nós analisados, 100 (57,5%) tinham entre 6 e 20 herdeiros, desses 100, 44 (44%) tinham detinham uma quantidade superior a 11 herdeiros. O efeito dessa multiplicação parental nas pequenas propriedades era funesto, pois derrocava na fragmentação de um bem parco e não muito valioso – fato este implicante para o quadro de pobreza vivenciado pela maioria das famílias habitantes em pequenas propriedades (ARAÚJO, 2005 e MATTOS, 1985).

---

<sup>79</sup> Para se ter uma ideia, pode-se fazer menção a Mattos (1985, 108) e sua constatação concernente ao preço da terra com benfeitorias, pois esta custava dez vez mais em relação a terras sem benfeitorias.



**GRÁFICO 04:** Fonte – inventários post-mortem

Podemos observar bem esse quadro analisando o livro de Registros fundiários sob a Guarda do 1º cartório de Caicó<sup>80</sup>, percebendo ainda a problemática mais profunda do acesso à terra e da concentração fundiária nos Sertões do Seridó. A situação asseverava-se na desigualdade da posse assim apresentada: 11 proprietários possuíam pouco mais de um terço das terras disponíveis (35,5%), enquanto a grande maioria (141) era dotada de pequenas propriedades (27,1%). Muitos inventários revelam essas condições da posse desigual da terra, mesmo considerando o valor extremamente relativo do bem, pois as benfeitorias – de currais e casas a presença de árvores frutíferas – insuflavam o preço das propriedades.

**TABELA 06: QUADRO FUNDIÁRIO NOS REGISTROS DE TERRA DE 1850 A 1890.**

TIPOS DE PROPRIEDADE*:	QUANTIDADE	ÁREA OCUPADA	%
PEQUENA	141	16.440	27,1
MÉDIA	46	22.611	37,3
GRANDE	11	21.563	35,5
<b>TOTAL</b>	<b>198</b>	<b>60.614</b>	<b>100</b>

Fonte: 198 registros de terras escrituradas no livro cartorial de 1896, coligidos por Maria Regina Mendonça Furtado Mattos (1985).

\* Tamanho para cada tipo: Pequenas – de menos de 100 a 300 hectares; Médias – de 301 a 1000 hectares; e Grandes – de 1001 a 4000 hectares.

<sup>80</sup> Documento ao qual não tivemos acesso, mas o acesso nos é permitido graças ao cutelo da pesquisa elaborada por Maria Regina Mendonça Furtado Mattos (1985).

Os bens imóveis de uma família nos permitem vislumbrar o valor da terra e estrutura de riqueza ou pobreza na qual estava condicionada. O inventário do Padre Gil Brás de Maria Santíssima<sup>81</sup> equipara perfeitamente a representação de uma pessoa abastada no século XIX, principalmente, na disposição e na variedade de terras e bens nelas implantados. Com um impressionante cabedal de bens imóveis avaliado em conjunto de 13.171\$000 (treze contos e cento e setenta um mil réis), dispendo dos seguintes bens: 01 casa de tijolo calçada e murada com sótão;04 currais;01 casa de engenho com casa de purgar;05 tachos e mais pertences ; 15 braças de terra no Sítio Maracujá, Ponte dos Riacho dos Cavalos;01 roçado, cercado, alguma árvores frutíferas; 01 açude grande de terras cercadas de plantação de cana, mais árvores frutíferas;01 parte de terra ao nascente do Riacho dos Cavalos; mais 01 parte de terra no mesmo sítio; terras no sítio cachoeirinha na data do Piató, 01 pequena parte de terra na mesma data do Piató, 01 parte de terra no Sítio Cardeiro, 01 pequena parte de terra na data do rio “Cupachu”(?), 01 casa de tijolo com 68 palmos de frente e 36 de fundo no Sítio denominado Benfica no termo de Santa Luzia província da Paraíba com partes de terra,compreendendo também 01 casa de taipa deteriorada com roçado grande,02 currais e 01 “açudinho”; 01 aviamento de fazer farinha;01 casa de tijolo com 30 palmos de frente e fundo na fazenda (?) légua de terra com uma casa de tijolos com cercado de pedra, chiqueiros e outros benefícios;01 casa situada nesta cidade 40 palmos de frente;01 casa nesta cidade; outra casa nesta cidade com 20 palmos de frente.

Nesse inventário é perceptível alguns fatores sintomáticos dos deslocamentos realizados pelas famílias ricas: Casas na fazenda e na cidade, sugerindo o movimento para a realização de negócios nas vilas e nas feiras para onde confluía a população rural em dias específicos. Uma casa grande com sótão rodeada de Currais, onde o senhor daquelas terras residia, pois “não poderia ser de outra maneira, porque o número de reses recolhidas ao final da tarde, à distância, alardeava a cabedal do criador” (MACÊDO, p. 148) e ainda outras casas em propriedades também outras, para a alternância comum de residência em períodos de estiagem. Nas adjacências,

---

<sup>81</sup> Inventário do Padre Gil Brás de Maria Santíssima (1878).

humildavam em existência outras casas menores<sup>82</sup>, onde, possivelmente, moravam escravos, vaqueiros e moradores sob a proteção do Pe. Gil Brás.

Interessante destacar a presença, na organização dos bens inventariáveis, de árvores frutíferas e roçados ao lado de casas e outros bens de raiz, pois abaliza a importância da subsistência nestes lugares onde a vida se dilata entre dificuldades. Pomares e roçados agregavam valor a terra: precisavam ser cercados, para ratificar a posse e os proteger, com cerca pétreo, de animais e gentes. Árvores e casas eram bens de raiz, a axialidade de suas formas fixavam possibilidades de enraizamento do homem à terra, pois, curiosamente, tão famosas quanto as histórias de retirância e travessia, são as histórias de volta para casa e de saudade do sertão. Enfim, não importa a distância ou o lugar: “Sertão: é dentro da Gente” (ROSA, 1988, p. 270).

Porém, o inventário do Pe. Gil Brás, aberto em plena seca de 1878, é um raro exemplo e não exemplar. Muitas fortunas eram de humildade tão mofina, capazes até de fazer o pesquisador se indagar o porquê do gasto com a abertura do processo inventarial. É o caso do inventário da Liberta Mariana<sup>83</sup>, único processo aberto tendo como inventariada uma ex-escrava. Ela legou aos seus três filhos 11 cabeças de gado, depois de amealhar esse tímido cabedal, ela provavelmente, dado o dispêndio de abrir um inventário, tinha como intuito contribuir para a libertação dos seus três filhos ainda presos as amarras do cativoiro.

Mas nem só os afrodescendentes saídos do cativoiro tinham suas vidas em experiência de pobreza. Em 1878<sup>84</sup>, Florência Maria de Jesus legava aos seus 33 herdeiros uma “casinha” híbrida de tijolos e taipa, outra “casinha” com roçado e partes de terra no Sítio Tanque D’água e outras partes de terra perto do Riacho dos Cavalos sem referências a benfeitorias. Dentro de casa, de móveis merecedores de referência, os “louvados” só encontraram uma cama velha, talvez o leito de mortes de Florência, onde a família se reunia junto com o seu bem mais valioso e em maior número: Um oratório de madeira indigente, com uma imagem da Senhora do Carmo, outra de um Santo Antônio com resplendor e cruz de prata e, por último, uma imagem de São Sebastião. Sobrava ainda, outras coisas miúdas e cotidianas, a saber: 01 caixa com fechadura, 01

---

<sup>82</sup> Henry Koster (2003, p. 139) no início do século XIX, passando por Açú, já tinha anotado a circunjabência de casa menores em relação as casas grandes.

<sup>83</sup> Inventário da Liberta Mariana (1877)

<sup>84</sup> Inventário de Florência Maria de Jesus (1878)

balança velha, 01 corda de lança, 01 brida e 01 machado velho. Poucas *cousas* para muita gente e ainda restava um problema da seca declarada um ano antes, cuja a necessidade criada talvez fosse o motivo pela venda de uma escrava e uma vaca, bens estes pelo qual o inventariante e filho devia ao monte e aos demais herdeiros a quantia de 465\$000 mil réis.

Três inventários abertos na mesma época e reveladores de realidades extremamente paradoxais. Fortuna, na sua etimologia, é uma palavra significativa de causalidade e sorte. Relegada ao campo do inesperado, as vidas de pobres e ricos, em tese, estariam sujeitas aos desígnios do destino e seus caprichos. Contudo, perante tempos de dificuldades como a da seca, os pobres parecem ser mais suscetíveis ao infortúnio enquanto os ricos vivem sobejamente como se tivessem sido paridos pela sorte. A seca esmorece o já modesto cabedal dos pequenos proprietários e avoluma a fortuna de uma elite latifundiária dada a conchavos e apadrinhamento políticos.

Exploradoras das imagens da miséria por eles nunca vivenciadas, pleiteavam os recursos sob a prerrogativa de salvar os pobres, mas o destino dos recursos advindos nas formas preditas dos socorros públicos era a corrupção e a manutenção das formas de dominação. Os socorros eram públicos, porém, patrimonializados pelos “donos do poder”, fato este, decorrente da habitual confusão entre a coisa pública e a privada conhecida como patrimonialismo – conforme nos ensinou Raimundo Faoro (1997) Victor Nunes Leal (2012).

### **2.2.1. Dos subsídios à vida**

Na impossibilidade de plantar suas roças sazonais, a população pauperizada ficava dependente dos socorros provindos do governo<sup>85</sup> disponíveis pela primeira vez na história do Rio Grande do Norte a partir de 1877. Nessa província como em outras, os recursos para socorrer a população flagelada advinham, em parte, das limitadíssimas rendas provinciais, que, mesmo antes da seca já se achavam em estado deprimente; Outra parte era mandada pelo governo central, que autorizara naqueles idos de 1877 que fossem remetidos os provimentos de guerra para socorrer a vítimas do flagelo – parte essa menor e menos digna dos grandes louvores rendidos pelo presidente ao imperador, que fez muito pouco pelos flagelados da seca, mas perante o descaso e o desinteresse geral das demais autoridades imperiais pelo problema, o imperador Dom Pedro II

---

<sup>85</sup> Sobre a questão política dos socorros, recorra-se ao capítulo I.

figurou como um herói no imaginário nordestino (VILLA, 2000, p. 61). Tinham-se ainda as iniciativas da caridade particular, graças “ao sentimento de humildade, despertado ao grito da angustia, tem se revelado nobre e grandioso como é” Esses recursos eram diluídos principalmente em gêneros alimentícios e fazendas (tecidos) que serviam para suprir as necessidades da população.

Dos gêneros adquiridos e distribuídos até outubro de 1877, a farinha ocupava lugar de destaque dentre os alimentos distribuídos, chegando a porcentagem de 64% de todo mantimento disponível para a província. Dos volumes de nutrimentos direcionados a zona sertaneja do Seridó (Ver quadro I) 61% (538 Sacos) eram compostos por farinha, 2% (18 sacos) era de arroz, 16,2% (142 sacos) era de milho, 15% (134 sacos) era de feijão e por fim 4,5% (40 fardos) eram formados por carne seca.

**QUADRO 8: COMISSÕES DE SOCORRO RADICADAS NA RIBEIRA DO SERIDÓ E DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS POR COMISSÃO.**

Comissões de Socorro da Ribeira do Seridó.	Sacos com farinha	Sacos com arroz	Sacos com milho	Sacos com feijão	Fardos de Carne	Volumes para cada comissão
Acari	120	04	56	20	-	200
Jardim	304	04	56	86	30	480
Príncipe	114	10	30	28	10	198
Total	538	18	142	134	40	872

**Fonte:** Relatório do presidente de Província do Rio Grande do Norte, José Nicoláo Tolentino de Carvalho em 18 de outubro de 1877.

Essas provisões carregam em si, um pouco da alimentação cotidiana dos pobres mesmo nas épocas normais quando a produção dos gêneros alimentícios decorria sem entraves. Sendo assim, passemos a análise de cada um desses gêneros separadamente, para entendermos o contexto de produção e consumo desses alimentos dentro das relações históricas e sociais tecidas ao seu entorno.

**2.2.1.1. Farinha**

De fácil cultivo, a mandioca era produzida principalmente nos brejos paraibanos e nas regiões serranas distribuídas espacialmente nas então províncias da Paraíba (Borborema, Teixeira e Coité) e do Rio grande do Norte (Boa Vista, Araújo, São



Bernardo, Formiga, Queimadas e Martins). Produto de destaque na economia agrária local (MATTOS, 1985, p. 176), a farinha de mandioca alcançava altos preços nas épocas de escassez de gêneros alimentícios, incidindo diretamente na alimentação e nos modos de nutrir do sertanejo, por fazer o - em paráfrase a Oswaldo Lamartine de Faria - “grosso da mistura da mesa sertaneja” (FARIA, 1965, p. 54).

A farinha todavia era recebida como elemento dissaboroso e substituição apenas tolerada e muito criticada pelos primeiros habitantes da colônia portuguesa em falta da farinha do reino (trigo) – considerada artigo de luxo. No período colonial, a distância da necrópole e o isolamento das populações sertanejas contribuíram para a paulatina adoção dos produtos da terra, principalmente o milho e a farinha cultivadas pelos indígenas.

A farinha no Brasil colonial, na impossibilidade da importação de fontes de carboidratos mais nobres, a farinha ocupava nos sertões, lugar de destaque culinária regional, geralmente acrescida, nos tempos normais, de outras matalotagens e transformando-se em paçocas, pirões; poderia ser justaposta a rapadura, banana e até café (FARIA, 1965, p. 51).

Para obtermos uma visão mais global da presença e da produção de farinha, inteiramos aos 177 inventários que embasam esta pesquisa mais 322 processos, perfazendo um total de 499 documentos. Nos utilizamos desse meio para tentar expandir o número de ocorrência dos bens relacionados a produção de farinha de mandioca. Dos 499 processos apenas 16 faziam referência a produção de farinha (Ver tabela 08).

#### **QUADRO 09: OCORRÊNCIA DE BENS RELACIONADOS A PRODUÇÃO DE FARINHA NOS INVENTÁRIOS.**

ANO DO INVENTÁRIO	NOME DO INVENTARIADO	TERRAS	BENS LIGADOS A PRODUÇÃO DE FARINHA
<b>1859</b>	Joanna Batista dos Santos	Terra de plantar na data do Tauá na Serra da Teixeira, 622 braças de terra no Sítio Bom Jesus ao poente do rio Sabugí.	2 mil covas de mandioca
<b>1859</b>	João Damasceno Pereira	Uma casa de Farinha no sitio Monte, na Serra Cuité, Uma parte de terra no Sítio Seridozinho, Uma parte de terra no Sítio	Casa de Farinha

		Várzea Alegre, Sessenta e duas braças e dois palmos de terra no Sítio Monte Vídio na Serra do Cuité	
<b>1860</b>	Antônio Gonçalves de Melo	Uma casa de taipa com todas as benfeitorias da fazenda do sítio na beira do Rio Sabugí, Uma parte de terra nesse mesmo sítio, Uma parte de terra de plantar no Sítio do Teixeira, Terreno ao poente do rio sabugí,	Uma casa de fazer farinha com os pertences incluindo um caixão de despejo em terras próprias. um caixão de despejo de farinha grande em bom uso
<b>1866</b>	Cosme Pereira da Costa	Uma parte de terras de criar na Serra a Formiga, Terras no sitio Malhada da Areia, terras de criar no sitio São Miguel, 5 braços de terra, terras de criar no sitio Do Bom Sucesso.	Quatro alqueires de mandioca*
<b>1870</b>	Antônia Leocádia da Conceição	Terras no sitio Pedra do Navio ao ponte do rio Piranhas, Terra no sitio malhada Vermelha,	uma casa de taipa com um aviamento de farinha
<b>1871</b>	Teresa de Jesus Maria	Uma légua de terra no Sítio Domingos, Terras na data do Salgadinho.	
<b>1878</b>	Padre Gil Brás de Maria Santíssima	Quinze braças de terra no Sítio Maracujá, ponte dos riachos dos carvalhos, uma parte de terra ao nascente do Riacho dos Cavalos, mais uma parte de terra no mesmo sítio, terras no sítio Cachoeirinha na data do Piató, uma pequena parte de terra na mesma data do Piató, uma parte de terra no Sítio Cardeiro, Uma pequena parte de terra na data do rio Cupachu, Sítio Benfica no termo de Santa Luzia,	Um aviamento de fazer farinha
<b>1878</b>	Manoel Candido de Medeiros	Terras ao poente do Riacho Cavalcante, mais terra no mesmo sitio.	Um aviamento de fazer farinha deteriorado com seus pertences
<b>1880</b>	Professor Joaquim Apolinar Pereira de Brito	Muitas partes de terra em variadas especialidades**.	Aviamento de fazer farinha termo de Santa Ana dos Matos

1882	Antônio Gomes de Oliveira	Sítio de terras no Barbosa	Um aviamento de fazer farinha
1882	Maria José de Santana	Duzentos e cinquenta braços de terra no Sítio Pedra Branca	Um aviamento de fazer farinha
1883	Capitão Marcos de Araújo Pereira	Sítio Cavalcante	Uma casa de taipa na mesma fazenda com aviamento de fazer farinha
1885	Josefa Maria da Conceição	Cinco braças de terra na data do Barbosa Sítio Trapiá, Uma quadra de terra de um roçado ao lado do riacho dos cavalos, um roçado	Uma roda de moer mandioca, Um coador velho de peneirar massa, um rodete, uma prensa velha de umburana
1886	Antônia Fernandes das Neves	Mil e quatrocentas braças de terra na data da Malhada	Um aviamento de fazer farinha
1887	Izabel Maria da Conceição	Parte de terras no sítio Riacho dos Cavalos	Uma casa de taipa com um aviamento de fazer farinha
1888	Manoel Vieira da Cunha	Uma pequena parte de terra na Serra da Formiga, terras no sítio manhoso.	Vinte cinco cargas de mandioca, Trezentos pés de mandioca de refugo, mais seiscentos pés de mandioca.

Fonte: 499 Inventários post mortem no período de 1822 a 1889.

Os bens de raiz do professor eram: 01 casa na Rua da matriz com 01 porta e 01 janela de frente, outra casa \*na mesma rua 01 porta e 01 janela de frente calçada e murada, 01 casa na Rua Salvador com 25 palmos de frente e 40 de fundo, calçada e murada, 01 casa de tijolo, 02 açudes um cercado de pedra com terras compreendidas, 01 sitio no lugar Penedo com uma casa com curral e cercado; 90 braças de terra no sítio Penedo; Terras no sítio Soledade; Terras no sitio caçara; Terras no sitio Barbosa; Terras no Sítio Santa Cruz; Mais terras no Sítio Santa Cruz com casas e benefícios; Terras no Sítio pelo Signal; Terras no riacho Piató; 01 parte de terra no Riacho Barbosa; 01 parte da casa dos herdeiros do finado Germano; Cercas de pedra, 01 casa de tijolo em branco, calçada e murada com 45 palmos de frente 02 portas e 01 janela na cidade de Jardim, 01 casa de taipa na cidade Acari com 01 porta e 01 janela de frente; terras no sítio Laraneiras; 15 braços e 7 palmos e meio no Sítio Jardim; 88 braças e meio no Sítio Jardim; 07 braças e uma quarta de terra no Sítio Gunaporó (?) no termo do Jardim; 01 parte de terra no Sítio Tanque preto data do Curicaca com aviamento de fazer farinha termo de Santa Ana dos Matos; 01 parte de terra no Sítio Tanque Preto; 01 parte de terra no Sítio Riachão termo de Pombal; 01 parte de terra no Sítio Riachão.

Das 16 menções a produção de farinha de mandioca, 05 indicam a presença de casas de farinha e 14 a presença de aviamentos (incluindo as já citadas casas de farinha). Questão interessante com a qual nos deparamos é a variedade de espacialidades com a qual podemos nos deparar: Além da serra de Santana dos Matos, as serras do Cuité (Coité em alguns documentos) e do Teixeira na vizinha província da Paraíba; Além das referências a roçados e malhadas em lugares não serranos, mas possíveis a agricultura graças a presença de açudes e riachos.

A produtividade desses solos, principalmente os dos sopés e altos das serras forneceriam a possibilidade de uma agricultura menos sazonal. A relação com os brejos, agrestes e serras da província vizinha, a Parahyba do Norte, já era desenvolvida desde o período colonial. O cronista Manoel Antônio Dantas Corrêa (1980, p. 25-33) já tinha notado o fato de, em falhando as águas provindas da chuva, o povo começava a se dispersar a procura dos brejos. Irineo Joffily (1977, p. 231) refere-se ainda, em tom de exiguidade em relação as terras sertanejas, à Serra do Texeira como um terreno: “fresco, fértil e bastante cultivado”.

O comércio com os brejos paraibanos, principalmente nas crises, constituíam-se enquanto uma relação de quase dependência. Os brejos eram os:

Escoadouros naturais dos produtos sertanejos que lá não existiam: peixe, queijos, carnes baratas e etc.; mas em compensação os sertanejos lhes compram mais, muito mais do que vendem: farinha, feijão, milho, café, aguardente, fumo e rapaduras: estes últimos produtos, haja bom ou mal inverno, entram sempre para o sertão. É esse o comércio favorito do pobre. (GUERRA e GUERRA, 1980, p. 213)

Desse modo não é estranha a posse de terras nestas localidades, inclusive elas já se faziam presentes no inventários do período colonial (MACÊDO, 2007, p. 97). No computo geral, 16 inventários de 499 equivalia apenas a 4, 17% do total, isso não nega a existência de outras propriedades, pois, os inventários dão conta de um momento específico da vida de seus donos – o da juntada dos seus bens, para depois partilhá-los. A produção de farinha, gênero de consumo em tão larga escala, possivelmente não estava limitado a essas propriedades.

A presença de pequenos proprietários é indicativo da inerência entre trabalho familiar e economia de subsistência. Manoel Vieira da Cunha teve seu inventários translado em 1888, o mesmo não possuía escravos (naquele ano final da escravidão, um bem tão caro quanto todos os seus bens de raiz juntos, avaliados em 2.202\$000), em compensação dispunha de uma longa parentela de 40 herdeiros entre filhos e netos. Nos bens imóveis havia a presença de terras no Sítio Manhoso e no Sítio Coloniz. Nas 373 braças de terras no Sítio Manhoso, onde existia um açude, a família possuía: 25 cargas de mandioca, 300 pés de mandioca de refugio, mais 650 pés de mandioca e ainda a

presença de dívidas para com os herdeiros (filhos) relacionadas ao algodão<sup>86</sup>. Esses fatores, junto a não existência de gado *vacum* nos bens, são indícios do envolvimento da família com a agricultura de pequena escala<sup>87</sup>.

Enquanto 09 inventários faziam referência genérica a presença de utensílios para a produção de farinha, sob o nome de aviamentos. O mais descritivo era o de Josefa Maria da Conceição, portador de: 01 roda de moer mandioca, 01 coador velho de peneirar massa, 01 rodete, 01 prensa velha de umburana. O traço habilidoso de PercyLau (Imagem 02) anos mais tarde, nos permite visualizar essa rústica engenharia e as várias etapas para a preparação da farinha. A roda de moer (ou de ralar), era o primeiro processo pelo qual passava a mandioca já descascada manualmente, depois passava pelo rodete encarregado de triturar as raízes e preparar a massa húmida; o coador e a prensa eram necessários para eliminar o líquido agreste a vida liberado pela mandioca; por fim a farinha era cozida em tachos de cobre (MACÊDO, 2007, p. 98). Josefa Maria da Conceição tinha nove herdeiros e pouca terra sem referência a benfeitorias<sup>88</sup>, nenhum escravo ou gado, dessa forma, temos o indício do trabalho familiar também utilizado nessa propriedade.



Fonte: Blog: PercyLau, desenhando o Brasil. Disponível em:  
<http://desenhandoobrasil.blogspot.com.br/>

---

<sup>86</sup> “Ao co-herdeiro José de uma arroba e meia de algodão em pluma, ao co-herdeiro José Crispiniano 13 libras de pluma de algodão, ao herdeiro Manuel de pluma de algodão.”

<sup>87</sup> Inventário de Manoel Vieira da Cunha (1888).

<sup>88</sup> Explicando o baixo valor de 35\$000 (trinta e cinco mil réis)

A farinha, conforme podemos observar no quadro (07), compunha 65% dos gêneros distribuídos pelo governo sob o consórcio dos socorros públicos; Já no quadro (08), perante uma quantidade de inventários referentes a quase todo século XIX, percebemos uma quantidade muito pequena de terras produtoras desse gênero, um fato explicativo para a carestia desse gênero na época da estiagem. Perante uma crise os preços subiam e suprimiam dos pobres a possibilidade de aquisição. O governo por sua vez, toma para si a responsabilidade de suprir a indigência do alimento mote de sua dieta. Entre a supressão e o suprimento, haviam um sem número de homens e mulheres dispostos a terçarem armas para sobreviverem e lutarem contra o governo, saltando cargas de farinha dos socorros pelo fato de as considerarem como suas por direito.

A Farinha no Brasil colonial e imperial era um alimento crucial a manutenção da vida da colônia, fazendo parte importante do tripé alimentar do período colonial, justaposta ao feijão e a carne seca (SIVA, 2005). Contrariamos assim, Fernnand Braudel (1995, 161-199) quando afirmou a secundariedade da farinha de mandioca, para ele, base apenas de “culturas primitivas e regularmente medíocres”. No regime alimentar dos pobres dos sertões, era sua fonte principal de carboidratos e turbulência – a exemplo da farinha de trigo e seus derivados no caso inglês estudado por Thompson (1998) – a sua presença nos socorros e nas reivindicações será objeto do terceiro capítulo deste trabalho.

### **2.2.2. Milho, feijão e Arroz**

Milho feijão e arroz, esses três componentes dos socorros públicos apresentados no quadro 08, quando analisados por meio dos inventários, quase não se fazem presentes. Não se trata, porém, de insignificância perante a farinha. Dois fatores nos parecem bem condizentes como explicação: 1) O fato da sazonalidade desses produtos, nos sertões, intrinsicamente ligados ao períodos de pluviosidade limitavam a sua produção basicamente a subsistência; 2) as dificuldades de conservação, mesmo existentes<sup>89</sup>, descadenciavam quando submetidas a períodos extensos. Esses fatores explicam, inclusive, a já aventada dependência em relação ao comércio desses gêneros nos brejos paraibanos.

O milho ao lado da farinha era uma das principais fontes da alimentação sertaneja. Largamente utilizado na alimentação humana e animal, era o cereal de maior

---

<sup>89</sup> Ver o livro de Owaldo Lamartine de Faria, *Conservação de alimentos nos sertões do Seridó* (1965).

significado na mesa e participante de inúmeras receitas desse ente indentitário chamado culinária regional. Alimento naturalmente rico, contendo todas as cadeias de aminoácidos, seu incremento comum nos sertões do Nordeste com leite ou/e carne, forneciam uma alimentação rica e mais elaborada em termos proteicos se comprado a outras regiões onde ele é consumido em natura e sem esses acompanhamentos. (CASTRO, 2011, p.158 ).

Do banco de dados geral dos 499 inventários, esta pesquisa se deparou com seis referências ao milho (ver quadro 10) ou a algum utensílio indicativo de seu uso na alimentação. Três dessas ocorrências se encontram nas dívidas passivas ou ativas dos inventariados, apontando para um pequeno comércio desse gênero. O ano de 1874 é de um inverno profuso, Cammila Simões de Moraes<sup>90</sup> por possuir terras perto do rio Barra Nova e um sítio chamado nova Olinda com Roçados e Currais, provavelmente teve uma produção capaz de gerar excedente para o comércio, pois nas suas dívidas ativas contavam duas transações ainda em débito: Jose Joaquim Vasconcelos lhe devia 01 porção de milho e Marcos Evangelista de Oliveira outras 02 porções de milho. Essas transações só nos chegaram enquanto informação, graças a dívida não paga aos credores (no caso, a inventariada), mas essas concisas informações, por serem fragmentárias, indicam a existência de relações comerciais muito mais amplas, pois certamente a inventariada detinha outros clientes ausentes nas dívidas por não serem devedores.

---

<sup>90</sup> Inventário post-mortem de Cammila Simões de Moraes (1874)

**QUADRO 10: REFERÊNCIAS AO MILHO NOS INVENTÁRIOS DE 1822 a 1889.**

<b>ANO</b>	<b>INVENTARIADO</b>	<b>REFERÊNCIAS AO MILHO</b>
1851	Jose Carneiro de Morais	16 alqueires de milho
1863	José Gomes de Oliveira	(Nas dívidas passivas) a Pedro Gomes por meio alqueires de milho
1874	Cammila Simões de Morais	(Dívidas ativas) Jose Joaquim Vasconcelos por 01 porção de milho que lhe vendeo; A Marcos Evangelista de Oliveira de 02 porções de milho
1866	Cosme Pereira da Costa	01 saca com milho
1878	Padre Gil Bras de Maria Santíssima	01 moinho de moer milho já usado
1879	Josefa Maria da Conceição	(Dívidas ativas) , a Antônio de 2 quarteirões de milho

Fonte: 499 inventários post-mortem pertencentes ao primeiro Cartório de Caicó e sob a salvaguarda do Labordoc.

O feijão é o item mais amplamente plantado no sertões do Seridó, pelo seu crescimento rápido e a adaptação nas vazantes, poderia ser produzido sem a necessidade de um inverno copioso. Muito utilizado na alimentação de pobres e ricos, a produção vertia entre duas variedades: o Macássar e o Arranca. Possível de ser estocado por até três anos, poderia assegurar a subsistência durante o período de estio (FARIA, 1965 e 1980).

Nos documentos pesquisado apenas um dispunha de referência ao feijão. No inventário do Tenente Manoel Gonçalves de Mello aberto em 1855, também vale destacar a disposição de aparatos para guardar mantimentos: 2 garrafões, 01 silhão arreado (silo), 01 caixa de pregaria velha, 01 caixa velha coberta de sola, 01 caixa de pregaria velha com fechadura de segredo, 02 caixões desmantelados, 01 caixão pequeno sem tampa e outro dito pequeno de punho, 01 caixão grande de cedro. O fato de tanto utensílios para conservar os alimentos, se elucida graças a dedicação auferida pelas fazendas do tenente a agricultura. No inventário ele dispunha de 07 quartas de feijão, 03 alqueires de sal, 3 mil covas de roça nova na serra do Teixeira.

Decerto as caixas poderiam ter outras finalidades, mas guardar os mantimentos era verdadeira obsessão dos sertanejos: “numa terra onde a irregularidade das chuvas



ainda é a maior lição de poupança [...] muito daí se explica o valor que representa qualquer depósito ou vasilha onde possam armazenar cereais ou legumes” (FARIA, 1980, p.74-76). Iriamos além da acepção do nosso ilustrado erudito: numa época onde o valor de *cousas*, das mais miúdas, eram dignas de ser inventariadas, não é de se espantar a extensão do apreço a qualquer recipiente possível de guardar os alimentos frutos do árduo trabalho de meses – guardá-los com cuidados era, de certo modo, também defender a vida de todas as suas fragilidades.

O arroz produzido nos sertões não era de boa qualidade e sua plantação se difunde com mais perenidade a partir do desenvolvimento da açudagem – devido a necessidade de alagadiços e terras úmidas para o seu cultivo – podendo ser plantado em épocas que o açude ficava mais raso. Talvez seja essa a razão de não termos encontrado em nenhum inventário a presença de arroz ou de utensílios utilizados em sua produção, pois a açudagem (tal como concebemos), ainda era um fator incipiente no período estudado. Mesmo nos socorros públicos sua presença era quase irrisória, alcançando o quantum de 18 sacas (2% dos gêneros distribuídos). Talvez a ausência da técnica e do solo necessários para a produção do arroz o tornaram, nos primeiros tempos, um artigo de difícil acesso para população do sertão. Via socorro público era de se esperar a sua ausência, a farinha é o principal gênero não pelos benefícios e nutrientes, mas pelo baixo valor se comparado a outros gêneros.

### **2.2.3. Das Carnes domésticas e selvagens; do leite e seus derivados**

A pecuária desde o início do século do século XVIII foi a força motriz, solfejada na pisada firme de uma mercadoria “que a se própria se transportava”<sup>91</sup>, para a colonização e a conquista dos espaços antes habitados pelos povos indígenas do sertão - antes mesmo dele de sertão ser nomeado. Os silvícolas não conheciam aquele animal imenso ali inserido por ação exógena e - por sua causa e confusão com caça habitual - conflitos entre colonos e índios não tardaram.

O consumo de carne era alto na zona sertaneja, junto a pouca disposição de verduras a alimentação de pobres e ricos era disposta de suas proteínas. O gado *vacumera* mais inacessível aos pobres, participando de sua mesa poucas vezes na

---

<sup>91</sup> A frase é de Capistrano de Abreu (1982)

semana, enquanto as *miunças* (cabras e ovelhas) eram consumidas com mais frequência junto a fauna silvestre.

Já analisamos no capítulo I a presença dos gados nos inventários, a sua importância econômica e o seu decréscimo em número a partir da grande seca de 1877 – responsável também por desencadear a implantação da agricultura nos sertões. Mesmo secundarizada, a pecuária permaneceu como fonte econômica. Manoel Dantas (1941, p. 127-128), fala das lições aprendidas com a seca e como a produção de queijo, antes da estiagem de 1877, era descantada pois se julgava “amesquinhado” o fazendeiro “que não tivesse soltado a vacaria”

O jornal *O povo* em 1889 retratava a situação da agropecuária seridoense:

Estes sertões, apesar das grandes e repetidas sêccas que os assolam, têm a criação como principal fonte de pesquisa; mas de 1877 para cá tem se desenvolvido muito a agricultura, principalmente a plantação do algodão. A criação fornece diversos ::: de negócios, sendo um dos principiães – o queijo do Seridó do que há grande commercio nos invernos para as praças mais vizinhas, maxime a do Recife, podendo-se sem exagero calcular a sua produção annual em 120.000 kilos, safra regular; e temos além d’isto o commercio muito desenvolvido de pelles, carne de sol (**O povo**, março de 1889, p 2)

O queijo era produzido no Seridó em duas “qualidades”: o de manteiga e o de coalho; O primeiro é o mais famoso, conhecido como Seridó ou do Sertão, por demandar horas de tacho em fogo intenso, seu preparo necessita de uma quantidade maior de leite, legando ao segundo, o queijo coalho, a possibilidade de ensejar as refeições menos faustosas dos pequenos proprietários, por vezes, na falta de leite de vaca, o leite menos nobre da cabra (FARIA, 1980, p. 69-71).

O mercado das proteínas disponíveis, entretanto, era muito frágil. Mesmo os grandes fazendeiros estavam sujeitos a perder seus gados durante a seca. No inventário do Padre Gil Brás<sup>92</sup>, encontramos as muitas terras já aventas e pouco gado para ruminá-las (62 cabeças de gado *vacum*). Em contrapartida, existiam nos bens móveis do padre,

---

<sup>92</sup> Idem, op. Cit.

127 meios de sola, couro esse possivelmente proveniente da morrinha do gado<sup>93</sup> instaurada a partir da seca do durante a qual se desenrolou o processo de inventário.

Nos períodos de seca, na extinção dos gados, a pressão sobre a fauna silvestre era inevitável: veados (hoje quase extintos) preás, tatus, pebas, timbus, mocós, aves arribação e pombas rolas eram e são até hoje alvos recorrentes de ação predatória – no século XIX, significava muitas vezes a sobrevivência perante a carência total de proteínas, hoje, uma iguaria servida, sobremodo, em bares e restaurantes.

As aves de arribação de grande ocorrência serviam para matar a fome do povo em regresso da seca. “À semelhança das cordonizes dos tempos de que fallam as escrituras” dizia o cronista (CORRÊA, 1980, p. 26), abundavam na sua época de migração e pousavam nos perto de onde houvesse aguaceiros para iniciar seu período de reprodução. Durante a chamada “postura”, eram mortas com facilidade, pois as fêmeas eram/são destemidas no afã de proteger o ninho. Dessa forma, resistiam em vão. Para além, comprometia-se as gerações futuras, muitas vezes, ainda em estágio de maturação nos ovos. A quantidade era tão prodigiosa, capaz de tomá-las objetos de comércio nos brejos. Para se ter uma ideia, só na seca de 1900 “houve quem em menos de um mez [...] pegasse trinta mil pomba-rôlas” (GUERRA e GUERRA, 1980, p. 94). Roedores chamados preás e mocós também ocorriam “em quantidade prodigiosa”, dizia o mesmo cronista. (Idem p. 27),

Objeto de orgulho e aporte narrativo para *estórias* contadas na varanda do copiar, as caçadas compunham um repertório de histórias de coragem e honra para o sertanejo, principalmente, quando a caça se tratava de uma onça. Importantes entes da cultura alimentar e do anedotário, hoje rescindem numa extinção insidiosa da fauna do Seridó: Acobertados pelo o manto da noite e sem um trabalho de conscientização, os caçadores são miras difíceis de repreensão. Resta aos animais um sofrimento calado e aturdido pelo barulho dos tiros; a nós o lamento...

## 2.4. Da Agonia e da pobreza

---

<sup>93</sup> No período colonial era comum a retirada do couro das reses já vitimadas. Macêdo (2007) também percebeu a existência de couros e solas em grande quantidade, quando estudou as secas do período colonial.

Corria o ano de 1877, nesse, parecia que o nosso senhor Jesus Christo tinha se esquecido dos viventes deste mundo. O vento soprava do sul assoviando nas cercanias de pau-a-pique, alvissareiro, para o sertanejo, era o sopro “precursor da desgraça”, ou, “o açoite da morte” (DANTAS, 1941, p. 114). O Coronel Laurentino Bezerra, em Currais Novos, descrevera o cenário, ”morreu gado por todo sertão, a seca é terrível e o sol abrasador (...) o povo anda todo errante de umas para outras partes e não encontram alívio”. Tal alívio, deve ter sido o objetivo da Senhorinha Cândida Maciel de Brito, ao requerer licença para vender a escravinha de nome Teresa, que pertencia as suas duas filhas menores, Maria e Antonia, “devido à crise horrorosa que vem passando o Norte das Províncias”, ou mesmo, no ano seguinte (1878), quando Francisca Maria de Santa Ana pede licença para vender as terras dos filhos menores, “que acham-se em estado de grande penúria, fome e nudez pela seca que se vai atravessando”

O quadro de inanição, aliado as doenças em decorrência dele (como a hemeralopia ou cegueira noturna (VILLA 2000, p. 49)) e as epidemias que grassaram naquele período e faziam do corpo do retirante seu repositório, tais como a varíola, a cólera e a febre amarela, o consumo de água contaminada, foi o necessário para dizimar parte da população. O número de mortos segundo a estimativa do presidente da Província do Rio Grande do Norte, Rodrigo Lobato Marcondes Machado<sup>94</sup>, já tinha alcançado o contingente de trinta e um mil habitantes até setembro de 1879.

O ano de 1879 era o terceiro consecutivo da seca que se iniciara em 1877 e o cito presidente de província reportava a assembleia o estado do Rio Grande do Norte em decorrência dessa seca: “A nudez, a fome, as epidemias ceifaram grande numero (sic) de vidas, e iam abrindo espaço para os recém-chegados”. Remessas de gêneros alimentícios eram mandadas para o interior da Província com o intuito de manter “as victimas que a miséria ia fazendo, a proporção que sêcca se prolongava, permanecessem no lugar de sua residência e não viesse engrossar o numero de emigrantes agglomerados no littoral” . Sendo muito provável, que esse tenha sido o motivo para só em 1877 os socorros públicos tenham chegado pela primeira vez “às mais longínquas comunidades do interior” (DANTAS, 1941, p. 121)

A fome descarnou os corpos e a nudez os expôs com crueza, enfraquecidos se tornavam vítimas fáceis da epidemia de varíola que se alastrava e ia tocando os pobres

---

<sup>94</sup> RPPRN, Rodrigo Lobato Marcondes Machado, 1879.

já sem muitas condições de criar defesas contra. O frio que nas noites gélidas entra no corpo do retirante ao relento como que adagas de fina ponta perfurando a pele que a certa altura parecia envolver apenas ossos. “O duplo flagello da peste e da fome” esvaziaram as vilas e cidades das quais os habitantes fugiam procurando os centros onde poderiam sensibilizar o poder constituído.

As histórias de canibalismo vindas das fronteiras Paraíba começavam a circular e a ferir a moral da época<sup>95</sup>. Grupos facinorosos corroíam a pretensa ordem social e apavoravam as comunidade dos sertões do Rio Grande do Norte e das províncias limítrofes<sup>96</sup>. A vida tornara-se muito difícil aos pobres e sua pesada existência num corpo leve e sem carnes. Esfarrapados, andavam nus expondo suas vergonhas e sua pele sobre ossos pontiagudos – no rosto, a elevação dos sulcos cunhava um semblante de tristeza em alto-relevo. Tal situação, em agosto 1877, foi exposta em *O Brado Conservador*:

Cumpre igualmente as mesmas comissões (de socorros públicos) reclamem do poder competente remedio à nudez, essa companheira inseparável da fome, que, expondo a carne humana aos rigores da estação, fere a moralpublica e offerece a sociedade um espetaculo assaz contristador.<sup>97</sup>

A nudez no imaginário dos gestos populares, muitas vezes, carregava um tom punitivo para criminosos pegos em flagrantes (CASCUDO, 2003 p. 40), talvez, no contexto estudado, se impetrasse uma ideia de punição divina dado o imaginário providencialista das forças da natureza amplamente difundido nessas camadas da sociedade<sup>98</sup>. Em 1878, o presidente de Província Manoel Januário Bezerra Montenegro descrevia o quadro composto principalmente por velhos e crianças (em torno de 20 mil) onde a dupla fome e nudez era pintada em tons ainda mais carregados: “no campo, nós e

---

<sup>95</sup> Correspondências - Serra Negra do Norte, 10 de maio de 1877, *O Brado conservador*, 25 de maio de 1877.

<sup>96</sup> Os RPPPB, RPPCE de 1879 comemoravam a desarticulação do grupo de facinoras conhecido no sertão como Viriatos, no RPPRN de 1880 o presidente comemorava “a morte do celebre facinora Jesuino Alves de Mello, conhecido por Jesuino Brillhante” (p.02)

<sup>97</sup> A fome e a nudez, *O Brado Conservador*, 24 de agosto de 1877.

<sup>98</sup> Centrado nas bases do pensamento de Santo Agostinho e Boussuet, o providencialismo foi um vetor para explicação da história humana até o século XVIII e o domínio dos intelectuais iluministas. Suas impressões, porém, continuaram permeando o imaginário popular (MACÊDO, 2012, p. 93). Um fragmento dessa concepção nos é apresentado na crônica escrita por Manoel Antônio Dantas Corrêa analisada por Muirakytan Kennedy de Macedo (2012).

famintos, quaesmumias que tivessem vindo ao mundo só para atestar, que os musculos são dispensáveis à vida, toda vez não faltem ao homem pelle, nervos e ossos.”<sup>99</sup>

As secas geravam uma tristeza incompreensível. Como todas as tristezas, inexplicáveis. Contudo, a provação divina não deixava de ser uma explicação plausível. Quase o fim do mundo. E talvez fosse, pelo menos, para aqueles homens e mulheres que viam o fogo e a fome consumirem tudo. Que eram atirados às incertezas das estradas, quentes, poeirentas, com uma paisagem formada por um engarranchado composto das cores acinzentadas das árvores desnudas, e do tosco branco dos ossos pertencentes aos animais mortos à míngua. Nesse contexto, morrer de fome era uma realidade possível e um medo a ser considerado, passemos a análise.

#### **2.4.1. *Requiescat in pace*: sobre morrer de fome.**

A fome é o limite biológico do homem e saciá-la está no liame entre a vida e a morte. Com a ausência de nutrientes o corpo começa um processo autofágico, consumindo os músculos e as gorduras de reserva para manter as atividades do organismo em funcionamento. A morte pela fome é uma carcomida senhora muito conhecida da humanidade, no ocidente da Idade Média, junto a peste, ceifou um terço da população e atemorizava o resto a espreitando insidiosamente – só entre os séculos XII e XVIII elas sucederam 37 vezes (FRANCO JR., 1998, p. 56). Morrer de fome ou a própria eminência e de descer aos níveis dos que nada tinham de seu, era um dos grandes medos do ocidente ou angústia<sup>100</sup> – palavra largamente utilizada neste trabalho e nas fontes das quais ele se fundamenta (DELUMEAU, 2009, p., 250-255)

Infortúnio, o fato de nem todos os homens terem bens inventariáveis produzirem documentos e relatos próprios passíveis de serem analisados. Falamos das pessoas pobres, que morreram nas estradas ou amontoadas em algum canto da cidade corroídas pela fome e pelo desprezo por suas vidas. Os pobres livres e, sobretudo, analfabetos, mal deixavam relatos de sua existência. Sua vida poderia limitar-se ao registro do seu nome num registro de vital de nascimento, casamento ou óbito. Aqui nos dedicamos ao estudo dos livros de óbitos pesquisados no silêncio e na penumbra da casa

---

<sup>99</sup> RPPRN, Manoel Januário Bezerra Montenegro, 1878, p. 11.

<sup>100</sup> Jean Delumeau (2009, p. 33) ela bora uma pertinente diferenciação entre medo e angústia: O medo tem um objeto determinado ao qual se pode fazer frente. A angústia não o tem e é vivida como uma espera dolorosa diante de um perigo tanto mais temível quanto menos claramente identificado”.

paroquial, onde recolhemos histórias de morte, às vezes e curiosamente, o único registro da vida do seu nomeado.

Na Cidade do Príncipe, nos registros de óbito da paróquia da Gloriosa Sant'Ana do Seridó, apenas quatro registros de morte pela fome foram sacramentados na época em exame. Embora o número seja quase que irrisório, se comparado com as mortes que ocorreram em Mossoró e na província como um todo, o fato não nos passa em tom de descrédito. Essa ausência de registros de morte pela fome em épocas que ela tocava indiscriminadamente a população desabastada não indica que elas foram em número tão reduzidos: As pessoas podiam morrer em decorrência do enfraquecimento das suas barreiras imunológicas inerente a carência de nutrientes, outrossim, poderia também ocorrer uma falha no registro que dependia, não de uma avaliação médica, mas das informações colhidas pelo pároco – questão que era criticada pelo discurso médico e que, como demonstrou Alcineia Santos (2011, p. 185, 186 e 187), seria paulatinamente abandonado a partir da década de 1870.

Ademais, por existir uma população em trânsito e que não residia na cidade, pensamos que muitos dos que sucumbiam eram atirados ao véu da indigência. Sem nome, sem formas de prover um enterro, seu corpo era apenas um embrulho indesejado do qual era necessário se livrar para corresponder as normas de higiene em voga na época, amplamente difundida entre as elites da época e exasperadamente perseguida pelos presidentes de província, mas não muito simpática aos populares e suas práticas.

Segundo Alcineia Rodrigues dos Santos (2011, p. 155, 156, 157) em sua tese de Doutorado sobre a dessacralização dos ritos de passagem e dos cemitérios no Seridó, atesta que o aumento de mortes em decorrência das epidemias e das fomes que grassaram mormente entre as décadas de 1850 e 1870 impulsionaram o abandono da prática de enterrar os corpos dentro das igrejas, forçando a criação de cemitérios improvisados e depois a criação e institucionalização de necrópoles que ainda estavam sob a salvaguarda da Igreja.

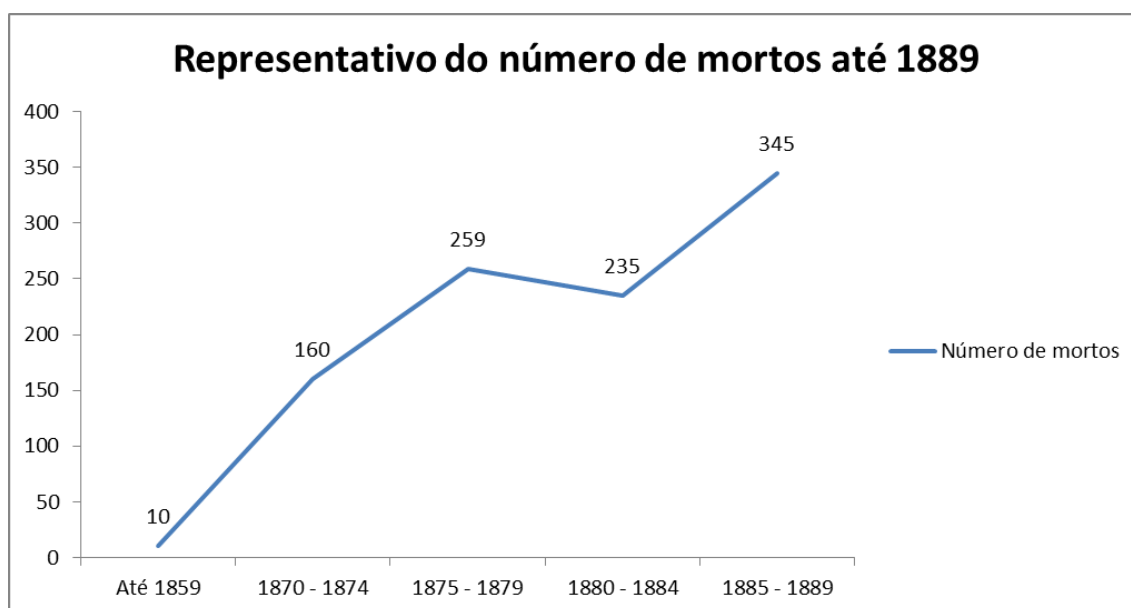
Seguindo uma lógica do estudo da morte consumada<sup>101</sup> Se verificarmos o Gráfico 05<sup>102</sup> podemos perceber uma intensificação na ocorrência de mortes entre os

---

<sup>101</sup> Segundo Michel Vovelle (1987, p. 130) é a morte bruta, que aparece nas curvas demográficas e nas taxas de mortalidade. Vovelle ainda opõe duas lógicas a essa: a da morte vivida e a do discurso sobre a morte, que se interessam pelos gestos e pelos discursos respectivamente.

anos de 1875 e 1879 e no período posterior de 1885 a 1889 a curva eleva-se em crescimento. Como já foi largamente inferido, nos anos de 1877, 1878 e 1879 e os anos de 1888 e 1889 foram épocas de grandes secas que coincidiram com epidemias – o que viria corroborar com as afirmações de Alcineia Santos (2011). Note-se também um breve decréscimo ocorrido no período 1880 a 1884, anos de bom inverno e sem grandes epidemias.

Embora não possamos descartar a quase incipiente taxa de crescimento apresentada entre os censos de 1872 e 1890 que contribuiria no aumento no número de habitantes e conseqüentemente no aumento de índices de mortalidade causados por doença e fome. Não obstante, levemos em consideração que no ano de 1890 a seca poria a população em trânsito, esvaziando as vilas periféricas e superlotando as vilas onde houvessem meios de trabalho ou regatear alguma ajuda do governo.



No gráfico acima podemos constatar um aumento significativo no número de mortes na decorrência dos anos de 187

Em momentos de grande penúria, o medo das elites em relação aos pobres aumentava: temia-se a insurreição dos esfarrapados, qualquer palavra mais exaltada poderia ser entendida como uma palavra de ordem, mesmo que traduzida por uma ótica

<sup>102</sup> Em relação a construção do gráfico foram eliminados os documentos que não dispunham da data da morte e os dados de 1860 pois não constavam no livro de óbitos pesquisados.



elitista, como é o caso que iremos nos debruçar no capítulo que seguinte. A fome e a seca viram centro sísmico de todas anomalias que estremecem o corpo social nesses períodos: roubos, defloramentos, crimes em geral, de grande ou pequena gravidade. Desse modo, nosso próximo capítulo trata, entre histórias de resistência e crimes aparentemente banais, dessas ações durante os períodos de estio.

## **CAPÍTULO III:**

### **Os filhos da resistência: as (encena)ações da astúcia**

### 3.1. Áridas violências, nem tão silenciosas resistências:

A seca incide sobre a vontade turbulenta dos pobres, os desvairando, tornando-os hereges em relação as leis. A desorganização social no sertão “superveniente da desastrosa secca<sup>103</sup>” causava a falta de temor nas leis do império. Facínoras pululavam pelas comarcas do sertão e adquiriam a celebridade antes exclusiva aos grandes feitos e aos políticos de igual lavra, pois disputavam as páginas dos jornais e tinham seus nomes dispostos nos relatórios de presidente de província como reflexo da sua fama pelo reverso. Jesuíno Brilhante, Liberato Nóbrega ou Vicentão (alcunha para Vicente Ferreira) eram os mais célebres<sup>104</sup>.

A segurança individual e de propriedade era motivo de lamentação por parte dos presidentes das províncias do Rio Grande do Norte, do Ceará e da Parahyba do Norte. A seca para o presidente de Província do Ceará era “a bandeira negra que vae cobrindo todos os attentados. Sob o pretexto da fome, os crimes de furto e roubo se tem desenvolvido em longa escala”<sup>105</sup>. Em 1879 o presidente da Paraíba acoimava: “A zona do alto sertão tem sido ha longo de annos, infestada de grupos de salteadores”, principalmente nos últimos tempos graças aos “efeitos da sêcca”<sup>106</sup>. Em 1880 o ilustrado presidente da província do Rio Grande do Norte lamenta os efeitos da seca e da fome, fomentadora dos “domínios da miséria” e nos fornece uma explicação mais genérica: “e como sempre acontece nos períodos anomaes da vida dos povos, em que por impulso de circunstâncias extraordinárias, perturba-se o jogo regular das leis”<sup>107</sup>

Em correspondência a’*O Brado Conservador*, um missivista da Vila de Serra Negra<sup>108</sup> retratava a situação contristadora do Sertão da Paraíba onde “dominava o bacamarte e o punhal”, imperando a mais “desenfreada anarchia”. Anos mais tarde, sobe a égide da seca de 1889, o jornal o *O povo* receava o prolongamento da seca:

A cidade é um foco de miséria, tão pouco como uma centelha pode gerar tão muito como um incêndio. A fome desvairia e, “a fome é uma loucura”. Os indivíduos estão nus, famintos e esqueléticos, sem fé, sem crença e sem esperança, para o povo

<sup>103</sup> RPPPB Fonseca Galvão, 1879, p. 4.

<sup>104</sup> Id. P. 6.

<sup>105</sup> RPPCE, 1878, p. 03

<sup>106</sup> RPPPB, 1879, p. 7

<sup>107</sup> RPPRN, Rodrigo Lobato Marcondes Machado 1880, p. 04.

<sup>108</sup> A vila de Serra Negra era circunscrição da comarca do Príncipe por nós estudada.

não há mais crime, não há mais lei e nem direito, só a necessidade. No vizinho Estado da Parahyba, se estão formando grupos de facínoras que desprezam a ação da justiça e temos medo que estes exemplos sejam contagiosos. Veremos em nosso território a mão do faminto armada, o faminto transformado em assassino e roubador

O governo começou a socorrer os retirantes, contudo a insatisfação dos miseráveis era latente. No final de 1877 o *Brado Conservador*<sup>109</sup> noticiava o roubo, por parte de um grupo de salteadores armados “de faca e cacete”, de uma carga de farinha destinada as vítimas da seca. O presidente de província meses depois narra a situação de animosidade:

O povo não acredita nas ordens ultimamente remetidas, e diz alto e bom som, ou farinha ou revolução! Em data de 17 de Novembro, véspera da distribuição ali, nada existia, nem do governo, nem dos particulares. O comercio ou antes alguns negociantes já resolveram abrir seus estabelecimentos nos dias de distribuição e muitas famílias já tem suas portas fechadas, há muito tempo. A cada momento de espera um assalto aos estabelecimentos particulares, correndo boatos horríveis á tal respeito. Os retirantes já andam com armas de fogo preparadas nos lugares de distribuição: a faca e o cacêcampeam pelas ruas publicamente á despeito mesmo dos esforços do alferes commandante do destacamento, que já tem tomado grande numero de suas armas. A população está aterradíssima, e se já não tem havido muitas desgraças. Deve-se ádistinetoscavalleiros, á quem o povo ainda vai attendendo. Ali tudo faz crer, que a explosão será inevitavel, se não continuarem as remesas de socorro em grande escala.<sup>110</sup>

Naquele ano, *mais* de duas mil pessoas “armadas de cacetes” saíram as ruas de Macau para pressionar os membros da comissão dos socorros públicos para lhe prover de alimentos, saíssem esses “d’onde sahirem”. Esses homens, “mais” de um número inexato, “além de acoçados pela fome, conservam em si o insticto da perversidade”. Os retirantes sobrexaltados invadiam casas e comércios, cujos particulares por temor tinham fechado. Os cidadãos, os de bem, classe da qual os aqueles retirantes agitados não faziam, estavam acuados. Os retirantes “passaram a correr todos armados de estacas pelas ruas da cidade, espancando quem encontravam, sem distincção de qualidade

---

<sup>109</sup>*Assalto e Roubo, O Brado Conservador*, 21 de dezembro de 1877.

<sup>110</sup> RPPRN, 1878, p. 05.

alguma”.<sup>111</sup> O motivo para tanta exaltação foi a ordem do presidente de Província para suspender a distribuição de socorros, limitando-os apenas aos cegos, aleijados e doentes. O presidente com essa ação influenciou negativamente sobre um direito recente dos pobres, mas já considerado como seu e inalienável.

Ao deixar-se levar pelos quadros traçados pelos Relatórios dos presidentes de Província e pelos jornais da época, os sertões se tornariam exemplares óticos de uma “Paisagens do medo”<sup>112</sup>. Nos citados acima, a seca e a fome como determinantes da loucura, da ação criminosa. O medo impulsiona a violência nas épocas de escassez: na impossibilidade de direcionar a raiva para a Natureza, os homens tornam-se o seu alvo (TUAN, 2009, p. 115). Ou pelo menos certos tipos de homens – comerciantes, poderosos, atores do governo. Thompson (1998, p. 160) também identificou essa destinação dos rigores do juízo popular a certos tipos de homens, moleiros e comerciantes locais, sobretudo. As autoridades tinham como dever evitar a turba dos pobres agitados em épocas de carestia e, por vezes, a ressuscitação do antigo “modelo paternalista”<sup>113</sup> surgia como alternativa interessante para conter o populacho.

\*\*\*

Nos acima, a seca e a fome aparecem como fatores decisivos para as ações dos pobres – seja na ação em número limitado, como é o caso do banditismo, seja em ações de massa; Sediciosos, facinorosos, turbulentos eram adjetivos, geralmente utilizados

---

<sup>111</sup> RPPRN

<sup>112</sup> O termo é de Yi-Fu Tuan (2005, p. 12) que define a partir de uma pergunta: “O que são as paisagens do medo? São as quase infinitas manifestações das forças do caos, naturais e humanas. Sendo as forças que produzem caos onipresentes, as tentativas humanas para controlá-las são também onipresentes. De certa forma, toda construção humana – mental ou material – é um componente na paisagem do medo, porque existe para controlar o caos.” Aqui também vale a menção ao instigante trabalho de dissertação de Rosenilson da Silva Santos (2011) que elaborou uma pesquisa sobre a produção dos territórios marginais existentes na Vila do Príncipe/Caicó.

<sup>113</sup> O termo em si canhestro, não é utilizado por Thompson de forma indiscriminada, ele mesmo fez questão de problematizar o conceito: “Em suma, o paternalismo é um termo descritivo frouxo. Tem uma especificidade histórica consideravelmente menor do que termos como feudalismo ou capitalismo. Tende a apresentar um modelo da ordem social visto de cima. Tem implicações de calor humano e relações próximas que subentendem noções de valor. Confunde o real e o ideal. Isso não significa que o termo deva ser abandonado por ser totalmente inútil. Tem tanto ou tão pouco valor quanto os outros termos generalizantes – autoritário, democrático, igualitário – que, em si e sem adições substanciais, não podem ser empregados para caracterizar um sistema de relações sociais. Nenhum historiador sensato deve caracterizar toda uma sociedade como paternalista ou patriarcal. Mas o paternalismo pode ser, como na Rússia czarista, no Japão no período Meiji ou em certas sociedades escravocratas, um componente profundamente importante, não só da ideologia, mas da real mediação institucional das relações sociais. Qual era a situação na Inglaterra do século XVIII?” (THOMPSON 1998, p. 32)

pelas elites, para definir o povo e suas ações quando tendiam para violência. Desse modo, instituía-se um certo desprezo proveniente da disparidades das ideias amodeladas da Europa de uma elite de ilustração alienígena e uma massa para quem a noção prática do direito é rateada no costume<sup>114</sup>.

No ocidente, naqueles lugares onde o debate moderno do cenário europeu conseguiu ecoar, o povo e seu número era o elemento necessário a se cooptar para a legitimação do governo secular e democrático. Entretanto esse mesmo povo é dotado dos objetos de ojeriza das elites ilustradas: “a superstição, a ignorância e a turbulência. (CANCLINI, 2008, p. 208). Parece-nos pertinente a citação de um relatório de Presidente de Província<sup>115</sup>, uma fonte oficial por excelência e produzidas pelos círculos das elites, sobre as práticas dos últimas camadas sociais:

A falta de instrução diffundida nas ultimas camadas sociaes; a nenhuma educação moral e religiosa para refrêar e conter as paixões e impetos da matéria; a embriaguez, o jogo e uso de armas defezas; que são vicios e mao habito, produzindo primeiro a ausencia da razao e segundo um certo delirio e o ultimo encorajando o individuo para a exagerada desaffronta de offensas minimas, são as causas remotas, porem verdadeiras e cccc da produção ascente dos crimes contra a segurança individual e de propriedade.

“Aos olhos da boa gente”, afirma Daniel Roche (2004, p. 351) ao estudar O povo de Paris século XVIII, “a cultura da pobreza tem a caracterizá-la a estranheza e a selvageria, a vida concentrada no momento presente, a impossibilidade de formar projetos, a incoerência e a desordem”.

As palavras de ordem dos esfomeados da seca de 1877-79 apontam para a centralidade da fragilidade do seu sistema alimentar, sendo suficiente uma centelha para desencadear do incêndio. Com paus e pedras, eles vociferavam “Farinha ou revolução!”, a causa era a má distribuição dos gêneros provindos dos socorros público. Essa frase porém, nos causa um profundo incomodo, pois indagamos se “o povo” pobre entenderia

---

<sup>114</sup> Sobre a relação entre Costume e direitos, ver Thompson (1998) em artigo publicado na coletânea *Costumes em comum*, intitulado *Costume, lei e direito Comum*.

<sup>115</sup> RPPRN, 1884, p. 02.

o sentido da palavra revolução, será que não se trata apenas de um recurso do presidente para tentar imprimir um sentido revolucionário ao clima suspenso nos ares da época?<sup>116</sup>

Outra objeto do discurso interessante é a relação entre farinha e revolução, entre fome e a ação popular, como se a insatisfação popular tivesse gênese apenas no fator biológico da necessidade de nutrientes. A fome é uma personagem muito presente na história humana, que se instaurou nas “estruturas do cotidiano” (BRAUDEL, 1995) das populações que convivem com ela desde que o homem dependia da caça para sobreviver e precisava migrar perseguindo os deslocamentos da megafauna. Para Yi-Fu Tuan (2009, p. 115) “Não é temerário dizer que, exceto uma pequena elite, quase todos os adultos da sociedade pré-moderna conheceram a ameaça e, frequentemente, a realidade da fome”.

Mesmo na França moderna, controlar os preços dos alimentos e prover as massas o meios para a sobrevivência foram objetivos perseguidos desde a época de Luiz XIV. O intuito mais aclarado era proteger-se de possíveis explosões dos pobres: “O essencial que o povo de Paris não se subleve, pode agitar-se, murmurar, ter acessos de febre, porém não explode, sobretudo, se ‘o abastecimento chega com abundância’” (ROCHE, 2004, p. 355). Desse modo, se constituía uma obrigação do rei, “pai adotivo [...] responsável pelo destino de seus súditos”, a manutenção dos viveres do pobres.

Na Inglaterra Thompon (1998; 1987) rejeitando uma historiografia portadora de uma compreensão espasmódica dos movimentos populares, afeita a entender essas movimentações como instintivas as fome, ‘rebeliões do estômago’. O autor advoga a ideia da possibilidade de, em toda ação popular, se enxergar uma noção de legitimidade<sup>117</sup> (THOMPSON, 1998, 152). Para Thompson o motim da fome, não é uma resposta óbvia e natural à falta de gêneros, mas “um padrão sofisticado de comportamento coletivo” (Id, p. 208). As obrigações entre governantes e governados, na época da dinastia dos Tudor, levavam em consideração as “políticas do abastecimento”. O problema, no século XVIII na Inglaterra é a contradição dessas políticas de abastecimento e o crescimento do mercado. Assim, a necessidade de

---

<sup>116</sup> RPPRN, Rodrigo Lobato Marcondes Machado, 1880, p. 25.

<sup>117</sup> O autor explica o que ele entende por legitimidade: “Por noção de legitimação, entendo que os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade. De vez em quando, esse consenso popular era endossado por alguma autorização concedida pelas autoridades. O mais comum era o consenso ser tão forte ao ponto de passar por cima das causas do medo ou da deferência.” (THOMPSON, 1998, p. 152)

aumentar a exportação de grãos era maximizada pela economia de mercado conflitava com a economia moral dos pobres e a teoria dos “governantes para a multidão.” (id, p. 210)

Na esteira dos estudos da economia moral desenvolvido por Thompson, James Scott desenvolve o conceito de “ética da subsistência”, através do qual Scott demonstra a reponsabilidade dos membros das aldeias do sudeste asiático com a manutenção da sobrevivência dos seus membros e a ratificação da obrigação dos poderosos com os menos afortunados, inclusive lhes fornindo de gêneros quando suas colheitas não gerarem subsídios (MONSMA, 2000, p. 02). A relação de classe entre exploradores e explorados aparece na obra de Scott (2002; 2011) como contorno de uma “resistência cotidiana” desempenhadas pelos camponeses no processo de negociação com os seus dominadores. Suas formas de resistência, cuja antiguidade não podemos mensurar, eram intimamente ligadas “ao nexo material da luta de classes”, das formas de apropriação da terra aos produtos da subsistência, com a qual concorriam os interesses de dominados e dominadores. (SCOTT, 2011, p. 223).

Roche, Thompson e Scott trazem na suas obras, a perspectiva da história social pautada no agenciar humano. Os dois últimos principalmente, na gestam de suas prática de pesquisa sobre as formas de resistência dos pobres, lhes conferem um sentido de organização muitas vezes legado, no tocante aos movimentos políticos das classes sociais, as formas sindicais de organização dos trabalhadores. A alternativa de agência e de interferir no seus destinos pessoais e coletivos, quando os contextos históricos reais não lhes eram favoráveis, consentiram a construção da experiência histórica dos pobres. Apenas a análise da experiência histórica, enquanto vivência da ideias e dos sentimentos compartilhados no âmago das relações sociais (de parentesco ou de reciprocidades diversas) e da cultura circundante, nos permite escapar dos abismos dos mais variados determinismos (THOMPSON, 1981, p. 189).

Na historiografia brasileira há uma verdadeira proeminência dos estudos da experiência da escravidão e as resistência e negociações dela decorridas (SLENES, 1999; Chalhoub, 1990; REIS E SILVA, 1989). A conferência de agência histórica a sujeitos vitimados de um processo de coisificação, foi o grande projeto político de uma geração de historiadores, sobretudo, a partir do centenário da abolição da escravatura. O estatuto de propriedade do escravo, legou a esses historiadores fontes das mais ricas para compreender a vida no cativo e sua dinâmica de adaptação e resistência



Contudo, pobres livres muitas vezes não deixavam registros de sua passagem, negando ao historiador o acesso menos fragmentário de suas vidas. Na história social produzida no Brasil, o trabalho de Frederico de Castro Neves (2000) nos é o mais modelar sobre as ações de massa durante a seca. Afastando as ações dos pobres do campo dos movimentos pré-políticos, Neves (2000, p. 20) afirma:

Na tentativa de apreender a constituição da multidão como um sujeito político, portanto, foi necessário examinar o processo histórico de formação dos conflitos que lhe deram origem, até que se estabelecesse uma *tradição* de ações diretas como mecanismo de pressão política, por parte dos trabalhadores rurais que se deslocam de suas terras durante as secas, os retirantes, para obtenção de reivindicações e conquistas específicas.

No azo de conhecer a experiência histórica dos retirantes e bandidos da seca, algumas dificuldades, porém, nos são impelidas. As fontes nos fornecem, muitas vezes, um olhar genérico sobre uma multidão de gente amorfa, da qual apenas alguns nomes capitaneiam em formas de lideranças estranhas. Os relatos espargidos em Jornais e relatórios provinciais conformam uma estereotípia míope sobre as ações populares, cabendo ao historiador, seguindo os ensinamentos de Bloch (2001), uma leitura nas entrelinhas, a despeito das intenções dos seus produtores.

### **3.2. A arte de resistir: *Ritos de violência***

A alternância entre períodos normais e períodos de seca, também gera uma alternância entre períodos de tranquilidade pública e tensão social. A ligação entre o crescimento das práticas de violência e escassez de alimentos é uma constante na literatura sobre o banditismo. Os próprios relatórios de província, como demonstramos, lhe apontava como vetores para a transformação do retirante em bandido.

Porém, a seca não é o cerne da questão. A fonte dessa insatisfação geral, muitas vezes, se encontra na descrença, também geral, nos poderes constituídos, sejam eles seculares ou eclesiásticos. Natalie Zemon Davis (1990) na conclusão do seu artigo “Ritos de violência”, rejeitando, como é pressuposto da história social, a ideia de

violência ilegítima e irracional, apontando como alternativa de leitura o caráter ritualístico e dramático das ações violentas.

Quando as ações descambam para o lado da violência, é sintomático o malogro das ações cotidianas silenciosas de negociação e submissão disfarçada. A violência é, pois, o momento derradeiro da luta de classes. As “declarações de guerra aberta, com seus riscos mortais, normalmente só ocorrem depois de uma luta prolongada” (SCOTT, 2011, p. 228). Scott, tal como Davis (1990), não nega o caráter teatral dessas ações. Talvez a melhor conceituação para a nossa espacialidade e temporalidade, tenha sido fornecida por José Luciano Queiroz Aires (2012, p. 211), ao utilizar o termo *contrateatro*, pois em decorrência da teatralidade dos governantes, os pobres também encenavam sua “tragédia pelas estradas, migrando para outros cenários, roubando para saciar a fome, saqueando feiras e armazéns, cobrando dos governantes soluções para seus problemas”.

No nosso caso, o jogo de encenação começa assim: O povo – essa palavra genérica na qual reunimos um sem número de heterogeneidades sociais – começa a se amontoar, o espetáculo principal é a distribuição dos gêneros mitigadores da sua desgraça; Alguém balbucia alguma palavra de ordem; Farinha ou revolução. Era revolução mesmo? Não sabemos. A confusão por essas horas já estaria em plena formação. Os pobres de posse da fome e da peste expunham suas disgras. Os governantes utilizavam da teatralidade exposta, para falsear suas palavras de preocupação verdadeiramente interessadas nos recursos sobejamente liberados – o infortúnio de muitos, era a fortuna de poucos. Ali convergiam e embatiam forças antagônicas tangenciadas por interesses dispares. A falta de linearidade, nesse teatro épico à Brecht, é a negação total da catarse.

No centro desse teatro interativo, o banditismo disputava o papel principal dessas ações intensas. Segundo Eric Hobsbawm (1976) o banditismo é uma forma muito antiga de resistência. O autor identifica três fatores genéricos podem ser encontrados no aumento do índice de banditismo (seja social ou não): 1) Em épocas de pauperidade econômica provindas de crises como guerras, cataclismos naturais ou epidemias; 2) Em regiões de difícil acesso e por consequência difícil repreensão desses grupos ou sujeitos; 3) Em épocas de divisão ou fraqueza política, quando os governos não são fortes o bastante para coibir atos em lugares isolados e quase intocáveis por seus tentáculos.

No contexto que analisamos essas três generalidades se apresentam com muita clareza (inclusive o próprio Hobsbawm cita a intensificação do banditismo brasileiro a partir da década de 1870): 1) Crise econômica e social que não foi gerada pela seca, mas foi intensificada na época de sua decorrência; 2) O isolamento e a deficiência de comunicação agregada a extensão dos grandes sertões onde se poderia caminhar léguas sem encontrar sequer um vivente<sup>118</sup>; 3) A centralização do estado imperial no Rio de Janeiro e a outorga de poderes, via guarda nacional, a individuais que o dirigiam ao seu bel prazer e que não raro protegiam criminosos e mantinham a ordem que lhes era cabível por meio de jagunços – o que revelava a própria indiligência do governo imperial de controlar seus vassallos, sustentáculos do seu poder, mas óbices para uma centralização política efetiva.

As ações de desses bandidos poderiam partir de grupos ou de indivíduos, não necessariamente se lançavam ao embate direto, principalmente quando desacompanhados. Na solidão, encobertos pela proteção lhes oferecida pela noite, agiam soturnamente deflagrando furtos – como predito, o crime mais recorrente na instauração dos processos crimes. A relação entre bandidos e coronéis, nas fontes, ora era taciturna, ora revelavam participação direta dos últimos, ao analisá-las nos deparamos com muitos silêncios. Diante da proeminência dos seus títulos e práticas, falar/acusar era para quem tinha coragem.

### **3.2.1. Coronéis e bandidos**

Os coronéis faziam uso da força e da violência propagada, principalmente nas comarcas do sertão, onde canalizavam tal força para debelar seus conflitos. Dispensando proteção a esses homens, tornavam-nos uma extensão do seu poder. Claro, não podemos restringir a existência e o sucesso dos “facínoras”, “salteadores”, “assassinos” e todos os outros adjetivos a relação estabelecida entre eles e os poderosos. Não se tratava de uma relação dependência unilateral, mas uma relação de trocas de favores radicada nos interesses de cada um.

---

<sup>118</sup> Segundo o RPPRN, (1884 p. 02) O terreno “de intermináveis serras, mata brenhas e esconderijos, que servem de refugio aos cidadãos degenerados [...] criminosos [...] alarma nos bons cidadão cuja honra, vida e propriedade estão constatemente ameaçadas”, gerando assim a dificuldade de combater os vriminossop.

Num relatório do Presidente da vizinha Província da Paraíba em agosto 1877 perante a alarmante estatística de 33 homicídios no decurso de um ano, o presidente se gabava de não lhe faltar coragem de perseguir “o criminoso e seus protectores poderosos” ou mesmo a dificuldade de coagir esses crimes, graças a proteção dos particulares em relação ao criminosos.<sup>119</sup>

Anos mais tarde, no terceiro ano da República no Rio Grande do Norte, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão<sup>120</sup> traçava o seguinte quadro:

A ignorância das leis e a incompleta educação moral dos habitantes do interior, o jogo, a embriaguez e o uso de armas defesas são indubitavelmente as principaes causas da maior parte do crime, ás quaes se pode addicionar a immoral e criminosa protecção dispensada aos delinquentes , cuja impunidade se pleiteia com admirável desembaraço para não dar outro nome, perante o tribunal do jury.

A quantidade de prisões por furto nos chama atenção, principalmente, furtos de animais, sobretudo cavalos<sup>121</sup> – talvez por serem, à época, os automóveis de hoje em dia e embora não custassem o mesmo valor pela pouca robustez genética, equivaliam a um meio de transporte eficiente numa espacialidade de estradas precárias. Os furtos e roubos por atentar contra a propriedade individual e por muitas vezes atingir o interesse dos que tinham o poder, geravam mais processos crimes, na nossa lógica, mais graves como o homicídio (SANTOS, 2011, p. 111; BRETAS, 1991, p. 51). O silêncio nos processos crimes em torno dos homicídios é um fato inquietador.

Por exemplo, não encontramos nenhum processo instaurado na comarca do Príncipe em relação ao assassinato de Manoel de Souza Franco, cuja denúncia do crime ficou a cargo do jornal *O povo*<sup>122</sup>. Havia uma questão de herança envolvida, pois na partilha dos bens de Roberto Franco, o Cap. Florêncio da Fonseca Cavalcante tinha se apropriado por dívida de um pedaço de terra no Sítio da Timabaubinha. O Cap. Florêncio exigiu a casa onde residia Manoel Franco, exigência essa não acatada. “Em vez de procurar os meios legaes” o capitão encarregou o famoso facínora Antônio

---

<sup>119</sup> RPPPB Esmerino Gomes Parente, 1877, p. 05 e 06.

<sup>120</sup> RPPRN, , Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, 1892 p. 03.

<sup>121</sup> Nas sociedades rurais esse animal era de grande importância e portador de status, em Montaignou (LADURIE, 373-375) era quase uma extensão do corpo do senhor, a nobreza animal para carregar a nobreza humana da sociedade cavaleiresca.

<sup>122</sup> Assassinato e surra, **O povo**, 23 de novembro de 1889, p. 02.

Braz<sup>123</sup>, para dar cabo da vida do seu querelado. Braz tentou de várias formas liquidar com a vida de Manoel Franco. Deixamos a narrativa dos acontecimentos culminantes na morte de Manoel a cargo do redator de *O povo*:

Em junho tentou o Braz queimar a casa, mas sendo repellido poz-se em fuga, vivendo de então para caelle e o Franco e emboscaram reciprocamente. Ultimamente foi a Timbaubinha, e no dia 11 appareceu em casa do Capm. Florencio. No dia 13, emboscando-se atraz da casa em que morava o Manoel de Souza, matou-o traiçoeiramente ao meio dia na occasião em que ele chegava do matto. Deu-lhe dois tiros e quatro facadas deixando o cadaver no terreiro da casa. E é tal o terror que o povo ali tem de Antonio Braz, que não havia quem se quizesse prestar ao menos a dar sepultura ao corpo<sup>124</sup>.

“De autoridades nem sinal”, “aprotecção é escandalosa” denunciava o articulista. Depois do triste fim de Manoel Franco, “ninguém mais se opporá ao Sr. Capm. Florencio, ficando este facto para exemplo”. Desse modo, o capitão Florêncio contratou e protegeu o assassino, o silêncio foi a resposta das autoridades.

Os coronéis e capitães da guarda nacional aparecem com frequência nas dívidas passivas dos pequenos proprietários dos inventários, sua não liquidação dessas dívidas lhes permitiam tomar de posse dos bens dos herdeiros. O fato do Cap. Florêncio ter chegado até nós via *O povo*, deve-se muito mais a relação de parentesco mantida entre Florêncio e Amaro Cavalcante – o inimigo declarado dos liberais do Príncipe. Numa pesquisa no nosso banco de dados encontramos os coronéis mais infiltrados na política norte-rio-grandense como credores de pequenos proprietários, principalmente o Capitão Janúncio da Nobrega, porém, não encontramos processos em relação a este - fazer acusações poderia extrapolar até o campo das hipóteses improváveis.

Durante a seca de 1878, outro coronel foi pego nas malhas da justiça. O Cel. Silvino Dantas Correia de Góeshavia mandado matar o escravo Manoel por este ter acobertado a fuga da sua escrava Honorata Silvino passava a seca na Vila de Serra

---

<sup>123</sup> Um ano antes, Antônio Braz já tinha sido pego nos autos criminais graças a uma agressão que tinha perpetrado: Pela dez horas da manhã do dia 29 do mes de março proximo e na povoação de Jardim de Piranhas, deste tremo, sendo o cidadão Esmeraldo Rodolpho de Castilho indo procurar seocavallo, que pastavam a umas quatrocentas braças de distância da mesma Povoação, foi ophendido ao voltar, pelo denunciado”. Braz portando faca e cacete, feriu Esmeraldo por motivos desconhecidos. O fato de Braz continuar solto no ano de 1889, mesmo sendo denunciado 1888, pode indicar o desfrute da protecção da qual granjeava Braz do Cap. Florêncio.

<sup>124</sup> Idem.

Negra, mesmo seu campo de atuação sendo a Comarca de Patos, na Província da Paraíba. O coronel para dar cabo da vida de Manoel, mandou vir da serra do Texeira. No final do processo por assassinato de um cativo, o coronel foi absolvido mesmo com várias testemunhas fornecendo indícios incriminadores<sup>125</sup>. No processo movido em vão por Honorata salta aos olhos dois fatores interessantes: a solidariedade entre os subalternos em condição de cativo, na tentativa do tio de libertar a sobrinha das violências impetradas pelo seu dono e a impunidade da qual desfrutavam os poderosos, enfim, resistência subalterna e contra-resistência senhorial no mesmo processo.

O uso de capangas, a adulteração de escrutínios, o mando e o desmando, a perpetração dos mais variados crimes faziam parte de uma imensa rede de dominação. A violência física teatralizada inculcava o medo através da violência simbólica. Capangas, cabras, jagunços sujavam suas mãos com o sangue dos desafetos dos coronéis – como no caso dos dois “Manéis” por nós escavados numa documentação escassa sobre a ação insidiosa desses homens no teatro do poder. Esses dois casos são apenas poucos exemplos captados na documentação, mas o ausente do discurso pode significar o sucesso das práticas de dominação dos coronéis do Seridó. Soturno em relação a essas práticas, ouvimos apenas o alarido de sua história largamente campeada por seus descendentes.

### **3.2.2. Roubo do mercado: possibilidades**

A seca 1889 assolava os sertões da ribeira do Seridó como costumeiramente fazia de tempos em tempos. Durante os quatro primeiros meses do ano o mercado<sup>126</sup> tinha sido continuamente saqueado. A insistência de e a perenidade dos roubos era de se espantar, na impossibilidade de um flagrante, com base apenas em suspeitas, prisões eram feitas a debalde.

No dia 08 de abril daquele ano as suspeitas chegariam finalmente ao culpado, “um rapaz moço de seus dezenove annos, robusto e que prima pelos 7 nomes que deo pela sua personalidade”, seu nome era João José Gomes da Trindade Templo de Maria.

---

<sup>125</sup>LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 060. Registro: 01/1878. Natureza do documento: processo crime). Michele Soares Lopes (2011) construiu um interessante artigo baseada em duas ações cíveis movidas por Honorata contra o seu dono.

<sup>126</sup> Esse relato se baseia na edição de o Povo de 08 de abril de 1889

Ele morava na casa do seu pai no sítio Riachão, do termo do Príncipe. Só na casa de comércio dos senhores Meira e Araújo ele confessava “a quem quisesse ouvir”, tinha entrado vezes para sortir sua carga de “oriza, genebra, assucar, cigarros”.

No mesmo dia foi instaurado, devido ao fato do autor dos crimes ser réu confesso, um sumário de culpa. Peritos foram destacados para averiguar os estragos e os sinais de arrombamento deixados pelo gatuno, transcrevemos abaixo a as informações contidas no sumário:

Encontraram no teto do compartimento tilha (telha) quebrada e mais adiante mais outra levantada, com sinais evidentes com sinais evidentes de ter sido a pouco separada das outras, deixando pela sua retirada aberto um espaço capaz de passar uma pessoa, espaço que fica sobre as prateleiras muito vizinho a uma ... que perderam caibro, e que torna [...] Respondem que ha vestigios de violencia no tecto do estabelecimento. Que havia violencia contra os obstaculos, que houve emprego de força manual e sem duvida de instrumentos apropriados para galgar o telhado. O dano do telhado foi avaliado em mil reis, já os objetos roubados, calcularam em cinquente mil reis, segundo as declarações dos donos.<sup>127</sup>

Depois de preso e d’*O Povo* rendido as honrarias a polícia, o laráprio foi posto em liberdade pelo delegado. O silêncio em torno dos motivos é em demasia inquietante, sabendo apenas “que o delegado de polícia foi iludido em sua boa fé”<sup>128</sup>.

Não conhecemos o fato pelo qual João José veio a praticar os seus crimes. Ao analisarmos o inventário de sua mãe em aberto 1872<sup>129</sup>, quando ele tinha apenas três anos de idade. Naqueles tempos a família detinha um patrimônio considerável, além de um escravo, possuía: 01 casa nesta cidade, 01 casa velha de taipa do Sítio Riachão, terras na serra do velho Xavier, terras no sítio Riachão com seus benefícios, 01 açude arrombado. A estrutura material do seu lar, limitava-se a ferros velhos e móveis velhos. Nas suas terras, ruminavam 72 cabeças de gado *vacum* e relinchavam 33 cabeças de gado cavalari.

---

<sup>127</sup>LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 074. Registro: 03/1889. Natureza do documento: processo crime).

<sup>128</sup>*Gravíssimo, O povo*, 21 de abril de 1889.

<sup>129</sup> Inventário post-mortem de Tereza Maria de Jesus (1872)

Ele era o filho mais novo de nove irmãos, teve sua rústica herança dividida entre eles e o pai detentor de 50% dos bens disponíveis e administrador dos seus bens. Sabemos do reflexo negativo da partilha nas pequenas heranças, além disso, quando cometeu os crimes, sua família já tinha passado por duas grandes secas, onde possivelmente tiveram sua fortuna, basicamente baseada na criação de gado e cavalos, depreciada.

Vítima da dinâmica da pauperização dos pequenos proprietários insuflada pelos períodos de seca e pela partilha da herança, João José talvez tenha sido seduzido pela possibilidade de uma vida ilícita. O mercado situado no centro da cidade era o alvo de suas ações, especialmente o pequeno comércio dos senhores Meira e Araújo. Comerciantes frequentemente eram alvos dos pobres, por esses últimos desfrutarem do sentimento de exploração com a qual lhe impeliavam os primeiros. Durante a seca e o conseqüente aumento dos preços, esses estabelecimentos se tornavam ainda mais visados, não tornando impossível ter sido esse o ponto de partida do qual o nosso larapio tenha largado, pois foi no decorrer da seca de 1889 e não em época anterior ou posterior – João José sumiria dos registros por nós consultados, sua vida posterior aos seus crimes, toma o destino silencioso da maioria dos seus contemporâneos de igual condição.

Depósitos de alimentos nas crises são sempre alvos sedutores para uma massa esfomeada e consciente da exploração da qual lhe impõem os poderosos. Na seca de 1877-79, os comerciantes fechavam suas portas, principalmente nos dias de distribuição dos socorros, quando os ânimos da população estavam sobressaltados<sup>130</sup>. A corrupção dos socorros e a má qualidade da farinha distribuída era motivo de exaltação. Podemos afirmar: a deficiência desse germe das políticas governamentais conhecidas como socorros públicos era o grande centro de tensão entre populares e governantes.

### **3.3. Os socorros públicos e a multidão:**

Em 1878 o presidente da Província do Rio Grande do Norte mandou cessar a distribuição dos gêneros a população capaz de trabalhar, mas ociosa. Isso gerou os mais intensos conflitos do qual temos notícia no Rio Grande do Norte em torno da

---

<sup>130</sup> RPPRN, 1878, p. 05.



distribuição de gêneros. A revolta foi geral, em Mossoró, cidade para onde destinava-se a maioria dos retirantes, o armazém de guardar os gêneros foi arrombado. A violência não ficava a cargo apenas dos retirantes. No mesmo ano, 148 praças e 03 oficiais vindos da província da Paraíba sobre o Vapor Jaguaribe, começaram a ofender os retirantes e as famílias honradas. Não satisfeitos, lançaram mão das estacas de um cercado e começaram a agredir “de um modo cruel aquelles infelizes, como se não bastasse o Flagello da secca, que os tem desgraçado”<sup>131</sup>.

No ano seguinte, em Açu<sup>132</sup>, “um pequeno grupo de mulheres<sup>133</sup> famintas tentaram violentar” a porta da casa que servia de armazém. Em Areia Branca, Mossoró e Macau os retirantes “pozeram-se em *movimtoe* exigiram a distribuição dos gêneros” (Grifos nossos)<sup>134</sup>. No termo do príncipe se instaurava um processo crime acusando Vicente Agnelo Adeodato, Antonio José Gomes, Miguel Gomes do Nascimento e André Avelino de Melo pelo roubo e mortes de gado a eles não pertencente<sup>135</sup>.

Mesmo com a opção do trabalho nas obras públicas, em troca dos gêneros alimentícios, a situação não era satisfatória, fato este, retratado pelo primeiro presidente de província do período republicano<sup>136</sup>:

Mas, si a secca tem sido uma calamidade, maior calamidade tem sido os socorros, já pelas sommas fabulosas esbanjadas, já pela falta de patriotismo dos antgos administradores deste estado, como das commissões de socorros. O socorro era um favor aos amigos (...) d'haí vem que as despeastên sido absolutamente improfícuas sic id Aos indigentes dava-se quantia superior aos salarios pagos ordinariamente pelos lavradores sem se'lhes exigir qualquer trabalho serio, provocando isto, como é natural, a sua retirada dos serviços da lavoura, e a sua agglomeração nos pontos que se distribuíram socorros [...] estes factos deram logará formação de uma raça nomade pelo seu constante deslocamento, sem estabilidade, sem habito de trabalho. Acostumou-se a população a ociosidade. Todos olham para o Governo convencidos que só do governo lhes virá o pão de cada dia.

---

<sup>131</sup> O relato foi baseando no RPPRN, 1878, p. 05-12.

<sup>132</sup> Factos diversos, O brado Conservador, 07 de maio de 1879.

<sup>133</sup> Não é surpreendente a presença de mulheres iniciando um conflito. Segundo Thompson as mulheres eram as “mais envolvidas com as negociações face a face no mercado, as mais sensíveis ao significado dos preços, as mais experientes em detectar peso insuficiente ou qualidade inferior” (1998, p. 184).

<sup>134</sup> RPPRN, 1879, p. 04

<sup>135</sup>LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 055. Registro: 02/1879. Natureza do documento: processo crime).

<sup>136</sup> RPPRN, 1890, p. 11.

O presidente denunciava a “escandalosa” situação na qual viviam os retirantes, trocando o trabalho na lavoura, pelo trabalho em troca da assistência do governo. Segundo o presidente, pelo uso da força de trabalho dos retirantes se pagava caro por um serviço moroso: \$500 réis por dia a um homem para carregar uma pequena pedra, ao seu turno, para as mulheres eram dispensados a quantia de \$300 para carregar dois lenços de areia por dia.<sup>137</sup> O resultado dessa paga em melhores condições daquelas vivenciadas pelos pobres da lavoura, um pequeno trecho de rua saía caro e demorava meses – talvez pela astúcia dos pobres em fazer corpo mole para aumentar sua quantidade de diárias ou, como bem demonstrou Thompson (1998, p. 283-286), a irregularidade com relação ao tempo a qual estavam acostumados os trabalhadores da época ‘pré-industrial’.

A maneira de como os pobres ficavam irascíveis quando o governo não lhes abastecia adequadamente dos seus gêneros, mesmo considerando como recente a prática dos socorros públicos naquela época, demonstravam uma certa noção de direito e consciência destes pela população. A preocupação de alguns gestores da província<sup>138</sup> em continuar remetendo gêneros para os sertões interiores era muito clara. Colocavam-se, como parte da sua encenação política, no dever de despachar os gêneros como forma de conter os ânimos da população.

Nos primeiros anos de uma república liberal *gauche*, iniciada com um golpe militar, as críticas em relação a assistência do governo começaram a aparecer no Rio Grande do Norte. A longa citação transcrita há pouco, legava aos antigos administrados vinculados ao império, a azafama incitadores da preguiça e do ócio, ministrando aos trabalhadores subsistência ao troco de quase nada e lhes tirando do trabalho da lavoura, mal remunerado e em dinâmica de exploração - Se não tivéssemos tanta consciência de que líamos uma fonte do século XIX, poderíamos ter confundido essas críticas com algumas falácias as quais nossos ouvidos são a contragosto fadados a sua função vital.

---

<sup>137</sup> Idem.

<sup>138</sup> Essas intenções ficam muito claras nos RPPRN's de 1878, 1879,1880.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos período de 1870 a 1890 duas grandes secas incidiram sobre os sertões do Rio Grande do Norte – a do triênio 1877-79 e a de 1889-91. A sua presença nas fontes é quase como a presença de um Deus numa religião qualquer: onipresente. No Seridó, não há um cronista sequer, cuja a crônica não tenha adquirido, em algum momento, tons meteorológicos. Nos inventários, nas épocas de seca, os administradores dos bens dos órfãos pediam autorização para vender parte do patrimônio dos seus tutelados. Nos relatórios dos administradores das províncias, as tintas eram carregas no afã de justificar ou requerer o gasto de verbas – através dessas sisudas tintas, também temos acesso a uma versão da vida dos retirantes, cuja existência nominal, nesses períodos, muitas vezes se limita ao registro de sua morte.

A seca como evento climático e social, impera no imaginário popular como pertencente a ordem da providência divina, mas não só isso. Na ordem das representações sobre ela desenhadas, intervirem os mais variados atores. Essa intervenção não exige distinções de classe, porém, as formas com as quais cada uma vive a experiência são diametralmente diversas. Cada um e à sua maneira, lastrado nas relações sociais inseridas no seu próprio campo do possível, produz a sua experiência na relação com o meio e os jogos de força com os quais tem que se confrontar durante a sua existência.

A seca tem duas filhas: a fome e a nudez. Ambas calhavam com todo o seu peso sobre a população andrajosa, enfraquecida pelo gasto de energia cuja reposição se constituía enquanto esfinge. Fenecidos, se tornavam alvos fáceis para as pestes que, nesses períodos de dificuldade, grassam em profusão bíblica. Minorar esses males era objetivo de todos e na concepção de direito dos pobres, o dever dos poderosos e dos gestores.

Estes por sua vez, discursaram à modo de suas palavras se tornarem calhamaços de laudas e lamurias. No afã de convencer os pares da necessidade das quais vivenciavam os sertanejos, o “drama da seca” era exposto com todos os seus horrores e mais um pouco. Contudo, no entremeio das rugas entre as forças partidárias, a liberação das verbas para os socorros descambava numa enfadonha discussão sobre a sua aplicabilidade na lei orçamentária vigente.

Isso no centro do Império radicado no Rio de Janeiro, na Província, os relatórios dos seus presidentes, sortiam toda uma diversidade de representações. Das coisas por eles pronunciadas, o dever para com os pobres era ponto de recorrência. Em 1877 pela primeira vez na história do Rio Grande do Norte, se distribuiu mantimentos sob os auspícios da assistência liberada pelo governo, poucos anos depois, as elites acusavam os pobres de se viciarem aos gêneros dispostos pelos socorros públicos.

Viciados, ociosos, vagamundos eram as formas de nomear os pobres quando rejeitavam os mesquinhos salários sofregamente mourejados na lavoura. Quando numa crise dos seus meios de subsistência, se o governo não provesse os gêneros necessários à vida, a resposta era rápida naqueles pontos onde a população retirante se aglomerava. Temerária, uma elite com pensamentos de civilização por desproporcionais a realidade da época, requeria os socorros não só para acalmar os famintos, mas também para fazer fortuna e carreira política através da corrupção dos socorros públicos.

No grau limite, quando as relações de negociação não eram mais suficientes, a população esfarrapada se rebelava nos tímidos centros urbanos da época. Essa era uma resistência mais vultosa, declarada, todavia, outras eram possíveis. Através do roubo, do furto, da usurpação do pertencente a outrem, formas mais sub-reptícias de resistência se revelavam na ação de um único ou poucos homens cuja noite era a principal cúmplice e aliada. Esses casos são os mais perenes na documentação judicial referente aos processos crime, pois decorriam contra a propriedade de gente poderosa e influente.

Nosso trabalho decalcou-se nessas formas de experienciar a seca na conformação dos papéis dos vários atores sociais. Da elite aos mais pobres, práticas nem sempre aprováveis, eram desempenhadas no azo de corresponder seus interesses e suas expectativas individuais e de grupo. A seca e a fome não eram os fatores preponderantes para o desencadear dessas ações. Porém, para pensar espaços onde eles incidente intermitentemente, desconsiderá-los seria um tanto obtuso. A sua junção as práticas de exploração e a estrutura social calcada na desigualdade fornecem um quadro muito mais interessante, capaz de revelar a dinâmica das relações sociais desenvolvida pelos sujeitos históricos nos seus contextos de ação.

## REFERÊNCIAS:

### FONTES MANUSCRITAS:

SOB A GUARDA DO LABORDOC/UFRN/CERES – CAICÓ:

ACERVO DO PRIMEIRO CARTÓRIO DE CAICÓ

### INVENTÁRIOS:

Ordem	Inventariado	Inventariante	Ano
01	Romana Maria da Conceição	AntonioCalros	1870
02	Francisca Xavier de Vasconcelos	Antonio Pereira Bolcont	1870
03	Antonialeocádia da Conceição	João Garcia do Amaral	1870
04	Jeronimo Emeli	Maria Magdalena da Conceição	1870
05	Apolinario José Avidio	Francisca Maria da Conceição	1870
06	FlorencioAntonio de Maria	Anna Maria de Jesus	1870
07	Joaquim Moreira do Nascimento	Anna Joaquina da Conceição	1870
08	Monica Maria da Conceição	Joaquim José do Nascimento	1870
09	Firmino José de Maria e sua mulher Maria Madalena	Salviano José de Maria	1870
10	João Batista dos Santos	Josefa Maria da Conceição	1870
11	Josefa Maria da Conceição	Manoel Severino da Silva	1871
12	Antonio de Araújo Pereira	Alexandrina Maria da Conceição	1871
13	Benjamin Constante de Medeiros	Anna Francelina de Medeiros	1871
14	Maria Rosa da Conceição	Basilio Baptista Branco	1871
15	Josefina Ernestina d' Araújo Fernandes	Esequiel d' Araújo Fernandes	1871
16	Teresa de Jesus Maria	Joaquim Tomaz de Araújo Pereira	1871
17	Teresa Francelina de Jesus	Vicente Cavalcante de Queiros	1871
18	Maria Manoella do Carmo	João da Cruz de Lucena	1871
19	Antonia Fernandes das Neves	Manoel da Silva Melo	1871
20	Guilhermina Maria de Jesus	Francisco Antonio dos Santos	1872
21	Anna Joaquina de Jesus	José Luiz d' Araújo	1872
22	José Simões dos Santos	Braz Felipe Neri	1872
23	Teresa Maria de Jesus	José Gomes da Trindade Templo de Maria	1872
24	Vicente Ferreira de Andrade	Anna Maria do Rosário	1872
25	Manoela Maria da Conceição	Antonio Gomes de Oliveira	1872
26	Maria Claudina da Conceição	Caetano Camêlo de Araújo	1872
27	Firmiano Rodrigues da Crus	Isabel Miquelina da Silva	1872
28	Francisca Guedes do Nascimento	Eugenio Gomes de Oliveira	1872
29	Custodia Maria do Sacramento	Francisco José d' Araújo Bastos	1872
30	Izabel Idalina da Costa	José Alves de Azevedo	1872
31	Maria Magdalena Dornelles	José Bastista de Melo	1872
32	Manoel Gonçalves Vale	João Maria Valle Junior	1873
33	Maria Francisca de Jesus	Francisco Honorato de Medeiros	1873

34	Maria José da Conceição	José Luiz de Araújo	1873
35	João Garcia do Amaral	Cosme Damião de Medeiros	1873
36	Joaquina Maria da Conceição	Antonio Alves de Maria	1873
37	Manoel Gonçalves Vieira	João Vieira de Avila	1873
38	Antonio de Souza Lima	Antonia Maria da Conceição	1873
39	Joaquim de Souza Franco	Clara Maria do Espirito Santo	1873
40	Gertrudes Maria de Santana	Martinho José de Santana	1873
41	Ana Joaquina do Sacramento	Braz Felipe Neri	1873
42	Vicente Ferreira dos Santos	Guilhermina Maria da Conceição	1873
43	Manoel Ferreira de Macedo	Alexandre Ferreira de Macedo	1873
44	Jose Calisto de Azevedo	Guilhermina Maria de Queiroz	1874
45	Joaquim José de Lucena	Dona Maria Joaquina dos Praseres	1874
46	Felicidade Cecília da Conceição	Antonio Francelino de Oliveira	1874
47	Pulquiria Maria da Conceição	José Ferreira Guedes	1874
48	CammilaSimôa de Moraes	José Roque dos Santos	1874
49	Manoel Moreira da Costa e Salvina maria da Conceição	José Moreira de Maria	1874
50	Felis Manoel d' Oliveira	Francisca Adelino do Amor Divino	1874
51	Guilhermina Francisca de Medeiros	José Pedro de Medeiros Junior	1874
52	Izabel Fernandes das Neves	José Joaquim de Queiroz Cavalcante	1874
53	AntonioLuis dos Santos	Francisca Clara de Jesus	1874
54	Anna Joaquina da Conceição	José Moreira de Maria	1874
55	Maria Izabel d' Anunciação	Antoniomartins de Araújo	1874
56	Maria Delfina da Conceição	Manoel Francisco Pereira	1874
57	Ana Rodrigues de Souza	José Garcia de Sá Barroso	1875
58	Maria Jovina de Santana	José Calazancio Dantas	1875
59	Manoel Luis de Maria	Rozalina Maria da Conceição	1875
60	Rita Maria do Espirito Santo	Francisco Bezerra de Medeiros	1875
61	Josefa Maria das Conceição	Antonio Francelino d' Oliveira	1875
62	Pedro Romão da Costa	maria Magdalena de Jesus	1876
63	Maria Magdalena de Medeiros	José Vieira de Medeiros	1876
64	José Garcia de Sá Barrozo	Francisco Antonio de Queiroz	1876
65	Ana Teresa de Jesus	José bento dantas	1876
66	Maria Clemencia do Sacramento	Antonio Pereira Dantas	1876
67	Clara Maria de Jesus	Tertuliano Rafael de Brito	1876
68	Maria Feliciano da Conceição	Izidro Alves dos Santos	1876
69	Anna Claudina das Mercez	José Chrispinianno d' Oliveira	1876
70	José Coronato Ferreira Maciel	Maria Francisca do Rozário	1876
71	Francisco Teixeira de Carvalho	Joana Maria dos Santos	1876
72	Cordula Maria de Jesus	João Baptista Ferreira	1877
73	Guilhermina Rozalina de Medeiros	Francisco Gomes de Medeiros Silva	1877
74	Liberta Mariana	José Vieira de Medeiros	1877
75	Felisbela Maria Luzia do Rosário	Antonio Martins de Oliveira Nobrega	1877

76	Manoel Carneiro de Morais	Florencia Maria da Conceição	1877
77	Manoel Clemente dos Santos	Maria Teixeira de Santana	1878
78	Padre Gil Bras de Maria Santíssima	Benjamin de FigueredoSalvino Galvão	1878
79	Luzia Maria do Sacramento	Antonia Brasilina da Conceição	1878
80	Ana Tecla de Brito	Manoel Servato de Brito	1878
81	Sebastião Garcia de Araújo e mulher Luzia Maria da Conceição	Ana Francelina de Jesus	1878
82	José Joaquim do Rego	José Inacio de Araújo	1878
83	Florencia Maria de Jesus	Manoel Carneiro de Morais	1878
84	Izabel Salustiana de Araújo	Alexandre Honorato de Araújo	1878
85	Joaquim Pereira Bolcont	Joaquim Pereira Bolcont Filho	1878
86	Manoel Marques de Melo	Teresa Maria da Conceição	1878
87	José da Costa Firmesa	Manoel Correia da Silva	1878
88	Manoel Candido de Medeiros	Antonia Brasilina da Conceição	1878
89	Josefa Cavalcante de Albuquerque	Caetano de Souza Silva	1879
90	Micaela dos Anjos Silva	Caetano de Souza Silva	1879
91	Ana Batista do Sacramento	Manoel Sandro de Brito	1879
92	Luiz Chermont de Brito	Joaquim Apolinar Pereira de Brito	1879
93	José Moreira da Costa	Anna Guedes do Nascimento	1879
94	O menor Aristides	Ezequiel de Araújo Fernandes	1879
95	Manoel Vieira de Medeiros	LusiaBenedicta de Medeiros	1879
96	Francisca Maria da Conceição	João Pedro da Silva	1879
97	Padre Targino de Souza Silva	Manoel Antonio da Silva	1879
98	Vicencia Maria da Conceição	José Francisco Dantas	1879
99	Guilhermina Maria da Conceição	Joaquim Estevão de Araújo	1879
100	Josefa Maria da Conceição	Joaquim Felis da Silva	1879
101	Maria José da Anunciação	José Alves d' Anunciação	1879
102	Manoel Vieira de Medeios	Luzia Benedita de Medeiros	1880
103	Bárbara Maria de Jesus	Antonio do Rego Toscano de Brito	1880
104	Claudino Alves do Rego	Maria Madalena de Santana	1880
105	Manoel Alves Calisto	Maria Dorneles Bitancour	1880
106	Maria Teresa de Jesus	Pedro Olavo Pereira d' Araújo	1880
107	Manoel Rodrigues da Cunha Viana	Adelvina Gurgel Valente Viana	1880
108	Professor Joaquim Apolinar Pereira de Brito	D. Maria Izabel Fernandes de Brito	1880
109	Joana Maria da Conceição	Florencio da Fonseca Cavalcante	1880
110	Manoel Clementino Dantas	D. Izabel d'Araújo Fernandes	1880
111	Isidoro Garcia d' Araújo e mulher Lusia	Eduardo Garcia de Medeiros	1880
112	André Rodrigues de Almeida	Maria Joaquina das Mercês	1881
113	Maria Trajana da Conceição	Francisco Ferreira de Almeida	1881
114	Maria Teresa de Jesus	Luiz José do Nascimento	1881
115	Francisco Braz de Medeiros	Maria Joaquina de S. Anna	1881
116	MariannaTirtuliana de Sant' Anna	Antonio Lauriano d' Asevedo	1881
117	Maria Francisca da Conceição	Antonio Soares de Brito Junior	1882
118	Antonio Gomes de Oliveira	Maria José da Purificação	1882

119	Vicencia Maria de Sant' Anna	Manoel da Silva Mello	1882
120	Anna Luisa da Incarnação	Antonio Pereira de Medeiros	1882
121	Luiz Gonzaga da Fonseca	Joaquim Guedes do Nascimento	1882
122	Maria José do Nascimento	Raimundo José d' Almeida	1882
123	Monica Maria de Jesus	Caetano José de Santana	1882
124	Maria Bezerra Lins	Clementino Idalino de Resende	1882
125	Maria José de Santana	Manoel de Araújo Pereira	1882
126	Antonio Alves d' Araújo	Josefa Maria do Espírito Santo	1882
127	Joanna Maria da Conceição	Pedro Paulo Celestino	1882
128	Julianna Maria de Jesus	Manoel Rodrigues d' Almeida	1883
129	Maria Ernestina de Medeiros	Ignácio Cicilio Pereira	1883
130	Joaquim d' Araújo Baptista	Romana Galdina de Jesus	1883
131	Isabel Benvinda de Maria	José Vieira de Medeiros	1883
132	Marcos de Araújo Pereira Profissão: Capitão	Dona Josefa Maria de Jesus	1883
133	Josefa Maria de Jesus	Pacifico Fernandes d' Araújo	1883
134	Francisco Alves dos Santos	Lourenço Alves Calasancio	1883
135	Pedro José da Silva	Isabel Maria da Conceição	1883
136	Joaquim José de Sant' Anna	Josefa Marianna de Sant' Anna	1884
137	Antonio Gonçalves de Mello	José Baptista de Mello	1884
138	Joaquim Francisco d' Araújo	Adelaide Francelina d' Albuquerque	1884
139	Antonio Alves dos Santos	Maria Magdalena da Conceição	1884
140	Joaquim d' Asevedo Mello	Antonia Fernandes das Neves	1884
141	Maria José da Purificação	Manoel Gomes Pereira Garofinha	1884
142	Rafael Honorio de Medeiros	Maria Jovina Dantas	1884
143	Bartholomeu Soares de Brito	Clara Bezerra Lins	1884
144	Benta Bezerra da Silva	João Valentino Alves de Oliveira	1885
145	Ursula Ursulina de Araújo	José Paulino d' Araújo	1885
146	Dona Anna Floripes de Medeiros	Joaquim José de Barros	1885
147	Francisca Martins do Nascimento	Marcelino Franco de Oliveira	1885
148	Manoel Pereira Bolcont	D. Maria Carolinda de Conceição	1885
149	Guilhermina Senhorinha de Medeiros, viúva do finado Joaquim Manoel de Medeiros	Christovão Joaquim de Medeiros	1885
150	Dona Ernestina Leite de Souza Araújo	Dr. José Peregrino de Araújo	1885
151	Maria da Penha de Jesus	João Olegario de Asevedo	1885
152	José Alves dos Santos	Constância Maria da Conceição	1885
153	Joaquim Félix da Silva	Antonio Cassiano dos Santos	1885
154	Josefa Maria da Conceição	Josefa Folomena de Maria	1885
155	Leonardo de Hojosa e Francisca Maria da Conceição	Francisco Soares de Brito	1886
156	João Onofre de Lucena	Dona Joanna Baptista de Jesus	1886
157	Manoel Thomaz de Araújo	Maria Joaquina da Conceição	1886
158	Maria Jacinta da Conceição	Manoel Simão de Araújo	1886



159	Micaella Anjelica do Nascimento	Thomás Laurindo de Araújo	1886
160	Vicencia Maria do Nascimento	Pacífico Florencia de Asevedo	1886
161	Antonia Fernandes das Neves	Vicente Ferreira dos Santos	1886
162	José Francisco da Silva	Manoel Guedes do Nascimento	1886
163	Dona Maria Esequiel de Araújo Cavalcante	Joaquim Biserra de Araújo Cavalcante Profissão: Coronel	1886
164	Manoel Gomes de Oliveira	José Joaquim de Sant' Anna	1887
165	Anna Izabel de Medeiros	Lino Bezerra de Medeiros	1887
166	Izabel Maria da Conceição	Manoel Baptista de Lucena	1887
167	LusiaOlimpia de Maria	Antonio Pereira da Costa	1887
168	Maria Magdalena	João Baptista Maria dos Santos	1887
168	David José de Sant' Anna	Pedro Procopio de Oliveira	1888
170	Rita Maria da Conceição	Antonio José dos Santos	1888
171	José Augusto de Almeida	Belarmina Maria de Queiroz	1888
172	Umbelina Josefina de Medeiros	Manoel Thomaz da Rocha	1888
173	Manoel Francisco dos Santos	Maria Vicencia de Queiroz	1888
174	Maria Jacinta da Conceição	Manoel Simão de Araújo	1888
175	Maria Francisca de Medeiros	Christovão Vieira de Medeiros Dantas	1888
176	Manoel Vieira da Cunha	Luzia Olimpia das Mercês	1888
177	Manoel Barbosa de Carvalho e Anna Isabel de Figueredo	Ignacio Florentino de Carvalho	1888

## FUNDO JOAQUIM MARTINIANO NETO (FUNDO MADUREIRA)

LABORDOC. Fundo Joaquim Martiniano Neto (Fundo Madureira). Capilha "Avulsos".

## BIBLIOTECA CENTRAL ZILA MAMEDE - BCZN

### JORNAIS

O Povo. Cidade do Príncipe. 14 de janeiro de 1890. Ano 2, n.º.

O Povo. Cidade do Príncipe. 25 de janeiro de 1890. Ano 2, n.º. ?

O Povo. Cidade do Príncipe. 09 de março de 1889. Ano 1, n.º 1.

O Povo. Cidade do Príncipe. ? março de 1889. Ano 1, n.º. ?

O Povo - Seridó – Cidade do Príncipe. 06 de abril de 1889. Ano ?. N.º ?

O Povo. Cidade do Príncipe. 29 de junho de 1889. Ano 1. n.º 17.

O Povo. Cidade do Príncipe. 27 de julho de 1889. Ano 1, n.º. ?

O Povo. Cidade do Príncipe. 28 de julho 1889. Ano 1, n.º. ?

- O Povo. Cidade do Príncipe. 27 de julho de 1889. Ano 1, n. ?.
- O Povo. Cidade do Príncipe. 17 de agosto de 1889. Ano 1, n. 24.
- O Povo. Cidade do Príncipe. 24 de agosto de 1889. Ano. 1, n. 25.
- O Povo. Cidade do Príncipe. ? de setembro de 1889. Ano 1; n. 2(7)?.
- O Povo. Cidade do Príncipe. 9 de novembro de 1889. Ano 1, n. 30.
- O Povo. Cidade do Príncipe. 23 de novembro de 1889. Ano 1, n. 3?.
- O Povo. Cidade do Príncipe. 7 de dezembro de 1889. Ano 1, n. 40.
- O Povo. Cidade do Príncipe. 7 de dezembro de 1889. Ano 1, n. 40.
- O Povo. Cidade do Seridó. 04 de janeiro de 1890. Ano?. N. ?.
- O Povo. Cidade do Seridó. 18 de fevereiro de 1890. Ano 2, n. ?.
- O Povo. Cidade do Seridó. 23 de março de 1890. Ano 2, n. ?.
- O Povo. Cidade do Seridó. junho de 1890 Ano?. N. ?.
- O Povo. Est. do Rio G. do Norte – Zona Serido. 8 de junho de 1890. Ano 2, n. 11
- O Povo. Cidade do Seridó. 29 de junho de 1890. Ano 2, n. 14.
- O Povo. Est. do R. Grande do Norte. Zona Serido. 01 de junho de 1890. Ano 2, n. 10.
- O Povo. Est. do R. Grande do Norte. Zona Serido. 22 de junho de 1890. Ano 2, n. 13.

**Provincial Presidential Reports (1880-1900): Rio Grande do Norte. Centro de Armazenamento e Distribuição de Documentos Eletrônicos do Center for Research Libraries: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial>**

RELATÓRIO, 1870. Província do Rio Grande do Norte. Presidente Pedro de Barros Cavalcante de Albuquerque.

RELATÓRIO, 1870. Província do Rio Grande do Norte. Presidente Silvino Elvidio Carneiro da Cunha.

RELATÓRIO, 1870. Província do Rio Grande do Norte. Presidente Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque.

RELATÓRIO, 1871. Província do Rio Grande do Norte. Vice-Presidente Jeronymo Cabral Raposo da Camara.

RELATÓRIO, 1872. Província do Rio Grande do Norte. Vice-Presidente Cavalcanti Albuquerque.

RELATÓRIO, 1872. Província do Rio Grande do Norte. Vice-Presidente Pereira de Lucena.

RELATÓRIO, 1872. Província do Rio Grande do Norte. Presidete Henrique Pereira de Lucena.

RELATÓRIO, 1873. Província do Rio Grande do Norte. Vice-Presidete Vaconcellos Chaves.

RELATÓRIO, 1873. Província do Rio Grande do Norte. Vice-Presidete Pinheiro da Camara.

RELATÓRIO, 1873. Província do Rio Grande do Norte. Vice-Presidete Bonifacio Francisco Pinheiro de Camara.

RELATÓRIO, 1874. Província do Rio Grande do Norte. Presidete João Capistrano Bandeira de Mello Filho.

RELATÓRIO, 1875. Província do Rio Grande do Norte. Presidete José Bernardo Galvão Alcoforado Junior.

RELATÓRIO, 1875. Província do Rio Grande do Norte. Presidete José Bernardo Galvão Alcoforado Junior.

RELATÓRIO, 1876. Província do Rio Grande do Norte. Presidente Antonio dos Passos Miranda.

RELATÓRIO, 1877. Província do Rio Grande do Norte. Presidente José Nicoláo Tolentino de Carvalho.

RELATÓRIO, 1877. Província do Rio Grande do Norte. Presidente Antonio dos Passos Miranda.

RELATÓRIO, 1877. Província do Rio Grande do Norte. Vice-Presidente José Bernardo Alcoforado Junior.

RELATÓRIO, 1878. Província do Rio Grande do Norte. Presidente José Nicolao Tolentino de Carvalho.

RELATÓRIO, 1878. Província do Rio Grande do Norte. Vice-Presidente Manoel Januario Bezerra Montenegro.

RELATÓRIO, 1878. Província do Rio Grande do Norte. Presidente Rodrigo Lobato Marcondes Machado.

RELATÓRIO, 1878. Província do Rio Grande do Norte. Presidente Vicenti Ignacio Pereira.

RELATÓRIO, 1880. Província do Rio Grande do Norte. Presidente Marcondes Machado.

RELATÓRIO, 1881. Rio Grande do Norte. Presidente José Furtado (no relatório seguinte afirma que era Satyro de Oliveira Dias).

RELATÓRIO da Repartição da Policia. Secretaria de Policia do Rio Grande do Norte, 6 de março de 1882. Chefe da polícia: Antônio de Oliveira Cardoso Guimarães.

RELATÓRIO do Presidente da Província, 09 de fevereiro de 1883. Rio Grande do Norte (Província). Presidente Francisco de Gouveia Cunha Barreto.

RELATÓRIO do Chefe da polícia da Prorvíncia. 09 de fevereiro de 1883. Dr. Francisco Clementino de Vasconcellos Chaves. Anexo N. 1.

RELATÓRIO, 1885. Província do Rio Grande do Norte. Vice-presidente Alvaro Antonio da Costa.

RELATÓRIO, 1887. Província do Rio Grande do Norte. Presidente José Moreira Alves da Silva (obs.: “Relatório 30 de outubro de 1886. Publicado como anexo da falla 15 de janeiro de 1887).

RELATÓRIO, 08 de fevereiro de 1890. Rio Grande do Norte (Estado). Presidente Adolpho Affonso da Silva Gordo.

RELATÓRIO do Presidente da Província, 14 de junho de 1893. Rio Grande do Norte (Estado). Presidente Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.

RELATÓRIO, 14 de junho de 1893. Relatório do chefe de polícia. Rio grande do Norte (Estado). Presidente Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.

## **LABORDOC**

PROCESSO crime quebra-kilo. 1875. LABORDC/FCC/DIVERSOS/CX. Transcrição paleográfica Helder Alexandre Medeiros de Macedo e Quênia Leilah Rodrigues. Projeto: “O cotidiano do Príncipe: uma vila do Seridó no século XIX (UFRN/PPPG).

LABORDOC (projeto: Crime e Castigo: escravos nos processos judiciais do Seridó - século XIX). Processo crime. 1876. Transcrição Helder Alexandre Medeiros de Macedo. LABORDOC/FCC/3°CJ/PC/SÉC.XIX/Nº 023 – MAÇO 01 – 1876 LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 071. Registro: 03/1880. Natureza do documento: processo crime).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 071. Registro: 03/1880. Natureza do documento: processo crime).

LABORDOC (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 065. Registro: 03/1880. Natureza do documento: processo crime).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 066. Registro: 03/1881. Natureza do documento: Exame de Corpo Delito).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 078. Registro: 03/1881. Natureza do documento: Corpo delito).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 082. Registro: 03/1881. Natureza do documento: Processo crime).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 077. Registro: 03/1882. Natureza do documento: Inquérito policial).

LABORDOC – (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 073. Registro: 03/1883. Natureza do documento: processo crime).

LABORDOC . (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 075. Registro: 03/1883. Natureza do documento: Inquérito policial).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 028. Registro: 01/1884. Natureza do documento: Inquérito Policial).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 045. Registro: 02/1885. Natureza do documento: processo crime).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 084. Registro: 04/1885. Natureza do documento: Inquérito Policial).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 043. Registro: 02/1886. Natureza do documento: Inquérito policial).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 085. Registro: 04/1886. Natureza do documento: Processo crime).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 088. Registro: 04/1886. Natureza do documento: Processo crime).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 086. Registro: 04/1887. Natureza do documento: Processo crime).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 102. Registro: 04/1889. Natureza do documento: processo crime).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 103. Registro: 04/1889. Natureza do documento: Inquérito policial).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 074. Registro: 03/1889. Natureza do documento: processo crime).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 112. Registro: 05/1892. Natureza do documento: Inquérito policial).

LABORDOC (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de ordem do documento: 152. Registro: 06/1895. Natureza do documento: Processo Crime).

LABORDOC (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de ordem do documento: 165. Registro: 07/1896. Natureza do documento: Processo Crime).

LABORDOC. (Autos Judiciários da Comarca de Caicó. Número de Ordem do documento: 176. Registro: 07/1897. Natureza do documento: Processo crime).

#### **FONTES DIGITALIZADAS:**

##### **HEMEROTECA DIGITAL (BIBLIOTECA NACIONAL)**

O Brado Conservador, ano 1876.

O Brado Conservador, ano 1877.

O Brado Conservador, ano 1878.

O Brado Conservador, ano 1879.

O Brado Conservador, ano 1880.

#### **SITE DO SENADO FEDERAL:**

Annaes do Senado do Império do Brazil, 1870 a 1880, Edições disponíveis no site do Senado Federal. ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br))

#### **REFERÊNCIAS:**

ABREU, João Capistrano. “Fases do Segundo Império”. **Revista do instituto histórico e geográfico do Brasil**. Rio de Janeiro, 1998. Pp. 432-445.

ABREU, João Capistrano. **Capítulos de História Colonial**. Brasília: Editora da UNB, 1982.

AB’SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. São Paulo. **Estudos Avançados**. 13 (36), 1999.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes** Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALENCASTRO, Luiz Filipe de. **História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional**. 3ª reimpressão. Vol 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ALVES, Celestino. **Vaqueiros e vaquejadas**. Natal: Editora da UFRN, 1986.

ALVES, Joaquim. **História das sêcas(séculos XVII a XIX)**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1953.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem do Nordeste**. 4 ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1980.

ANTONIL, João Antônio. **Cultura e opulência do Brasil. Belo Horizonte**: Itatiaia, 1982.

A'RBOCZ, István. **Ensaio sobre a história econômica do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 1986.

ARAÚJO, Douglas. **A morte do sertão antigo no Seridó**: o desmoronamento das fazendas agropecuarista em Caicó e Florânia. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

AUGUSTO, José. **Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

AUGUSTO, José. **Famílias Seridoenses**. Natal/RN: Sebo Vermelho, 2002.

BARROS, José D'Assunção. O campo da história: especialidades e abordagens. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens**. Bauru: EDUSC, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, s/d.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo, Perspectiva, 1978.

BRAUDEL, Fernand. Mediterrâneo. In: \_\_\_\_\_. O espaço e a história no Mediterrâneo. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 1-5.

BRAUDEL, Fernand. Mediterrâneo. **O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995<sup>a</sup>.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo**. Séculos XV-XVIII - As Estruturas do Cotidiano: O Possível e o Impossível; São Paulo, Editora Martins Fontes, 1995b.

BRAUDEL, Fernand. "Minha formação de historiador". In: \_\_\_\_\_ **Reflexões Sobre a História**, São Paulo, Martins Fontes, 2003.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo**. Séculos XV-XVIII - O tempo do mundo; São Paulo, Editora Martins Fontes, 2009.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República**: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). Tese de doutorado em História (PPGH/UFPE), Recife/PE, 1999.

BURGUIÈRE, André (Org.). **Dicionário das Ciências Históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados** – o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Cia das Letas, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas** – o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letas, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem – a Elite política imperial/Teatro das Sombras: a política imperial.** São Paulo: Cia das Letas, 2012.

CASCUDO, Luis da Câmara. **História do Rio Grande do Norte.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **História da alimentação no Brasil.** São Paulo: Global, 2004.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **Tradições populares da pecuária nordestina.** Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1956.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **Viajando o sertão.** Natal: Gráfica Manimbu, 1975.

CASTORIADIS, Cornelius. **Sujeitos e verdade no mundo social-histórico.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). **História da vida privada no Brasil: Império.** São Paulo: Cia das Letras, 1997. Volume 2.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome – o dilema brasileiro: Pão ou aço.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História.** Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2ª edição, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.** São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial.** São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Robert. **História cultural – entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAUNU, Pierre. **História e ciências sociais.** 1976

COELHO, Maria da Conceição Guilherme. **Entre a terra e o céu: viver e morrer no Sertão do Seridó – séculos XVIII e XIX.** 2000. 103f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

COSTA, Sinval. **Os Álvares do Seridó e suas ramificações.** Recife: ed. do autor, 1999.



- DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial**. São Paulo: Globo, 2005.
- DANTAS, José Adelino. **Homens e fatos do Seridó Antigo**.
- DOSSE, François. **A história em Migalhas**: dos ‘Annales’ à ‘Nova história’. São Paulo: Ensaios; Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1992.
- DOSSE, François. O recurso geográfico dos historiadores. In: \_\_\_\_\_ **História e ciências sociais**.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
- ELIAS, Nibert. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001
- ELIAS, Nibert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2v.
- FAORO, Raimundo. **Os donos do poder** – formação do patronato político brasileiros. 12ª ed. São Paulo: Globo, 1997. (vol. 1)
- FAORO, Raimundo. **Os donos do poder** – formação do patronato político brasileiros. 12ª ed. São Paulo: Globo, 1997. (vol. 2)
- FARIA, Osvaldo Lamartine de. **Ferro de ribeiras do Rio Grande do Norte**. Natal/RN: Sebo Vermelho, 2009
- FARIA, Osvaldo Lamartine de. **Os açudes dos sertões do Seridó**. Natal/RN: Sebo Vermelho, 2012.
- FARIA, Osvaldo Lamartine de. **Sertões do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.
- FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- FERNANDES, Guilherme Vilela. Tributação e escravidão: o imposto de meia siza sobre o comércio de escravos na província de São Paulo (1809 a 1850). Informes de pesquisa: **Almanack Brasiliense** nº 2. 2005. Disponível em: [http://www.almanack.usp.br/PDFS/2/02\\_informes\\_1.pdf](http://www.almanack.usp.br/PDFS/2/02_informes_1.pdf) Acesso em: 23 de maio de 2008.
- GUERRA FILHO, Adauto. **O Seridó na memória do seu povo**. Natal: Departamento estadual de imprensa, 2001.
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz nas senzalas**: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humana. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Cocanha**: várias faces de uma utopia. São Paulo: Ateliê editorial, 1998.
- FREYRE, Gilberto..**Sobrados e Mocambos**.15.ed. São Paulo: Global, 2004.
- FRETRE, Gilberto. **Casa-Grande e senzala**. Rio de Janeiro: Global, 2006.
- FURTADO, Celso.**Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.
- FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi& LUCA, Tânia Regina. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 93-118.
- GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1998. p. 174.
- GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Maria Marluce. **História da gastronomia no Rio Grande do Norte**. Natal/RN: EMATER, 2004.
- GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: **Execícios de micro-história**. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de & ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p.19-38.
- GUERRA, Phelippe e GUERRA, Theophilo. **Seccas contra a secca**. 3 ed. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.
- GRUZINSKY, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). **História Geral da Civilização Brasileira**. 2ª edição. São Paulo, Difel, 1969.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. O clima: A história da chuva do bom tempo. In: LE GOFF, Jaques & NORA, Pierre. **História**: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 11-32.
- LARA, Silvia Hunold - **Campos da violência**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Cia das Letras. 2012
- LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Edunesp, 1992. p. 133-61.
- LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Prefácio. In: **Execícios de micro-história**. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de & ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p.11-16.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A família. In: **O olhar distanciado**. Lisboa: Edições 70, 1986.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Estruturas elementares do parentesco. Petrópolis: Vozes, 2009.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996

LÉVI-STRAUSS, Claude. **História e Etnologia**. Textos didáticos. Campinas/SP: UNICAMP. Abril de 1999.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O cru e o cozido**. Mitológicas 1. São Paulo, Cosac e Naify, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento Selvagem**. Campinas/SP – Papyrus, 1997.

LIRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1982.

Macedo, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do seridó: genealogias mestiças no sertão do rio grande do norte (séculos XVIII-XIX)**. (Doutorado em História) UFPE – CFCH, Recife, 2013

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de, **Ocidentalização, territórios e populações indígenas no sertão da Capitania do Rio Grande**, 2007, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais: patrimônio familiar e cotidiano nos sertões do Seridó (século XVIII)**. 2007. 300p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal.

MACÊDO, Muirakytan K. de Macêdo. **A penúltima versão do Seridó**. Natal: Editora Sebo Vermelho, 2012.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)

MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. **Vila do Príncipe – 1850/1890**. Sertão do Seridó – um estudo de caso da pobreza. (Dissertação de Mestrado em História, UFF). Niterói/RJ. 1985.

MEDEIROS FILHO, Olavo. **Índios do Açu e Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhos inventários do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

- MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Cronologia Seridoense**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque / Fundação Vignt-Um Rosado: 2002.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o império**– 1871-1889. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999
- MONSMA, K. James C. Scott e resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica. In: **BIB**, RJ, nº 49, 1º sem. de 2000 (p. 95-121).
- MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2002.
- MONTEIRO, Eymar. L’Astraire. **Subsídios para a história completa do município de Caicó**. Natal: Sebo Vermelho, 1999.
- MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Relações de dominação e violência. In: \_\_\_\_\_. **Crise agrária e luta de classes**. Brasília Horizonte, 1980.
- MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência**. Caicó/RN: Ed. do autor, 2005.
- MÜLLER, Ricardo Gaspar. Razão e utopia: Thompson e a História. (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará**. Rio de Janeiro: RelumeDumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.
- PETER, Jean-Pierre; REVEL, Jacques. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. 3.ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988. p. 141-159.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 2004b.
- REIS, José Carlos. **História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**/ José Carlos Reis. – 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 248 p.
- REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. IN: REVEL, Jacques (org). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.
- ROCHE, Daniel. **O povo de Paris** – Ensaio sobre a cultura popular do século XVIII. São Paulo: EDUSP, 2004.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 2 ed. Hucitec. São Paulo. 1980.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos** – Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, nº 01, jan/jun. 2002 (p. 10-31).

SERRES, Michel. **O incandescente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SILVA, Rosinéia Ribeiro de Almeida. **O Seridó em tempos de cólera**: doenças e epidemias na segunda metade do século XIX. Caicó, RN. 2003. 64p (trabalho de conclusão de curso). História, UFRN.

LOPES, Michele Soares. Fuga, resistência e morte: a história da escrava Honorata no sertão do Seridó, Província do Rio Grande do Norte. In: Helder Alexandre Medeiros de Macedo; Marcos Antônio Alves de Araújo; Rosenilson da Silva Santos. (Org.). **Seridó Potiguar**: tempos, espaços, movimentos. João Pessoa - PB: Ideia, 2011, p. 39-60.

SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão e; MARIZ, Marlene da Silva. **História do Rio Grande do Noite**. Natal/RN: Sebo Vermelho, 2005.

TAKEYA, Denise Monteiro. **Um outro Nordeste** - o algodão na Economia do Rio Grande do Norte (1880-1915). Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da Teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa**: A Árvore da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social”, In: NEGRO, Antônio Luigi e SILVA, Sérgio (orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios**, Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIANNA, Oliveira. **O ocaso do Império**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. **Entre paredes e Bacamartes**: História da família no sertão (1780-1850). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004.

VILLA, Marco Antônio. **Vida e morte no Sertão** – História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos** n. 8. Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, 1991.

